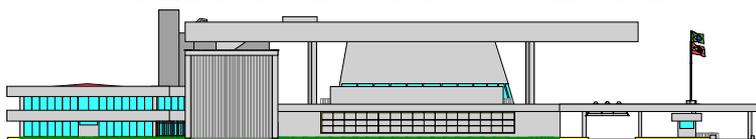


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 30 DE NOVEMBRO DE 2011

NÚMERO 6.362

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherm

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Dado Cherm - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Adilor Guglielmi
Elizeu Mattos

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente
Sílvio Dreveck - Vice-Presidente
Angela Albino
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Daniel Tozzo

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

Dado Cherm
José Milton Scheffer
Luciane Carminatti
José Nei Alberton Ascari
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Marcos Vieira - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-
Presidente
Gilmar Knaesel
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherm
Angela Albino
Sílvio Dreveck
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Dado Cherm

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
José Nei Alberton Ascari - Vice-
Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Angela Albino
Dado Cherm

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2363 EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 107ª Sessão Ordinária realizada em 23/11/2011 2 Ata da 021ª Sessão Especial realizada em 23/11/2011 14</p> <p>Publicações Diversas Audiências Públicas 20 Atas das Comissões Permanentes 32 Aviso de Resultado 33 Extratos 34 Ofício 34 Portarias 34 Projetos de Lei 38</p>
---	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrinó - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA (pela ordem) - Registra a presença de autoridades de Concórdia.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Manifesta-se a respeito da Frente Parlamentar das Ferrovias.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Posiciona-se com relação à anistia aos policiais militares punidos em 2008.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Solidariza-se com o deputado Sargento Amauri Soares.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (aparte) - Solidariza-se com o deputado Sargento Amauri Soares.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Registra a presença dos vereadores mirins do II Encontro Estadual de Câmaras Mirins; registra o lançamento de livro que conta a história da enfermagem em SC; lembra a tragédia climática vivenciada pelo estado em novembro de 2008.

Partidos Políticos

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Reporta-se ao aeroporto da capital.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Manifesta preocupação com o grande número de projetos que vêm para a Casa no final do ano.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Ressalta a importância do II Encontro de Vereadores Mirins.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Solidariza-se com o deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Homenageia o povo do vale do Itajaí pela recuperação após os desastres.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Solidariza-se com o deputado Jean Kuhlmann.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Homenageia o povo do vale do Itajaí pela recuperação após ter passado por um dos maiores desastres naturais.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Relata a homenagem feita à Epagri em sessão especial; registra a reunião da comissão de Economia

com a presença do presidente da Celesc; faz um balanço de sua viagem à Austrália.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Homenageia o povo do vale do Itajaí pela recuperação após um dos maiores desastres naturais; comenta reportagem das revistas *Veja* e *IstoÉ*.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Aborda o problema da mobilidade urbana nas cidades.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Solidariza-se com deputado Sargento Amauri Soares a respeito da anistia dos policiais militares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, gostaríamos de registrar a presença nesta sessão do vereador

Alaor Camillo, de Concórdia, acompanhado da assessora da Câmara de Vereadores, Carmem, da secretária municipal de Saúde, Genair Bogoni, do diretor regional da Beneficência Camiliana do Sul, Carlos Robini, e do diretor administrativo do Hospital São Francisco de Concórdia, Édio Rosset.

Eles estão aqui, e logo mais às 10h, deputado Moacir Sopelsa, conforme conversamos, teremos uma audiência com o secretário de estado da Saúde para tratar de um assunto que já abordamos nesta tribuna, que é o credenciamento do Hospital São Francisco para o tratamento de alta complexidade na área de oncologia.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, sr. presidente. Quero também cumprimentar todos os nossos visitantes, em nome do vereador Alaor Camillo, de Concórdia, já citado pelo deputado Neodi Saretta, que está nos prestigiando, toda a comitiva, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Sr. presidente, não estive presente nas sessões durante dois dias, porque estive na terça-feira e também na quarta-feira em Brasília, cumprindo várias agendas. E espero que o "deputadômetro" registre essas ações que o deputado faz fora desta Casa, discutindo políticas para o estado, porque o nosso trabalho não é apenas aqui, mas principalmente lá fora, para acompanhar e representar a sociedade catarinense nas negociações, nos debates, nas frentes parlamentares que estamos atuando, pois este Parlamento tem uma atuação importante em várias questões.

Estive na última terça-feira, pela manhã, participando da CCJ e, à tarde, em Brasília ainda coordenei uma das últimas mesas do debate sobre ferrovias, no seminário nacional que trata dessa questão.

Quero também registrar a nossa participação no Fórum Parlamentar Catarinense. Houve uma reunião na terça-feira à noite no Congresso Nacional, onde discutimos vários temas.

Voltamos no final da tarde de ontem, e à noite houve uma grande homenagem a uma entidade muito importante na vida dos trabalhadores catarinenses, na vida do sindicalismo catarinense, o Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos -, em comemoração aos 30 anos de sua fundação. O Dieese, no Brasil, já completa seus 50 anos de fundação e, em Santa Catarina, 30 anos.

Trata-se de uma entidade que sempre tem assessorado, acompanhado e levantado dados e informações sobre a questão do trabalho, sobre outros temas, a questão da inflação, da cesta básica. O Dieese tem trabalhado com números, com informações, justamente uma entidade ligada ao sindicalismo brasileiro.

Ontem, contamos com a presença na sessão, aos quais quero agradecer, de representantes das centrais sindicais, que também foram homenageados. Eles hoje são a base dessa entidade, que tem tratado os temas relacionados ao mundo do trabalho e também discutido, ajudado e coordenado toda a luta da construção do piso mínimo regional em Santa Catarina, projeto que foi aprovado, inclusive, nesta Casa.

Quero parabenizá-los hoje também, como fizemos ontem na sessão solene, pelos 30 anos de uma história bonita, construída e dedicada à melhoria da condição de vida dos trabalhadores brasileiros. E agora em especial, quando o Brasil vive um excelente momento de recomposição salarial, de melhoria da qualidade da condição de emprego, do poder aquisitivo dos trabalhadores, pois são mais de 16 milhões de empregos gerados com carteira assinada nos últimos oito anos. Então, o mundo do trabalho no Brasil vive um grande momento.

E os dados nos últimos dias do IBGE e de outras entidades mostram que tem caído a diferença inclusive racial no mundo do trabalho, porque os negros sempre foram discriminados e continuam sendo, mas caiu o valor relativo à discriminação racial por este momento extraordinário que os trabalhadores passam. Então, vamos comemorar esses 30 anos.

Para este deputado, como sindicalista que acompanhou a vida do Dieese e toda a sua história, foi uma grande alegria, uma grande honra homenageá-los aqui. E quero agradecer a esta Casa também, que aceitou fazer a homenagem ao Dieese, cuja função é reconhecer todo esse conjunto de conquistas que Santa Catarina vem tendo, assim como os trabalhadores.

Falando sobre a nossa participação em Brasília no debate das ferrovias e também na reunião da bancada catarinense, tivemos boas notícias. Uma delas é que a partir da reunião de segunda-feira, em Pinhalzinho, com o reitor da Udesc, será tratada a construção do laboratório de análise de leite e outros, na sede da Udesc.

Tivemos a informação de que a própria Udesc já tem recursos à disposição para no ano que vem construir o espaço físico do laboratório. Mas faltam recursos ainda para os equipamentos do laboratório. E aí fomos à procura desses. Conversamos com a nossa bancada federal, com os nossos deputados e felizmente já conseguimos incluir na proposta da bancada catarinense uma emenda no Orçamento para a inclusão de recursos para beneficiar a cadeia produtiva do leite.

Temos aí uma perspectiva muito positiva dentro dessa grande rubrica de apoio ao setor produtivo do leite, com recursos para a instalação do laboratório e os equipamentos, já no ano que vem, na cidade de Pinhalzinho, uma região tão importante na área do leite.

Para finalizar, além do debate da questão do leite, tivemos outra informação da bancada muito positiva. A bancada catarinense vai colocar recursos à disposição para incluir no

Orçamento investimentos no projeto das ferrovias, deputado Volnei Morastoni, no que se refere à ferrovia da integração, uma ferrovia que liga o porto de Itajaí a Chapecó.

Estive, há poucos dias, na Argentina discutindo a questão da ferrovia bioceânica. Também, no seminário tive a honra de poder coordenar a mesa, com a presença do coordenador nacional da ANTT, Agência Nacional dos Transportes Terrestres, da ANTF, Agência Nacional dos Transportes Ferroviários, e do presidente da Valec, a estatal, a empresa pública criada pelo ex-presidente Lula para cuidar das ferrovias no Brasil e coordenar a construção da ferrovia norte/sul.

Esse debate foi muito positivo. Contamos com a presença, pela manhã, do ministro. Eu não pude estar presente no momento, porque estava aqui, nesta Casa, mas a presença do ministro garantiu a ferrovia em Santa Catarina, pois a norte/sul tem recursos garantidos no projeto de construção ferroviária do governo federal. Então foi um grande seminário. Quero também aproveitar para parabenizar o grande deputado federal Pedro Uczai, que coordenou esse evento, que é o presidente da Frente Parlamentar das Ferrovias.

Estavam presentes lideranças dos trabalhadores ferroviários do Brasil pela luta que esses trabalhadores empreenderam durante a história e pelo conhecimento deles dessa história de lapso, de abandono do setor ferroviário modal no Brasil. E agora há essa retomada, tanto dos trabalhadores quanto dos empresários, lideranças, deputados, senadores, que estiveram presentes nesse evento.

Então, estou muito feliz de poder coordenar essa frente parlamentar neste estado. E vamos ter grandes ações nos próximos períodos. Algumas regiões ainda estão pedindo debates, seminários sobre ferrovias. E estaremos realizando esse trabalho no ano que vem com mais força, articulados em nível nacional com a frente parlamentar, o Congresso Nacional, a bancada catarinense, o governo federal, e aqui também, no estado, com o governo, este Parlamento e a sociedade catarinense.

Quero agradecer a oportunidade de termos participado dessas ações em Brasília, onde tratamos, além de outros assuntos, da polêmica luta, em Saudades e em Cunha Porã, com relação à questão da área indígena e tal, sobre o que estivemos tratando no ministério da Justiça e em outros ministérios.

Quero deixar um abraço a todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Quero registrar a presença nesta Casa do 5º ano da Escola Municipal Águas Negras, de Botuverá, acompanhados da sra. Mônica. Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos visitam nesta

quinta-feira, tive a oportunidade de ler na sessão de ontem, em pronunciamento nesta tribuna, a nota do comandante-geral falando da anistia aos policiais militares punidos em virtude do movimento reivindicatório do final de 2008. Queria falar mais uma vez desse assunto, inclusive para que fique bem clara a importância desse momento, desse acontecimento para o estado de Santa Catarina.

A anistia deverá ser realizada por decreto do chefe do Poder Executivo, o governador do estado. Isso não tem acontecido por mudança de sentimentos em uma semana, como falava ontem, e sim por um processo de três anos de debate e de conversa. A imensa maioria delas, conversas informais de praças com oficiais, de praças com vereadores, lideranças de partidos em todas as regiões do estado, lideranças comunitárias e do mundo empresarial, lideranças sindicais, de representantes dos trabalhadores com deputados e nesta Assembleia, inclusive.

Quero agradecer a todos esses setores que me estou referindo: aos vereadores, ao movimento dos praças, pela crença de que alcançariam essa anistia, à maioria dos deputados estaduais que de uma forma ou de outra trabalharam nessa causa, já nos últimos três anos, inclusive aos ex-deputados da legislatura passada que falaram nesse sentido, à imensa maioria dos deputados da atual legislatura, ao próprio presidente deste Poder, com essa posição desde o ano passado.

Quero fazer um agradecimento também aos secretários de estado que se manifestaram nesse sentido, bem como aos prefeitos municipais que também assim se manifestaram. Agradeço a todos que acabaram convencendo o governador Raimundo Colombo em favor da tese da anistia que por fim será encaminhada dessa forma, também com a concordância dos oficiais da Polícia Militar, do conselho dos coronéis da Polícia Militar e ao próprio comando geral da instituição.

Portanto, a todos esses temos que agradecer. Quero agradecer, também, a v.exa., deputado Ismael dos Santos, porque embora a maioria tenha falado, tenha militado nessa causa, tenha defendido a anistia, o nobre colega foi o primeiro que neste microfone manifestou de forma pública a sua posição.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado, quero apenas parabenizá-lo por essa luta e pelo sucesso. Não era apenas uma questão de solidariedade, mas, acima de tudo, de justiça.

Nós acompanhamos os debates na Assembleia, tivemos também vários contatos com o governador nesse sentido e ficamos felizes, esta manhã, com essa notícia e com esse desfecho que faz de fato justiça à sua caminhada, à sua trajetória nesta Casa e a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, foram prejudicados nesse processo.

Parabéns, deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Mas queria também dizer que foi retirado um peso imenso de algumas toneladas sobrepostas, com certeza, especialmente porque sendo eu policial militar e praça, segundo-sargento, na condição de deputado, não estava disponível para responder aos processos que surgiram. E isso também, deputado Ismael dos Santos, me provocava uma ferida porque outros estavam sendo castigados e eu estava numa circunstância que não poderia estar. Embora tenha dito à época - há legislação nesse sentido, e muitas - ao comandante-geral o seguinte: "Eu renuncio ao direito de deputado para responder sozinho por todas as situações". Mas, infelizmente, dentro do ponto de vista legal, é possível e também não tinha interesse de agir apenas nesse sentido por parte do comando naquela época, no início de 2009.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Deputado, hoje, pela manhã, ao ler o jornal *Diário Catarinense*, pude constatar, o que muito me alegrou, essa notícia e pensei: o deputado Sargento Amauri Soares lutou muito por isso. Sabemos que v.exa. lutou muito, brigou bastante pela sua classe e acreditou, com perseverança, com garra, com dinamismo, que isso ia acontecer!

Quero parabenizá-lo e tenho certeza de que essas famílias são muito gratas a v.exa. porque não mediu esforços, acreditou! O importante é acreditar naquilo que esperamos, e v.exa. acreditou, se empenhou, somos testemunha disso, e merece os nossos parabéns, pois é um grande desbravador, um grande lutador. E quando o nobre deputado gruda numa causa não solta enquanto não vê o resultado.

Parabéns, deputado Sargento Amauri Soares, e muito obrigada pela oportunidade.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputada Odete de Jesus, e acolho sua manifestação com respeito e admiração.

Mas quero dizer que essa questão não é somente deste deputado, é do conjunto dos praças da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, do conjunto dos policiais militares, por que não dizer, inclusive de alguns que tinham posição diferente, e do conjunto da sociedade catarinense.

Nós temos acompanhado que vários daqueles companheiros estavam muito fechados em virtude de todo o processo, mas nas últimas horas parece que ressuscitaram, ressurgiram das cinzas para voltar a viver e a se entender como policial militar. Porque ser militar também é uma vacina que tomamos. Não basta arrumar outra profissão. Para os que foram excluídos, não bastaria arrumar outra profissão. Não bastaria nem ter a remuneração

que tinham como se estivessem trabalhando, até porque a Aprasc conseguiu, felizmente, com o apoio de todos, fazer isso. E a Aprasc, que tinha oito mil associados, em 2008, subiu para dez mil, a maioria deles por solidariedade àqueles que tinham sido excluídos.

Ser militar não é somente a questão dos salários, do rendimento da profissão, ser militar é também uma questão de honra. A farda se conquista, não se ganha, assim como a graduação se conquista, não se ganha. Inclusive, defendemos, eu, pessoalmente, a desmilitarização, mas a questão do ser militar é uma questão que parece que o dia que entramos na fila a primeira vez toma uma vacina que não sai mais do sangue. Então, ser militar é para toda a vida, vai com a gente para a sepultura.

Assim sendo, havia esse elemento, com certeza, para esses companheiros e, portanto, repasso esse sentimento positivo para o conjunto da instituição, pois é um acontecimento muito importante aquilo que falava ontem, deputada Ana Paula Lima, quando v.exa. presidia a sessão. A Polícia Militar está hoje mais forte do que estava antes de ontem, em virtude disso; mais coesa, mais sólida e com certeza poderemos avançar.

Neste minuto que me resta gostaria ainda de dizer alguma coisa a respeito das outras demandas e dos debates que se tem feito aqui.

Não temos absolutamente nada contra os policiais civis, achamos que as demandas da categoria são legítimas, já manifestamos nesta tribuna, e fizemos nota pública da Aprasc apoiando-os. Mas é evidente que não podemos concordar que somente se comparem os direitos bons, porque temos bônus e ônus por sermos militares. E não é verdade que o sargento vai ganhar como tenente, é o subtenente, aqueles poucos raros, e cada vez mais raros, que conseguem chegar a subtenente.

Temos soldados com 25 anos de serviço na primeira graduação e podemos comparar todos os itens e ver se é possível fazer uma troca de direitos. Eu creio que essa divergência, inclusive, é muito confortável para o governo do estado, porque enquanto a Polícia Militar está de um lado, a Polícia Civil está de outro e eu, para requerer o meu direito, preciso dizer que o outro tem mais do que eu, e muitas vezes não é verdade. Falaram até em FGTS para subtenente. Escreveram na nota que subtenente da reserva tem FGTS, sendo que nenhum servidor público no Brasil tem.

Então, esse tipo de coisa não ajuda, ajuda somente o governo, porque assim fica empurrando com a barriga mais um tempo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, sras. deputadas, srs. deputados, ex-deputado Gelson Sorgato, que se encontra nesta Casa, o qual

me comentou do quanto ficou emocionado, ontem, com o depoimento dos vereadores e vereadoras mirins que estavam participando do II Encontro Estadual de Câmaras Mirins. Mas a Nicole Eduarda Wanka, de Blumenau, deputado, é uma liderança nata e tenho certeza de que será a próxima deputada estadual representando a nossa cidade na Assembleia Legislativa, porque despertou nela e em todos os vereadores mirins da cidade de Blumenau o bom debate sobre política, do qual é importante discutir política, pois é através da política que vamos nortear nossas vidas.

Eu fiquei muito emocionada com o depoimento deles, de ver essa juventude preparada, preocupada, fazendo análises e dando soluções para os problemas da cidade, do estado e do nosso Brasil.

Ontem, tivemos também o privilégio de permanecer, nesta Casa, até um pouco mais tarde, deputada Odete de Jesus, para o lançamento de um livro que conta a história da enfermagem em Santa Catarina, desde o ano de 1900 até o ano de 2011, dessa categoria de profissionais que tenho a honra de pertencer e de exercer a minha função durante muitos anos, hoje com a missão de representá-los na Assembleia Legislativa. Um livro que faz o registro histórico desses profissionais anônimos que no dia a dia vivenciam a dor, o sofrimento dos pacientes em diversas unidades hospitalares e que faz o registro da saúde pública.

Eu quero dar parabéns novamente a essas duas companheiras pesquisadoras, doutoras, que são a enfermeira Mirian Borenstein e Maria Itayra Padilha, que organizou os 25 autores para a elaboração desse belíssimo exemplar histórico, que com certeza vai servir para muitos acadêmicos, muitos profissionais, para a emancipação da profissão da enfermagem, que é imprescindível à prevenção e cura da doença.

Assomo à tribuna, na manhã de hoje, srs. parlamentares e povo catarinense, também para comunicar que ontem fez três anos da maior tragédia climática vivenciada em Santa Catarina, ocorrida em novembro de 2008, que ficará na memória, por muitos e muitos anos, do povo catarinense, principalmente na memória do povo residente no médio vale do Itajaí.

É importante que não nos esqueçamos de construir um futuro com mais respeito ao meio ambiente, com mais respeito aos cidadãos e cidadãs que vivem em nosso estado.

Não basta apenas atender a emergência se não pensarmos na prevenção, e isso Blumenau tem vivido por muitos e muitos anos. Não somente Blumenau, mas o estado de Santa Catarina, com o descaso que temos ao meio ambiente. Se não cuidarmos da natureza certamente um dia ela se vingará.

Por isso que início esse discurso apresentando um vídeo postado pelo Márcio, através da internet, que trazem imagens que nos sensibilizam profundamente, apesar de passados três anos, mas ainda há momentos de grande tristeza na nossa região.

Passo, então, a exibição desse vídeo a partir deste momento.

(Procede-se à exibição de vídeo com imagens da grande tragédia ocorrida em Blumenau e em outros municípios em novembro de 2008.)

Infelizmente, srs. deputados, acredito que até hoje a Defesa Civil ainda não está preparada para desastres dessa natureza, porque isso tem acontecido sistematicamente.

Este ano aconteceu novamente na cidade de Blumenau, no Morro Coripós, e as pessoas não têm certeza onde irão morar, onde irão ficar. Elas estão ainda em aluguéis mantidos, vou fazer Justiça, pela prefeitura, mas por um período curto, e após esse período as pessoas não sabem para onde vão. Pessoas inclusive que têm parentes com necessidades especiais e estão desesperadas, não dormem direito, que estão em busca sempre da tranquilidade da sua família.

É isso que tem acontecido em Blumenau e região.

Então, em novembro de 2008 as chuvas atingiram cerca de 865mm, enquanto o normal para aquela época seria de 120mm. Cento e trinta e cinco homens, mulheres e crianças perderam as suas vidas na região do vale do Itajaí, pessoas que deixaram saudades para muitas famílias, e isso é irreversível.

Os deslizamentos somente em Blumenau deixaram desabrigadas cerca de dez mil pessoas, destruindo cinco mil residências. Ao todo foram montados abrigos em nosso estado, para 78 mil desabrigados.

A tragédia do ano de 2008, que completa três anos, chamou a atenção do Brasil, inclusive em nível internacional; inúmeras pessoas fizeram doações para o estado de Santa Catarina, a fim de atender as pessoas que estavam desesperadas naquela época; recebemos a solidariedade de todo o povo brasileiro que doou mais de R\$ 36 milhões que foram utilizados para garantir a sobrevivência aos desabrigados e para adquirir terreno para a construção de casas.

Recebemos milhões de recursos do governo federal para a reconstrução do nosso estado; aprendemos que há necessidade de reestruturar os organismos da Defesa Civil municipal e estadual; aprendemos que não é possível continuar com o sistema de ocupação de áreas de risco, como as encostas de rios, e que defender o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável é, acima de tudo, defender a vida. É isso que temos que fazer como parlamentar: defender a vida!

Mas, infelizmente, também vivenciamos situações que merecem reflexão e que são, acima de tudo, alvo das nossas indignações que ainda perduram.

Vimos diante da maior tragédia do estado de Santa Catarina muita incompetência e até mesmo a má fé no uso e no destino dos recursos públicos destinados à reconstrução, a exemplo do que tem acontecido ainda no município de Itajaí. Enquanto o nosso povo sofria com a perda de familiares, com a destruição de casas, das rodovias, os recursos públicos eram aplicados em obras mal feitas

que acabaram caindo, num total descaso com a nossa população.

É por esse motivo, sr. presidente, que nunca irei deixar de utilizar esta tribuna para enaltecer, infelizmente, essa vergonha que ainda vem perdurando tanto no município de Blumenau...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Edison Andrino, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, gostaria de dizer que estou apresentando, na manhã de hoje, um requerimento de cumprimento à família de um catarinense ilustre, Sidnei Nocetti, que faria 100 anos agora de seu nascimento. Um homem que criou a primeira companhia aérea catarinense, diretor-gerente do jornal *O Estado*, nos anos 40 e 50, diretor do Banco Catarinense nos anos 50, homem que honrou e dignificou os catarinenses.

É um requerimento à sua família pelos 100 anos que faria o nosso ilustre Sidnei Nocetti.

Sr. presidente e srs. deputados, iremos a uma reunião da comissão de Turismo solicitar uma reunião com os diretores da Anvisa para tratar de um assunto que considero importante, e que é um ponto de estrangulamento da questão do turismo em Santa Catarina.

Nós temos o Aeroporto Hercílio Luz e, na nossa maneira de ver, vamos esperar, lamentavelmente, muito tempo para que seja feito um novo aeroporto.

Sabemos, através de notícias de jornais e pelas informações que circulam diariamente, que a prioridade do governo federal é exatamente construir novos aeroportos nas capitais e nos estados onde vão ser realizados os jogos da Copa do Mundo, o que não vai acontecer com Florianópolis.

Sr. presidente, assim como o nosso anel viário, o nosso aeroporto já é uma novela, e vai continuar sendo essa grande novela. Esse problema que se arrasta vai continuar a ser empurrado com a barriga. O nosso é um dos aeroportos mais movimentados do Brasil, mas permanece sem uma solução definitiva por parte do governo federal.

Esperamos, sr. presidente, que esse assunto do aeroporto, assim como a questão da ANTT... E ocorreu uma reunião esta semana, em Brasília, com a presença de representantes da Assembleia Legislativa, do setor empresarial, prefeitos, a bancada federal. E lá, segundo noticiaram - e, lamentavelmente, não pudemos estar presente naquela audiência com os diretores da ANTT -, os diretores começaram novamente a enrolação, até que

alguns deputados de Santa Catarina e a nossa representação catarinense questionaram de que lado estava a direção da ANTT. Do lado dos catarinenses e dos compromissos assumidos anteriormente com respeito ao trajeto do anel viário, que era de quase 50km, ou dessa diminuição de 18km?

Parece-me que a bronca e a reação dos catarinenses teve um efeito no sentido de a própria ANTT voltar atrás, segundo informações dos jornais de hoje, e atender àquele que era o compromisso inicial desse trajeto que, se não vai resolver na sua totalidade a questão do trânsito, vai amenizar o problema sério da mobilidade urbana na região da Grande Florianópolis.

Sr. presidente, voltando ao assunto da Anvisa, tenho certeza de que esta Casa desconhece esse assunto, mas ele é sério. Esperamos que a comissão de Turismo desta Casa, muito bem dirigida pelo deputado Neodi Saretta, faça uma reunião com os diretores da Anvisa para resolver esse problema.

Deputado Moacir Sopelsa, se v.exa. quiser viajar para um país que exige a vacina de febre amarela, vai até a prefeitura de Lages, à prefeitura de Joinville ou à própria prefeitura de Florianópolis, que tem um atendimento muito bom, prático, ágil e rápido, e faz lá a vacina de febre amarela. Mas depois v.exa. é obrigado a ir até o Aeroporto Hercílio Luz para buscar a sua carteirinha. Se v.exa., deputado Moacir Sopelsa, fizer a vacina de febre amarela lá em Concórdia, antes de viajar terá que ir até o Aeroporto Hercílio Luz pegar a sua carteirinha para depois viajar.

Daí v.exa. pode dizer: "Deputado Andrino, no dia que eu viajar vou lá e pego a carteirinha"! Todos sabem que quando as pessoas chegam ao aeroporto estão atrasadas e há o problema de filas para despachar a bagagem e fazer o *check-in*. Além disso, o setor onde está localizada a Anvisa no aeroporto é uma vergonha! É uma salinha acanhada onde as pessoas ficam numa fila enorme até serem atendidas. E o mais grave, deputado Moacir Sopelsa, é que a Anvisa no aeroporto não funciona aos sábados e domingos. Se um cidadão de Lages tomar a vacina de febre amarela e não for pegar a carteira antes de sábado ou domingo, que é o dia que ele irá viajar, ele não viajará, porque a Anvisa não trabalha aos sábados e domingos.

Então, o que queremos com essa reunião com os diretores da Anvisa? Tem que haver uma parceria do governo federal, da Anvisa, com as prefeituras de Concórdia, Lages, Joaçaba, Criciúma e Florianópolis.

Na hora em que a pessoa faz a vacina, ela tem que receber a carteirinha. Por que ela tem que ir à Anvisa do aeroporto?

Veja, v.exa. que, segundo informações de funcionários da Anvisa, somente em Florianópolis são em torno de 40 ou 50 vacinas por dia. Ou seja, são 40 ou 50 veículos que têm que ir ao Aeroporto Hercílio Luz buscar a carteirinha. Isso tem a ver também com mobilidade urbana. Vamos simplificar essa coisa e fazer com que as pessoas que precisam viajar para países que exigem vacina, na hora em que fizeram a

vacina, numa parceria da Anvisa com as secretarias de saúde das prefeituras municipais, já recebam a carteirinha no município para evitar que essas pessoas tenham que se deslocar até o aeroporto Hercílio Luz.

Esperamos, também, sr. presidente, que a própria Anvisa dê melhores condições de trabalho aos seus funcionários que, hoje, ficam em uma sala que, volto a reafirmar, é uma vergonha, no Aeroporto Hercílio Luz.

Então, sr. presidente, acredito que a comissão de Turismo vai fazer essa reunião em Florianópolis, juntamente com o nosso presidente deputado Neodi Saretta e os diretores da Anvisa, para que possamos resolver um problema que não é difícil de solução, mas é um problema que incomoda todos os catarinenses que precisam ir para o exterior.

Por isso, sr. presidente, quero me manifestar contra essa atitude da Anvisa que, em vez de facilitar, dificulta a vida dos brasileiros que precisam ir para o exterior, para países que exigem vacina de febre amarela e outras vacinas também.

Era isso o que eu tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Edison Andrino. Parabéns pelo seu pronunciamento!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero trazer a esta tribuna, no dia de hoje, a minha preocupação com o grande número - e mais uma vez, como de costume - de projetos que vêm para esta Casa na reta final do ano. O Executivo, mais uma vez, encaminhou projetos extremamente polêmicos, difíceis de serem discutidos, para serem discutidos praticamente em três semanas. É sempre assim! Acho que é moda!

Este é um governo de continuidade, é a mesma equipe que coordena o governo. Somente trocou o governador, mas o partido já estava no governo antes, inclusive toda área econômica do estado. E agora, na reta final do ano, esses projetos vêm para esta Casa.

O secretário Milton Martini, ontem à noite, disse, deputado José Milton Scheffer, que ainda há muitos projetos para virem para cá. Então, o risco é sempre o mesmo de que esta Casa aprove projetos na última hora, como ocorreu em 2009, principalmente criando algumas situações muito ruins para este Poder, como foi a aposentadoria de funcionários públicos com o salário de deputados, a incorporação do vale alimentação.

Essas coisas acontecem e estamos chamando a atenção para essas situações!

Por que o governo não encaminhou esses projetos antes? Será que precisou esperar até o último dia? Inclusive, encaminhou

o polêmico projeto de reajuste salarial do funcionário público, o de aumento de tarifas, o projeto Revigorar, dando novos prazos, e isso precisa ser discutido.

Até quando vamos beneficiar os maus pagadores no estado? Precisamos renegociar dívida? Precisamos! Agora, também precisamos saber quem sempre entra no Revigorar e a cada ano está aí querendo renegociar as suas dívidas. E o trabalhador catarinense, que paga as suas contas e os seus impostos em dia?

Então, são projetos polêmicos que precisam ser mais bem avaliados.

Eu, como líder do Partido dos Trabalhadores, e a nossa equipe precisamos ter tempo para refletir sobre os projetos, conhecê-los, levantar números e dados, porque a situação do estado não é tão tranquila como se prega por aí. A situação do estado é crítica! O próprio ex-secretário Ubiratan Rezende saiu falando que a secretaria da Fazenda não pode continuar sendo um balcão de negócios.

O estado está com menos de 2% para investimentos! No ano de 2010 tivemos um investimento de pouco mais de R\$ 200 milhões! Recursos do tesouro e não recursos que vêm via educação federal ou outros recursos, recursos próprios do tesouro de Santa Catarina...

Nós temos uma situação de renúncia de mais R\$ 4,2 bilhões este ano. Isso dá mais de 30% do que o estado arrecada.

Então, é claro que há guerra fiscal. E como os outros estados também fazem, Santa Catarina também tem que fazer para não perder as empresas. Mas tem que enfrentar esse debate. Santa Catarina pode puxar uma luta com a reforma tributária e discutir esse tema que precisa ser discutido.

Portanto, deputado Sargento Amauri Soares, estou bastante preocupado. Podemos dizer que quase vem um pacote. Já vieram alguns projetos e nos próximos dias virão mais. E isso na reta final, tendo apenas três semanas para avaliar tudo isso!

Então, é um desrespeito com o Parlamento, mas não pode ser assim. O governo tem que respeitar esta Casa para podermos ter tempo e tranquilidade em nível de avaliação dos 8% de aumento do funcionalismo. Com certeza, na semana que vem, vamos ter um grande debate aqui.

Qual é a grande questão do funcionalismo que está colocada? É esse abismo salarial que se criou. E afirma-se que durante os oito anos do governo de Luiz Henrique foram dados 80% de aumento salarial. E o problema é para quem foi dado, pois o aumento não foi linear para todas as categorias. O problema é que os salários de alguns foram lá para cima, foram até o teto do Judiciário, e os salários de outros ficaram nos mil e poucos reais. Um aumento de 8% para quem ganha R\$ 1 mil dá R\$ 80,00! Essa é uma conta fácil de fazer! E um aumento de 8%, para quem ganha R\$ 10 mil, dá R\$ 800,00, e esse aumento é quase o valor que o outro ganha de salário. Então, também há certa injustiça nisso tudo.

Agora, o que sempre cobramos - e aí quero cumprimentar e reconhecer - é que este estado precisa construir um plano de cargos e salários para todas as categorias. Mas o que acontecia é que esta Casa virava refém. A cada pouco quem tinha mais poder político, mais barganha, vinha aqui, fazia a negociação, e os outros ficavam de lado. Por isso, o vale coxinha, em que temos aí funcionários públicos que recebem R\$ 1 mil de vale alimentação e outros que recebem R\$ 120,00. É esse abismo que não pode mais continuar.

É verdade que o governo quer dar o reajuste de 100% no vale. Mas 100% para quem ganha R\$ 120,00 dá R\$ 240,00, e isso ainda não dá uma condição digna para os trabalhadores da Educação. O problema é que viemos com o congelamento do vale refeição, com o congelamento de salário de algumas categorias que ficaram para trás, e isso precisa ser enfrentado e discutido também por esta Casa.

Há outra questão que é importante: um período de negociação salarial para as categorias. E temos que estipular o período. O governo está propondo a negociação em janeiro, o que não é uma boa perspectiva, pois janeiro não é um bom mês. Nós propomos que este período seja mais tarde porque, primeiro, o governador Raimundo Colombo assumiu em janeiro e disse o seguinte: "Eu vou ter que dar um tempo para conhecer a máquina". E isso já é um exemplo, pois a cada quatro anos teremos um novo governo, o qual não vai querer negociar em janeiro de forma alguma, pois ele primeiro vai querer conhecer a máquina. E janeiro é um período de férias. Então, a negociação coletiva tem que ser feita em março ou abril.

Portanto, vamos discutir isso, assim como também outras questões. As categorias que têm uma perda muito grande precisam que haja um olhar especial para elas. E, além disso, há os outros projetos que chegaram ontem, como, por exemplo, o do aumento de tarifas. Inclusive, tivemos acesso agora aos projetos e vamos debatê-los mais à frente.

Portanto, são essas questões que queremos trazer aqui como bancada do Partido dos Trabalhadores e como liderança.

Queremos dizer, neste dia, em nome da nossa bancada, que continuamos com essa luta no sentido de que é preciso haver um tratamento mais igualitário. Nós temos professores e policiais que têm curso de nível superior, mas que estão trabalhando em lugares extremamente complexos - e já citei isso aqui. Por exemplo, os policiais que estão subindo os morros correm risco de vida todos os dias e recebem pouco. Há professores que, hoje, lidam com o mundo da educação que é cada vez mais complexo. Eles estão lá na sala de aula cuidando dos nossos filhos e também precisam ser valorizados. Em Santa Catarina eles tiveram sempre esse desprezo, pouca valorização, e isso precisa ser discutido.

Então, era isso que queria deixar registrado neste dia de hoje. Vamos, junto com a nossa assessoria e a nossa bancada, estar atentos, acompanhando e estudando bem as matérias, para que possamos aprovar projetos

que sejam de fato justos e para que, nos 45 minutos do segundo tempo, não sejam aprovados projetos que depois lá na frente tenham que ser corrigidos. Esse é um grande risco que todo ano esta Casa corre. O Executivo manda os projetos na última hora, e aí vira uma correria e ninguém dá conta de fazer um trabalho sério, honesto, justo e transparente para, no futuro, não sermos criticados e condenados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TV Assembleia e da Rádio Alesc Digital, quero, inicialmente, cumprimentar, mais uma vez, toda a nossa equipe da Escola do Legislativo pelo grande evento que realizamos, ontem, na recepção às 25 Câmaras Mirins que estiveram aqui, oriundas de 25 municípios diferentes de todas as regiões do estado, com mais de 300 vereadores mirins, deputado Moacir Sopelsa, que emocionaram os parlamentares.

Foram quatro representantes, três vereadoras mirins e um vereador mirim. E o que percebemos foi a mulher, efetivamente, lá no projeto vereador mirim, deputado Kennedy Nunes, mudando esse quadro atual. Hoje temos na Casa 37 deputados homens e três deputadas mulheres. Portanto, menos de 10%. E o que vimos aqui ontem, nas eleições de vereadores mirins, deputado Maurício Eskudlark, foi uma inversão, tanto que dos quatro representantes escolhidos para falar durante os dez minutos que disponibilizamos, três eram mulheres e apenas um homem. E os quatro deram uma demonstração de vontade, de crença na democracia, de confiança no Parlamento, de conhecimento e emocionaram os parlamentares que aqui estavam.

Então, é muito importante essa aproximação das Câmaras com a Assembleia por intermédio da Escola do Legislativo no Projeto Vereador Mirim, porque garante a sua continuidade, já que a alternância de poder nas Câmaras de Vereadores é muito grande.

Num grande número de Câmaras, deputado Moacir Sopelsa, a Presidência tem apenas um ano de mandato. Então, às vezes, entra um presidente, uma Mesa Diretora, que tem essa preocupação com a educação, com o exercício da cidadania, com a formação dos agentes políticos do futuro, porque essa é uma escola de cidadania, implanta o projeto Vereador Mirim. E depois vem, deputado Silvio Dreveck, outro presidente, que não tem essa mesma visão, e acaba extinguindo o projeto. E o que acontece? Um prejuízo de toda sorte. Em primeiro lugar porque todo aquele investimento de dinheiro público que foi feito vai para o espaço, é um dinheiro perdido. Em segundo lugar, pela frustração que se gera na criança, no adolescente e no jovem, porque quando o

processo de câmaras mirins é iniciado, há todo um envolvimento da comunidade, das escolas e, no ano seguinte ou dois anos depois, o projeto acaba.

Então, por isso, nós da Escola do Legislativo decidimos realizar esse encontro estadual e aproximar as câmaras mirins da escola. Esse é o nosso trabalho também. E com o projeto Parlamento Jovem e com todos os eventos que realizamos através da Escola do Legislativo percebemos que conseguimos um resultado imediato: garantir a continuidade desses projetos. Portanto, conseguimos otimizar a aplicação do dinheiro público.

No ano passado, fizemos o primeiro evento e reunimos menos de 100 vereadores mirins, deputado Jean Kuhlmann, mas ontem já vieram mais de 300, de 25 municípios. E eu dizia lá na abertura do evento, ontem, quando o presidente Gelson Merisio também estava presente, que a continuar nesse ritmo de crescimento, daqui a alguns anos vamos ter que fazer o encontro no CentroSul. Deputado Moacir Sopelsa, a vontade, o estímulo, a ânsia de aprender, de saber, de conhecer que aquelas crianças e aqueles adolescentes demonstraram ontem foi um negócio emocionante, de renovar as esperanças.

Eu tinha voltado de Brasília nocauteado com as péssimas notícias sobre o Código Ambiental e sobre o contorno viário de Florianópolis. Mas parece que agora vamos conseguir reverter essa situação. Eu estava desmotivado para vir para a Assembleia ontem, e o primeiro evento do dia foi justamente a abertura do Encontro dos Vereadores Mirins. Então, fiquei revigorado, deputado Silvio Dreveck, renovamos as esperanças na democracia. Nós não tivemos a oportunidade de exercitar isso. Nós não tivemos essa escola.

Essas crianças e adolescentes com a desenvoltura que demonstraram aqui ontem, deputado Romildo Titon - e v.exa. também ficou emocionado, porque eu vi -, farão um grande trabalho em favor do cidadão, da democracia. Eles chegarão aqui, deputado Ismael dos Santos, muito melhores do que nós, porque não tivemos essa oportunidade, não tivemos essa escola, a maioria de nós estava na escola à época da ditadura.

Ora, quando poderíamos imaginar reunir crianças e adolescentes para falar de democracia, de cidadania, de composição e divisão do poder, do papel de cada um? Fiquei emocionado ontem. Isso revigora a minha crença no Parlamento, na democracia, porque sabemos que daqui a pouco eles estarão aqui, pois estamos aqui de passagem, temos prazo determinado para ficar aqui, e eles vão chegar mais preparados, mais informados, para fazer melhor do que nós.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli, pelo aparte. Quero cumprimentá-lo pela condução da Escola do Legislativo, pela brilhante atuação de v.exa. como presidente. Quero dizer que a

escola tem propiciado muitas oportunidades com esses convênios com as Câmaras municipais e tomara que todas as Câmaras assim procedam, para que as nossas crianças, para que os nossos jovens, tenham a oportunidade, de fato, de exercitar esse papel importante na democracia.

Além dessa grande contribuição, sr. presidente, que a Escola do Legislativo tem dado à sociedade catarinense, gostaria de relembrar, ainda, que estão à disposição cursos de pós-graduação do mais alto nível, para que as pessoas tenham a oportunidade de aperfeiçoar o seu conhecimento com professores gabaritados.

Então, parabéns pela sua atuação, deputado Joares Ponticelli, pela condução dos trabalhos da nossa Escola do Legislativo e parabéns também à Assembleia Legislativa, que tomou essa decisão, à época, de implantar a escola. Parabéns a v.exa., sr. presidente.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, meu líder, eu incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Joares Ponticelli, ratificando as palavras do deputado Silvio Dreveck, gostaria de dizer que mais uma vez a Escola do Legislativo inova. Acredito que essa iniciativa da Escola do Legislativo seja pioneira no Brasil em reunir todas as câmaras mirins do estado de Santa Catarina.

Tive a oportunidade de participar do processo da implantação da câmara mirim em Blumenau, que foi uma das pioneiras também no Brasil. Lembro-me que na ocasião foi de nossa autoria a emenda para transformar a eleição em anual, quando o projeto original era bienal, até para possibilitar uma maior participação de todas as escolas. E chegamos, de forma inédita, a reunir 44 mil eleitores em Blumenau, inclusive com uma eletrônica. Foi uma grande conquista!

Então, parabéns pelo seu trabalho, deputado Joares Ponticelli, pelo Parlamento Jovem, e por mais essa iniciativa da Escola do Legislativo.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos, também incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento. Gostaria de dizer, ainda, que a primeira vereadora mirim a usar a tribuna ontem é de Blumenau, uma prova de que esse projeto naquela cidade realmente está muito consolidado.

Mas o mais importante desse encontro também foi esse troca de experiências, porque aqui ontem estavam câmaras mirins como a de Blumenau, que é uma das pioneiras do Brasil e outras que foram recém-criadas. Então, essa oportunidade que as crianças e adolescentes têm de intercambiar experiências é extremamente positivo e fortalece a democracia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sras. parlamentares, srs. parlamentares, sr. presidente, todos que nos acompanham pela Rádio AleSc Digital, pela TVAL, os meus cumprimentos.

Quero, primeiramente, sr. presidente, e deputado Ismael dos Santos, v.exa. que é muito ligado à questão da criança e do adolescente, dizer que ontem tive a oportunidade de representar esta Casa na abertura da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no município de Blumenau. Recebi o estatuto revisado, atualizado, com uma bonita editoração, com certeza, um trabalho muito importante.

Quero dizer, deputado Ismael dos Santos, v.exa. que já foi secretário dessa área no município de Blumenau, que realmente os profissionais que lá estavam demonstraram um comprometimento com a causa, um interesse muito grande em trabalhar para que as crianças, para que os adolescentes tivessem os seus direitos resguardados, tivessem, acima de tudo, a sua qualidade de vida garantida. Foi um evento muito bonito.

Por isso, quero parabenizar, agradecer pelo livro, em nome da Assembleia Legislativa, a todos os profissionais que trabalham nessa área, desde os funcionários públicos municipais, estaduais, desde o Poder Judiciário, e demonstrar o quanto é importante o engajamento de todos no processo. Não adianta o município achar que sozinho vai dar conta do recado. É importante, deputado Ismael dos Santos, e nós, como parlamentares, temos essa obrigação, fazer com que o estado se envolva e ajude muito mais do que já está ajudando e vem ajudando.

O estado tem que ajudar também os municípios nessa questão. E uma das coisas que mais foi levantada nessa conferência, inclusive pelo Poder Judiciário, pela Promotoria Pública, foi a questão do consumo de entorpecentes, a questão das drogas, as drogas ilícitas, todas consumidas pelos jovens, pelas crianças, um grande problema. A maior parte das crianças e adolescentes detida hoje é devido ao consumo de alguma droga. E quando são pegos cometendo algum ato ilícito, algum crime, é justamente para sustentar o seu vício, para buscar dinheiro para comprar droga, cocaína, *crack* ou então para tomar bebida alcoólica. Eles acabam cometendo delitos e indo para o lado do crime para poder atender ao seu próprio vício. Isso é muito negativo e foi colocado na conferência.

Mas quero aqui, de forma muito forte e incisiva, parabenizar os profissionais, parabenizar todos que acreditam, não apenas do município de Blumenau, mas do vale do Itajaí, de toda Santa Catarina, porque é através do

trabalho em conjunto que vamos conseguir construir uma política social mais forte, voltada para o jovem, para a criança e para o adolescente.

Quero aqui também, sr. presidente, srs. parlamentares, sras. parlamentares, falar que faz três anos que ocorreu um dos maiores desastres naturais da história, não apenas do vale do Itajaí, não apenas de Santa Catarina, mas um dos maiores desastres naturais da história deste país.

Eu queria ter podido falar ontem, mas não consegui, sobre esse assunto na tribuna, mas quero falar hoje. Faz três anos que o vale do Itajaí, no nosso estado de Santa Catarina, passou por um dos maiores desastres naturais, mas hoje, com certeza, mostra uma força de recuperação muito grande, o quanto esse povo é lutador e como existem exemplos positivos para se aprender, para se superar ainda, acima de tudo, para trabalhar e buscar a solução de muita coisa.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede m aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado, apenas gostaria de fazer duas observações. A primeira, em relação à Conferência Municipal da Criança e do Adolescente, e aí gostaria de registrar a palavra do nosso velho e saudoso amigo, pastor Woldemar Kinas, quando dizia: "Quem não investe na criança hipoteca o futuro."

De fato, é necessário avançarmos nas políticas públicas em relação à criança e ao adolescente. E quando v.exa. traz o fato da tragédia climática de 2008, que completa agora três anos, nesta semana, acho que isso merece a nossa homenagem, o nosso respeito, a nossa reflexão aos 135 mortos naquela ocasião e às mais de três mil famílias que ficaram não apenas desalojadas, mas definitivamente sem as suas habitações. Foram três mil residências destruídas na cidade de Blumenau.

Por tudo isso, fica para nós a pedagogia da história e o alerta para a prevenção.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Agradeço ao deputado Ismael dos Santos, e realmente houve mais de 100 mortes naquela catástrofe. Muitas pessoas perderam as suas residências, uma região foi devastada e isso mudou totalmente a infraestrutura de alguns bairros. Tivemos vários problemas, muitos investimentos tiveram que ser feitos, mas hoje, três anos após essa catástrofe, e vale salientar que depois de um ano tivemos, novamente, deputado Moacir Sopelsa, uma enchente que assolou o vale do Itajaí, podemos dizer que estamos superando tudo isso. Em outras regiões do Brasil, como Petrópolis e outras regiões do Rio de Janeiro, tiveram até prefeitos cassados por malversação do dinheiro público. Nós poderíamos, hoje, estar aqui, em vez de falar de questões positivas, falando dos problemas da região. Mas, graças a Deus, graças ao trabalho feito em conjunto, graças ao

esforço de muitos, independentemente de partido político... E aí temos que ser justos com o governo dos municípios que fez a sua parte, com o governo estadual e até com o governo federal que ajudou. Poderiam ajudar mais, mas hoje estamos recebendo cada vez mais notícias positivas. Prova disso, srs. parlamentares, é que em vez de trazerem aqui notícias ruins, mesmo passando por esse desastre natural, mesmo passando por uma enchente, lendo os jornais desta semana, srs. parlamentares, as notícias que vimos são muito positivas.

Segundo o jornal *Diário Catarinense*, o vale do Itajaí é o melhor lugar para se viver em Santa Catarina. Nove, entre 17 cidades catarinenses com alto nível de desenvolvimento, ficam na região do vale do Itajaí. Blumenau lidera o "ranking" estadual, segundo o índice da Firjan, de desenvolvimento municipal apresentado este ano.

O *Diário Catarinense* conferiu as iniciativas que tornaram o vale do Itajaí o vale do paraíso, mesmo com essas catástrofes, mesmo com a enchente. Então, srs. deputados, lemos também, por exemplo, no *release* do *Barriga-Verde*, que Blumenau é a melhor cidade de Santa Catarina para viver.

Antes da catástrofe, antes da enchente em 2005, Blumenau era a 10ª cidade do estado, hoje, deputado Maurício Eskudlark, ela é a primeira em qualidade de vida. Das 17 cidades com melhor índice de qualidade de vida, segundo o Firjan, nove estão no vale do Itajaí, mesmo passando pelo desastre natural, mesmo passando por enchente.

Quero parabenizar esse povo, a região e dizer que tenho muito orgulho de representar o vale do Itajaí, de representar Blumenau, de representar esse povo catarinense que, mesmo passando por tudo que passou, não está usando isso como desculpa para problemas de qualidade de vida, de problemas estruturais, não. Mesmo passando por tudo que passou, o vale do Itajaí tem nove das 17 cidades mais desenvolvidas de Santa Catarina, segundo a Firjan, que é um instituto do Rio de Janeiro que não precisava nem falar sobre esse assunto, mas que criou um índice nacional para orientar empresas a investirem em cidades.

Esse instituto do Rio de Janeiro, de forma isenta, mostra a superação, a força, a união e o trabalho conjunto de todo o vale do Itajaí. Então, quero realmente dar os parabéns, porque é, sem dúvida alguma, uma superação. Que possamos, através desse exemplo, srs. parlamentares, todos os governantes, prefeitos, vereadores, deputados, a nossa presidente da República, os deputados federais, senadores, aprender com essa demonstração de força, garra, união, humildade, igualdade desse povo do vale do Itajaí, que superou todos os desafios, mesmo contra tudo e contra todos, até contra a natureza.

Mesmo com tudo isso é um dos melhores lugares do Brasil para se viver. Imagine sr. deputado Moacir Sopelsa, imagine se não tivesse passado por essas enchentes todas, como estaria hoje o vale do Itajaí. Imaginem, srs. deputados Ismael dos Santos e Maurício Eskudlark, como estaria hoje o vale,

se a BR-470 fosse duplicada. Como estaria o vale do Itajaí, se não tivessem morrido mais de 130 pessoas, neste ano, naquela rodovia da morte?

Então, espero que o governo federal e todos os órgãos governamentais possam olhar para o exemplo dessa gente, desse povo maravilhoso que, mesmo com todas essas dificuldades, mostrou a sua força e a sua garra, porque isso não se consegue do nada, não se consegue com um piscar de olhos, mas com muito trabalho. Alguns podem até vir aqui e dizer que tudo isso é resultado da economia nacional, mas não, isso é o resultado do trabalho desse povo maravilhoso, porque a condição da economia é igual para o país inteiro, mas foi essa região que conseguiu superar e mostrar essa força.

Quero, de uma forma muito especial, dizer que Blumenau passou de 10º para o primeiro município no estado, mesmo com essas dificuldades, mostrando muita garra, muita união e muito espírito de equipe, porque é disso que o povo precisa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jean Kuhlmann.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0051/2011, 0187/2011, 0296/2011, 0405/2010 e ao Projeto de Resolução n. 0011/2011.

Esta Presidência também comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0379/2011 e 0410/2011, todos de entidade social encaminhando documentação para a manutenção do título.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0034/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0039/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0654/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, 0655/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, 0656/2011, 0657/2011, 0658/2011 e 0659/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere de plano o Requerimento n. 0659/2011, de autoria do deputado Edison Andrino, a ser enviado aos familiares de Sidnei Noceti,

cumprimentando-os pela passagem do seu centenário de nascimento.

Moção n. 0154/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviada ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Finda matéria da pauta da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sras. parlamentares, srs. deputados, sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, quando falamos no vale do Itajaí, há muita coisa para ser dita. Como falei anteriormente, deputado Moacir Sopelsa, em vez de falar das questões negativas, quero falar naquele povo maravilhoso, trabalhador, que muito nos orgulha. Mas, ao mesmo tempo, isso traz muita responsabilidade para quem o representa nesta Casa. Quero dizer que representar o vale do Itajaí é, sem dúvida alguma, uma alegria, mas também uma grande responsabilidade, porque essa população merece o nosso trabalho, a nossa dedicação.

Neste momento, sr. presidente, na linha do que estava anteriormente falando, quero dizer que o vale do Itajaí, mesmo com todas as dificuldades, superou os desafios. O vale do Itajaí hoje possui nove das 17 cidades que segundo o Firjan têm melhor índice de qualidade de vida e desenvolvimento humano em Santa Catarina. Há necessidades também, mas aprendemos com a recuperação da catástrofe das enchentes e tiramos algumas lições.

Aprendemos muito e obtivemos lições de humildade, ou seja, que ninguém é melhor do que ninguém, que somente através da união conseguimos superar os desafios, somente com o trabalho em conjunto, em equipe. E temos que cobrar aquilo que realmente pertence ao vale do Itajaí. O cidadão tem direito que volte para a sua região tudo aquilo que ele paga de imposto.

Por isso, estamos cobrando várias obras de infraestrutura do governo do estado e cobrando também do governo federal projetos importantes. A questão do projeto Jica é um exemplo. É necessário haver investimento para amenizar os efeitos da enchente e várias obras, não só as envolvidas no projeto Jica. Também as obras do município são fundamentais para amenizar os efeitos da enchente, já que a região a cada dez anos tem a ocorrência de uma enchente de um grau, e a cada 20 anos ou 25 anos acaba acontecendo uma enchente de grau maior ainda.

Então, precisamos desse investimento, do retorno por parte do governo federal e do governo do estado para a região. E aprendemos que temos que justamente cobrar. Agora, existe outra lição que aprendi. Mas não quero vir à tribuna para fazer críticas ou apenas fazer cobrança, quero ser a favor da minha região, a favor de Blumenau, a favor do vale do Itajaí e trazer sugestões.

Estou trabalhando em uma sugestão. E quero aqui pedir, novamente, o apoio dos parlamentares, dos prefeitos. E as pessoas que nos estão acompanhando pela Rádio AleSC Digital, pela TVAI, que conhecem o seu prefeito, que conhecem o seu vereador, ajudem-me a levantar essa bandeira, fazer a cobrança no sentido de que as entidades organizadas do vale do Itajaí, srs. parlamentares, envolvam-se também neste processo, que é a criação de um órgão não burocrático, sem estrutura grande, um órgão com autonomia regional, para ajudar a gerenciar o sistema de proteção de cheias e estabelecer um grande plano diretor das ações preventivas e corretivas na questão das enchentes.

Temos que criar um órgão que seja regional, com sede localizada, que possa centralizar todas as ações que envolvam a questão do combate, da prevenção, de mitigação dos efeitos das enchentes. Não é possível e não é admissível que, por mais competente que ele seja, o engenheiro do Deinfra, por exemplo, cuide das barragens do alto vale, srs. parlamentares.

Deputado Sargento Amauri Soares, sabe quanto tempo leva para se ir daqui até Imbuia? Não é admissível que o engenheiro que cuida da barragem, por mais competente e eficiente que seja, seja de Florianópolis. No caso de uma catástrofe, de uma enchente, ele precisa sair correndo daqui para chegar à barragem e poder observar as questões.

Conseguimos implantar na barragem, quando eu era secretário, um sistema de monitoramento eletrônico, um sistema de vigilância. Por exemplo, quando você entra no site da Assembleia você vê o nível da ocupação da água na barragem. Mas é importante que exista um órgão regional.

Então, leva tempo para um engenheiro do Deinfra sair de Florianópolis e chegar até Ituporanga, Taió, José Boiteux, para verificar a questão das barragens. Se acontecer algum problema lá, tem que pedir para a Epagri/Ciram, em Florianópolis, verificar.

Assim, precisa haver um trabalho em conjunto, sim. Precisamos da Epagri, do Ciram, do Deinfra, de todos os órgãos envolvidos no processo. Mas a gestão, a questão de previsão de tempo, de anunciar para a população o que precisa ser feito quanto ao controle e saber se cada um está fazendo a sua parte, tem que ser regional.

É por isso que defendo a criação de um consórcio regional, em que vai haver a participação dos municípios, do estado, do governo federal. Por exemplo, o servidor que hoje trabalha na defesa civil de Blumenau pode ser cedido para esse consórcio.

E volto, deputado Sargento Amauri Soares, a Imbuia: se houver um problema lá, Imbuia não tem condições de ter uma estrutura própria de defesa civil. Então, o servidor da Defesa Civil de Blumenau, que tem experiência, capacidade técnica, conhecimento e está cedido para o consórcio, pode trabalhar em Imbuia, pois Imbuia também faria parte desse consórcio. Não há necessidade de contratar mais uma, duas, dez, 20 pessoas. Não precisamos criar um órgão inchado, um órgão que come o dinheiro público, nada disso. Nós temos que criar um órgão. Quem aqui já foi prefeito, como o próprio deputado Silvio Dreveck, sabe que um prefeito não pode pegar uma máquina sua e fazer trabalhar essa máquina no município vizinho se não tiver autorização legislativa. E como vai buscar autorização legislativa no momento de catástrofe, no momento de enchente? Vai ter que fazer no peito, na raça, correndo o risco de ser cassado. O consórcio evitaria isso. Permitiria uma gestão integrada das ações. Permitiria uma cooperação técnica entre os municípios, o estado e a união. Por exemplo, como o estado, hoje, vai fazer para consertar um problema na barragem, se a barragem é patrimônio da união? Se eu quiser pedir recurso para a união para consertar uma barragem, esse recurso vai levar dois, três, quatro, cinco anos para chegar aqui.

Precisamos tentar diminuir a burocracia. Acredito que essa ideia pode ser levada adiante. Por isso, quero pedir, novamente, o apoio de toda comunidade, da sociedade, de todos os parlamentares que aqui estão, dos prefeitos, para que possamos levar essa ideia adiante para criar esse órgão.

Repito, não se trata de criar cargo comissionado, de criar nenhuma estrutura adicional. Na verdade, é no sentido de unir as estruturas existentes para que as estruturas possam trabalhar de forma conjunta. Até porque, se eu operar mal a barragem de Taió, vai haver problemas em Itajaí. Se houver um problema na barragem de Ituporanga, vai haver problemas em Rio do Sul. A gestão dessa questão dos recursos hídricos, a gestão da Defesa Civil, não pode ser feita de forma isolada, no município. E por mais preocupado que seja, por mais comprometido que seja o secretário Geraldo Althoff, neste momento, se acontecer um problema de seca no oeste, ele vai ter que largar tudo no vale do Itajaí e começar a se preocupar com a seca no oeste.

Então, o vale do Itajaí tem que buscar a sua própria organização. E isso eu vi no Japão. Aprendi lá que realmente funciona, porque lá eles fazem assim. Existe uma estrutura específica para cuidar dessa questão. E nós do vale do Itajaí provamos que temos capacidade, conhecimento e somos referência em nível nacional e internacional na questão de prevenção de cheias e no trabalho de recuperação. E, se não fosse assim, não seríamos considerados pelo Diário Catarinense, deputado Moacir Sopelsa, o vale do Paraíso, onde estão nove das 17 cidades com melhor índice, segundo a Firjan. Então, mostramos que temos essa capacidade. E o vale do Itajaí tem esse potencial.

Agora, é importante que a região se una. É importante que todos acreditem que podemos fazer um trabalho que dependa apenas do vale do Itajaí e que possamos cobrar dos demais em seguida. É essa a ideia, a proposta.

Assomo a esta tribuna para pedir o apoio de todos os parlamentares, de toda a sociedade, porque se o vale do Itajaí não se organizar, se o vale do Itajaí não se unir, na próxima enchente, na próxima catástrofe, vai passar pelos mesmos problemas e pelos mesmos desafios!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Caro presidente desta sessão, deputado Moacir Sopelsa, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAI.

Queremos na manhã de hoje ressaltar aqui a homenagem feita à Epagri, numa sessão especial desta Casa, ressaltando a importância da empresa que foi formada pela fusão de três empresas: o Instituto de Apicultura, a Acarpesc, que fazia a extensão na área da pesca, e a saudosa Empasc - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. Já se passaram aí mais de 50 anos. A Acaresc foi fundada com base no serviço de extensão, de fomento. A Epagri, que completou no dia 20 de novembro seus 20 anos de fundação, é uma empresa que praticamente fecha todo o ciclo de pesquisa, de extensão, de fomento à agricultura de Santa Catarina.

Temos aqui uma agricultura muito forte. Com apenas 1,13% do território nacional, um território ainda cheio de escarpas, muito acidentado geograficamente; somos o 6º produtor brasileiro de alimentos. Somos referência em nível nacional e até internacional em muitas áreas.

A homenagem foi feita por todo o desenvolvimento que temos em Santa Catarina na área da suinocultura, da avicultura, do cooperativismo, da produção de arroz, da fruticultura, da maçã. Enfim, há uma série de produtos da bovinocultura de leite, da bovinocultura de corte, que fazem a riqueza de Santa Catarina. Nosso estado é exportador de produtos agropecuários graças ao trabalho de pesquisa e extensão.

Por isso, homenageamos os funcionários, os ex-funcionários da Epagri e também toda sua diretoria, hoje capitaneada pelo presidente Luiz Ademir Hessmann, que tem feito uma gestão, juntamente com a diretoria, no sentido de modernizar, de tornar a empresa ainda mais referência. A Epagri hoje é a maior e melhor empresa de pesquisa e de extensão rural do país. Essa empresa catarinense é orgulho para todos nós. Então, quero ressaltar a homenagem realizada na noite da última terça-feira.

Vou falar também da reunião de ontem da comissão de Economia, que contou

com a presença do presidente da Celesc, Antonio Gavazoni, que apresentou todo o plano de investimento da empresa para os próximos quatro anos, já em andamento no ano de 2011, até o ano de 2015, que mostra o planejamento da gestão, trazendo para todos nós uma garantia no fornecimento, na manutenção da energia que o nosso estado vai precisar para o seu desenvolvimento nos próximos anos.

Santa Catarina é um estado que tem crescido na ordem de 6%, 9%, valor que deve baixar para 5% em função das questões da economia mundial. Mas o estado precisa de energia, e a Celesc está garantindo, através do seu plano de investimento, em torno de R\$ 1,750 bilhão para recuperar toda a rede de transmissão de energia, de abastecimento, de subestações de alta potência e também de baixa tensão, para garantir a instalação de indústrias, sendo que só a região sul de Santa Catarina está agraciada com mais de R\$ 100 milhões.

Isso nós dá uma garantia, porque hoje existem várias deficiências. Empresas têm deixado de se instalar na região sul, principalmente no vale do Araranguá, por falta de energia elétrica. E, nessa audiência de ontem, ficou garantido um investimento na região de Criciúma de mais de R\$ 42 milhões, envolvendo o vale do Araranguá e também na região de Tubarão. Isso para nós é muito importante.

Eu quero cumprimentar o presidente Gavazoni e toda diretoria da Celesc por esse planejamento, pela competência e pela visão de futuro que a empresa começa a ter.

Na oportunidade, o presidente também esclareceu o pronunciamento da deputada Angela Albino, que criou certa instabilidade em todos os parlamentares desta Casa. O presidente da Celesc esclareceu que o projeto da Celesc que está chegando a Casa, deputado Silvio Dreveck, é apenas uma adequação da gestão, por exigência da Bovespa. A Celesc hoje é uma empresa com capital privado na Bolsa de Valores, e o projeto nada tem a ver com o controle acionário, nada tem a ver com a perda do controle pelo governo do estado. Na verdade é uma adequação. E quero aproveitar para esclarecer isso, porque a imprensa acaba ficando preocupada e causando transtornos para a gestão da Celesc. Então, os parlamentares devem ter certo cuidado com relação ao que colocam da tribuna, para evitar transtorno para as empresas públicas do estado.

Gostaria também de relatar a missão que participamos na Nova Zelândia e na Austrália, com foco também na agricultura, especialmente na bovinocultura de leite e corte. Esses são dois países novos e referências para nós em termos de futuro, de desenvolvimento da agricultura. Pudemos observar, deputado Elizeu Mattos, como a agricultura será no futuro, como a bovinocultura de corte será no futuro.

Na Austrália observamos que o desenvolvimento, a tecnologia aplicada, tem dado grandes rendimentos e melhorado a qualidade de vida dos agricultores daquele

país. Os agricultores praticam uma agricultura de resultado através de contratos de fornecimento, através de tecnologia na genética dos animais, mas também de melhoramento da qualidade genética na produção de pastagens. Quem quiser produzir leite, produzir carne, hoje, no Brasil, tem primeiro que pensar em produzir pasto. É importante produzir animais de qualidade e ter uma agricultura competitiva, capaz de permitir que os nossos produtos possam ser vendidos em outros mercados.

Quanto à sanidade animal, a fiscalização tanto feita na Nova Zelândia, como na Austrália mostra essa preocupação. Não é à toa que a Nova Zelândia exporta 36% do leite do mundo inteiro. Leite que não é produzido com a ração, com a soja, com o milho que é produzido no país, mas com pasto, desenvolvido através de pesquisa, de biotecnologia. A agricultura de lá encontrou um formato capaz de garantir renda ao produtor e qualidade de vida às famílias.

Por isso, é muito importante essa missão que foi organizada pelo Sebrae, com a participação da secretaria da Agricultura, de técnicos da Epagri, da Cidasc, em termos de referência.

Observamos neste país que a pesquisa é feita por resultado. O agricultor quer lucro na sua propriedade. Não adianta ter número de animais e não sobrar dinheiro no final do mês.

A lucratividade do sistema agrosilvopastoril da Nova Zelândia e da Austrália permite, inclusive, que o agricultor saia, viaje, tire férias durante o ano, porque ele tem, através da pesquisa, da automação, a redução da mão de obra.

Nós teremos poucas pessoas na agricultura daqui para frente, por isso precisa haver uma maior terceirização dos setores no Brasil, e a pesquisa que é feita hoje tem que estar focada em resultado, no lucro e, acima de tudo, na redução da mão de obra para o nosso produtor rural.

O leite produzido lá é comercializado através do sistema de cooperativas, sendo que a maior cooperativa de leite do mundo localiza-se na Nova Zelândia, chamada Fonterra, que exporta leite para todos os países da Europa, da Ásia, subprodutos do leite com valor agregado. O valor pago ao leite lá é maior do que no Brasil, e eles não gastam ração com a produção de leite, apenas pastagem melhorada geneticamente pelas estações de pesquisa.

A pesquisa feita naquele país é direcionada, os agricultores é que dizem o que os técnicos das empresas de pesquisa têm que pesquisar, e dos próprios agricultores, através da comercialização dos seus produtos, é descontado um percentual do valor do produto e feito um fundo para financiar as pesquisas.

Por isso é uma agricultura tão evoluída, por isso os agricultores de lá têm uma renda *per capita* maior do que a nossa.

Hoje, a renda *per capita* no Brasil gira em torno de US\$ 10 mil por ano. Na Nova Zelândia, gira em torno de US\$ 27 mil por ano e na Austrália, US\$ 41 mil. Então, qualquer produtor de lá hoje ganha a renda de um

médico no Brasil, graças à pesquisa, à tecnologia e à agricultura de resultado e, acima de tudo, à profissionalização e à eficiência dos agricultores.

As condições climáticas são piores do que a nossa, mas eles trabalham muito na prevenção e na organização dos produtores.

Essa missão é uma grande referência e por isso estamos elaborando um relatório juntamente com técnicos da agricultura, do Sebrae, para divulgar as ações vistas naquela missão, pois muitas coisas poderão ser aplicadas no Brasil, trazendo resultado já de imediato, preparando, acima de tudo, a agricultura familiar e os nossos agricultores para o futuro.

Era isso, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria, na linha de raciocínio do deputado Jean Kuhlmann, que ocupou há pouco esta tribuna, também fazer menção, de forma reflexiva, aos três anos da tragédia climática que abalou o vale do Itajaí e que, no último dia 22, teve essa perspectiva de reflexão e de reavaliação do que foi feito e de tudo que de fato conseguimos superar.

Fica registrado na história, inclusive, o nosso reconhecimento e a nossa homenagem aos 135 mortos no vale do Itajaí, naquela ocasião e, como dizia no aparte que fiz ao deputado Jean Kuhlmann, às mais de três mil residências que foram destruídas no vale do Itajaí.

Conseguimos avançar graças à parceria com o governo federal, com o governo do estado e com o prefeito João Paulo Kleinübing, que tem conseguido, nessa perspectiva sintonizada com as outras esferas de governo, uma recuperação não somente da infraestrutura como, em especial, das residências desses que foram atingidos.

Hoje, na parceria do Programa Minha Casa, Minha Vida mais de 1.900 apartamentos foram entregues aos blumenauenses que foram, de uma forma ou de outra, afetados pela tragédia de 2008.

Fica para nós a lição e a pedagogia, mas primeiramente a pedagogia da memória, porque ela nos leva à prevenção. Fica também a lição e a pedagogia do reconhecimento pelo trabalho e pela atuação de nossos funcionários na área da saúde, da segurança, da infraestrutura, da assistência social, quer do governo federal, estadual como também das secretarias municipais, mas, sobretudo, o reconhecimento da sociedade blumenauense e do vale do Itajaí que soube superar, com muito heroísmo, a tragédia climática de 2008.

Eu gostaria, sr. presidente, de mencionar, nesta manhã, duas reportagens desta semana, a primeira da revista *Veja* e a outra da revista *IstoÉ*.

Nós estamos percorrendo o estado de Santa Catarina tornando público o nosso relatório de ações da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas. Esta semana no sul, na Unibav, Universidade Barriga-Verde, em Orleans, e ontem estivemos também no alto vale. Mas preocupam-nos ainda algumas indagações que a sociedade catarinense faz com respeito à prevenção e ao combate às drogas.

Foram muito esclarecedoras essas duas reportagens, a primeira das páginas amarelas da revista *Veja*, com o ministro Alexandre Padilha, da Saúde.

(Passa a ler.)

“O governo está há tempo prometendo lançar uma campanha de combate ao crack. Por que está demorando tanto?”

- Eu estive pessoalmente na Cracolândia de São Paulo, no início do ano, e observei de perto a deterioração provocada pelo crack. Para mim é evidente que essa droga se tornou uma epidemia, não há outro termo, não há como amenizar. Por isso, a ação não pode ser exclusiva da saúde. É preciso haver uma coordenação de ações de segurança pública, de educação, de reinserção social. Nós, da Saúde, queremos por o dedo nessa ferida do crack e ajudar a cicatrizá-la. Já não é sem tempo, a epidemia avançou mais rápido do que as ações de combate.” [sic]

Exatamente isso que temos comentado e debatido nas nossas audiências públicas, o que de fato ratifica o nosso posicionamento.

A outra entrevista é de João Goulão, que é nada mais nada menos do que o presidente do Conselho de Administração da Agência Europeia de Informação sobre Drogas e do Instituto de Droga de Toxicodependência de Portugal. É uma das pessoas mais citadas hoje em qualquer biografia sobre o combate e prevenção às drogas.

E ontem, aqui no Brasil, o Supremo Tribunal Federal, deputado Maurício Eskudlark, mais uma vez ratificou a decisão de liberar a tal da Marcha da Maconha e outras marchas que defendam, de uma forma ou de outra, a descriminalização das drogas.

Mas, em relação à maconha, de forma específica, chamou-me a atenção porque essa é a defesa que, inclusive, o ex-presidente Fernando Henrique fez na imprensa, na mídia, derrubando tabus, como conferencista, colocando Portugal como modelo de combate às drogas.

Então, na revista *IstoÉ* está o seguinte:

(Passa a ler.)

“ISTOÉ - Maconha é uma droga leve?”

Goulão - Maconha não é mais uma droga leve. A maconha hoje tem uma concentração do princípio psicoativo, o THC, muito maior do que dez anos atrás. Aliás, nenhuma droga pode ser considerada leve.”

E aí a revista faz outra indagação e essa nos interessa ao debate que temos travado contra a liberação da maconha.

(Continua lendo.)

“ISTOÉ - O sr. acredita que o Brasil esteja preparado para descriminalizar o consumo de drogas?”

Goulão - Eu diria que no Brasil há uma carência de respostas públicas. O fenômeno da droga e da dependência tem de ser abordado por algum órgão, a Justiça ou a Saúde. Não podemos retirá-la da Justiça e não ter as respostas da Saúde. As próprias autoridades policiais, ao terem uma abordagem mais amigável em relação aos usuários, necessitam de estruturas de saúde que possam se ocupar deles. Senão fica o vazio: nem há perseguição policial nem oferta de tratamento.” [sic]

Sr. deputados, telespectadores da TVAL e da Rádio Alesc Digital, o próprio presidente do Conselho de Administração da Agência Europeia, que é a maior autoridade sobre combate e prevenção às drogas de Portugal, coloca-se contrário, inclusive, quando fala que o Brasil não estaria preparado para esse tipo de política pública.

Assim sendo, deixo aqui o alerta e informo que continua a nossa batalha no combate e na prevenção às drogas.

Por último, sr. presidente e srs. deputados, quero fazer também uma homenagem toda especial ao maior de todos os poetas de Santa Catarina, porque hoje, exatamente hoje, celebramos 150 anos de nascimento do poeta Cruz e Sousa.

Ele não somente foi o introdutor do simbolismo no Brasil como simboliza para nós uma atitude de superação. Era negro, pobre, discriminado, inclusive na sociedade do antigo Desterro; conseguiu implementar através da sua capacidade artística de trabalhar com a palavra, burilando os versos para se tornar uma figura mundial no que diz respeito à literatura, tornando-se de fato o maior expoente da literatura catarinense.

E nesta homenagem pelos 150 anos do nascimento de Cruz e Sousa, permitam-me traduzir aqui a expressão da sua voz, da sua poesia nos versos registrados de sua autoria, cujo título é Divina. Assim falava Cruz e Sousa!

(Passa a ler.)

“DIVINA

Eu não busco saber o inevitável

Das espirais da tua vi matéria.

Não quero cogitar da paz funérea

Que envolve todo o seu inconsolável.

Bem sei que no teu círculo maleável

De vida transitória e mágoa séria

Há manchas dessa orgânica miséria

Do mundo contingente, imponderável.

Mas o que eu amo no teu ser

obsuro

É o evangélico mistério puro

Do sacrifício que te torna heroína.

São certos raios da tu'alma ansiosa

E certa luz misericordiosa,

E certa auréola que te fez divina!”[sic]

Esses são versos do poeta Cruz e Sousa. Por isso hoje nós catarinenses orgulhamo-nos dos 150 anos de nascimento

desse que, como disse, é a mais importante figura da literatura catarinense.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar o eminente deputado Silvio Dreveck, que representa o planalto norte, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. presidente. V.Exa. não somente faz parte como também representa o planalto norte e o estado de Santa Catarina.

Primeiramente, quero fazer um registro da manifestação do deputado Sargento Amauri Soares com relação à anistia dos policiais, devido ao modo em que estavam sendo penalizados, e registrar também que esse trabalho que foi feito, em que houve compreensão por parte do comando da própria Polícia Militar, é uma ação que na verdade estabiliza e cria um clima mais favorável por conta desse fato que vinha criando constrangimentos.

Quero ressaltar também a iniciativa do próprio comando e, ao mesmo tempo, do deputado Sargento Amauri Soares, que inúmeras vezes aqui se manifestou a respeito do assunto. E quero compartilhar com todos os deputados nesse pensamento, nessa ideia.

Portanto, nossos cumprimentos a essa decisão acertada.

Por outro lado, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que preside, neste momento, a sessão, temos acompanhado, nos últimos dias, as manifestações, as audiências feitas por conta da mobilidade urbana nas cidades, por conta das nossas rodovias estaduais e federais, e o assunto que está polêmico é o acesso à cidade de Florianópolis, à nossa Ilha, vamos dizer assim.

O contrato com a empresa que tem a concessão da BR-101, que tem contrato e compromisso com as obras de infraestrutura, parece-me que agora toma um caminho mais acertado e, juridicamente falando, que está previsto no contrato de execução de obras que fazem parte dessa construção.

Mas, sr. presidente e srs. deputados, cada vez mais ouço e presencio que a situação das rodovias, das ferrovias brasileiras e dos aeroportos é cada vez mais caótica e estão, na verdade, praticamente estagnadas. E hoje ouvimos o deputado Edison Andrino, ao falar do aeroporto de Florianópolis, dos portos brasileiros, do porto de Itajaí, que há poucos dias ficou paralisado, causando prejuízos enormes à economia catarinense e brasileira, dizer que algumas iniciativas foram tomadas pelo governo federal no que diz respeito à construção de aeroportos.

Deputado Antônio Aguiar, v.exa. tem acompanhado o drama que vivem os usuários da BR-280. O trecho que vai do município de Jaraguá do Sul a Corupá é o que alivia a obra que está sendo executada, mas o edital de licitação da duplicação da BR-280 de Corupá a Jaraguá do Sul até o porto de São Francisco do Sul já foi adiado pela terceira vez e se continuar assim vamos ficar mais uma década no discurso, no debate e a obra não acontecerá.

Não é diferente na BR-470.

O que quero dizer com isso, deputado Antônio Aguiar, e todos nós sabemos, é que o Custo Brasil está elevadíssimo e não é para menos que hoje está o seguinte no *Diário Catarinense*:

(Passa a ler.)

“Crescimento Zero

2009 foi um ano perdido para SC”

Ou seja, a indústria não cresceu. Por isso vamos fazer essa relação do Custo Brasil. E quando se fala no Custo Brasil, além da carga tributária, além dos impostos, não nos podemos esquecer da falta de investimentos em infraestrutura. Quando se fala em infraestrutura, voltamos novamente a rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, energia, entre outros. Mas o que quero ressaltar é que estou me convencendo cada vez mais de que se o Brasil não partir para a concessão de rodovias federais, de ferrovias, de aeroportos, de portos, a nossa geração não poderá ver o brasileiro, ou nós brasileiros, em condições de transitar com segurança ou pelo menos com mais segurança nas nossas rodovias.

O governo tem dinheiro para fazer esses investimentos, mas muitas vezes ele não é utilizado nas prioridades, no sistema de infraestrutura.

A capacidade do Brasil, que era de 20% do PIB para investimento, aproximadamente, na década de 70, 80, hoje está na faixa dos 4%.

O que precisamos, deputado Antônio Aguiar, é trabalhar com uma concessão, mas com uma agência reguladora que dê segurança jurídica, principalmente ao usuário, e que não fique protegendo o contrato da concessão.

Ora, se existe a agência reguladora, e há agência para o sistema ferroviário, para o sistema rodoviário, ou seja, para o transporte terrestre, no caso a ANTT, então ela tem que fazer cumprir o contrato em defesa do usuário, pois ele está pagando por isso - ele paga o pedágio. Mas ao mesmo tempo o custo de despesa do seu veículo pesado, ou seja, do seu caminhão, em função de uma rodovia melhor, será menor. E não contando que a cada dia que passa há um maior número de veículos, tanto leves quanto pesados, por uma questão do crescimento normal do país. E a cada dia há mais acidentes, prejuízos materiais e, o que é mais grave, prejuízos que não se resgata mais, que são as vidas humanas. Todos os dias a vida de pessoas é ceifada em nossas rodovias.

E os países dos continentes europeu, asiático e americano trabalham com as concessões, mas com agências que cumprem o seu dever em defesa do usuário.

O Brasil precisa, urgentemente, acelerar o plano das concessões, porque senão, repito, a nossa geração não vai ver rodovias, ferrovias e aeroportos à altura da necessidade que o usuário precisa. Se hoje estamos nessa situação, e ainda não iniciou o volume maior de passageiros em nossos aeroportos por conta da Copa do Mundo do Futebol que será realizada no Brasil, imaginem quando chegar este momento.

Então, presidente Dilma Rousseff, acelere esse processo. E os estados, evidentemente, também não têm muita saída.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, meu conterrâneo de Canoinhas, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, deputado Antônio Aguiar, nosso ilustre representante de Canoinhas, minha terra natal, com muito orgulho. Devo dizer que sou de Marcílio Dias e tenho ido constantemente para lá. Fui agora, no Dia de Finados. Estive fazendo uma visita ao município e, ontem, conversando com o Biluca, da rádio, ele me disse que enviou um expediente a v.exa. e também ao nosso gabinete solidarizando-se com a Polícia Militar de Canoinhas e pedindo viaturas. Eu sei que v.exa. pleiteou isso junto ao secretário da Segurança, assim como eu também, e esperamos que Canoinhas, como também grande parte dos municípios de Santa Catarina, seja atendida nessa compra que o governo está fazendo de viaturas para a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e o IGP.

Então, é sempre um grande orgulho poder estar lá. Eu saí de Canoinhas para fazer a faculdade e o meu desejo era voltar para lá. Mas, como sempre digo, acredito muito em Deus, e as coisas não acontecem por acaso. Fui convidado, no final do curso, para fazer concurso para delegado. E após fazer a academia não havia vaga para o planalto norte. Assim, escolhi o oeste catarinense e fiz esse caminho. Eu queria voltar a Canoinhas como delegado, mas voltei como chefe de polícia.

Então, Deus foi bondoso comigo e realizou um sonho, deputada Professora Odete de Jesus, maior do que eu imaginei. Eu sempre digo que tenho que agradecer a Deus e trabalhar muito, porque sempre tenho recebido muito mais do que quis e pensei.

Mas quero me colocar junto às manifestações do deputado Sargento Amauri Soares a respeito da anistia dos policiais militares que, agora, está sendo encaminhada pelo governador Raimundo Colombo, pelo comando da polícia e, especialmente, pelo governo, porque, hoje, já passou a ser uma decisão política. Quando era uma decisão administrativa ou judicial não dependia da decisão de governo. Hoje depende da decisão do governo.

Então, a anistia dos policiais militares é um mérito de todos aqueles que a pleitearam: do deputado Sargento Amauri Soares e de todos os deputados desta Casa, mas especialmente do governador Raimundo Colombo.

Eu acho justo. Várias vezes tratamos desse assunto, falamos algumas vezes da possibilidade de haver uma aposentadoria proporcional, mas a anistia é o melhor caminho restabelecendo os seus direitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Na verdade, a anistia significa o perdão daqueles que cometeram uma

infração. Mas o perdão perante a sociedade e o perdão do governador é, sem dúvida nenhuma, uma atitude nobre que dignifica os policiais e traz o reconhecimento da sociedade para aqueles que foram punidos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Com certeza, deputado Antônio Aguiar, até porque todos, sem exceção, são profissionais com uma excelente ficha profissional. Todos são grandes profissionais da segurança pública, mas que cometeram um erro. E todos estão sujeitos a cometer algum erro. Houve excesso, e a segurança pública é fundamental. Naquela ansiedade de conseguir os seus direitos, os seus pleitos, ocorreram alguns excessos, como eu tenho medo que ocorra na Polícia Civil nessa manifestação agora da categoria. Por isso, é preciso que haja muita coerência nas ações.

Alguns policiais praticaram aquela manifestação, ou quase todos, enfim, foi um número muito grande, e alguns foram penalizados. A penalização tem que ocorrer quando se comete algum ato, mas foi uma penalização, vamos reconhecer, muito drástica: a perda da função por profissionais que dedicaram a sua vida à atividade da segurança pública.

O seu conhecimento profissional é aquele, eles têm toda a sua vida voltada em torno da atividade policial, e acabaram sendo exonerados.

Então, essa anistia é uma medida justa e importante, de acordo com os princípios do governador Raimundo Colombo. Tanto é que agora, nesse novo momento de conflito, vemos posições divergentes. Quando a Polícia Civil faz essa manifestação pelos seus direitos, pela sua defasagem salarial, vemos a Polícia Militar dizendo que está tudo bem. E essa mobilização da Polícia Civil conseguiu até unir coronéis e praças. Antes havia uma disputa, havia algumas discordâncias e, hoje, vemos que oficiais e praças estão unidos, dizendo, inclusive, que não precisa aumento, pelo menos nesse momento, mas que se derem para a Polícia Civil eles querem também, porque a segurança é um todo; um puxa o outro. E já ocorreu isso em outras situações de reposição salarial.

Então, parabéns ao governador Raimundo Colombo e à sociedade catarinense.

Nós sabemos que esses profissionais vão voltar à ativa mobilizados, o que é muito importante. O estado de Santa Catarina precisa dessa segurança pública fortalecida.

Eu até tenho aqui a manifestação da OAB e da Câmara de Dirigentes Lojistas de Camboriú, encaminhando uma cópia do jornal *Linha Popular* contendo manchetes de capa a respeito da segurança pública, já que o município de Camboriú, e como já em épocas passadas, agora enfrenta uma questão de segurança muito grave.

A presidente da OAB de Camboriú, Jucélia Vinholi Monteiro, e o Juliano Dalago Müller, diretor da CDL de Camboriú, mandaram este expediente com alguns dados a respeito da criminalidade no município de Camboriú, juntamente com a sua preocupação.

Relatam sobre diversos tipos de crimes e homicídios. Dizem que em julho de 2011 Camboriú igualou o número de homicídios que teve em todo o ano passado. Ou seja, nos seis meses deste ano houve 28 homicídios, que é o número que houve lá, infelizmente, no ano de 2010. Então, a criminalidade aumentou. Até agora 28 pessoas foram assassinadas na cidade.

Falam também que o efetivo da Polícia Militar é de 40 homens, um efetivo razoável dentro da proporção que existe no estado de Santa Catarina, mas que são divididos entre os turnos de trabalho, e assim coloca-se um número insignificante de policiais nas ruas.

E a grande reivindicação da OAB de Camboriú e da Câmara de Dirigentes Lojistas é a esse respeito.

A reclamação do CDL e da OAB também é com referência ao fato que Camboriú ficou fora das regiões previstas pela secretaria da Segurança para a implantação das câmeras de monitoramento. Vários municípios da região foram atendidos, municípios de grande importância, e, em razão do número de crimes em

Camboriú, o município solicita que também seja atendido.

Sabemos que o governo do estado tem dado essa prioridade, e vai dar. E tenho certeza de que a secretaria da Segurança vai incluir Camboriú, até porque todos vamos pleitear isso no projeto de implantação de câmeras de segurança.

Falo aqui também dos menores infratores. Hoje foi falado muito da questão das drogas, da questão da criminalidade e dos atos infracionais. E quando vemos o menor, imaginamos uma criança, mas, infelizmente, temos tido quase maiores intitulando-se crianças...

(Discurso interrompido por término do tempo regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Gostaria de parabenizar o deputado Maurício Eskudlark pelo seu pronunciamento esclarecendo aos policiais civis e militares a maneira como o governo está conduzindo e como vai resolver esse problema, ajudando os delegados, os agentes policiais e

os agentes da Polícia Civil, para que se possa chegar num acordo para que os trabalhos continuem normalmente.

Esta Presidência comunica, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, que são as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da 108ª Sessão Ordinária, de 29/11/2011:

Discussão e votação em segundo turno dos Projetos de Lei n.s: 0362/2011; 0374/2011 e 0458/2011;

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s: 0357/2011; 0127/2011 e 0138/2011;

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei n.s: 0258/2011 e 0428/2011.

Antes de encerrar a presente sessão, convocamos outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 021ª SESSÃO ESPECIAL

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

HOMENAGEM À DIREÇÃO REGIONAL DE SANTA CATARINA DO

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS

SOCIOECONÔMICOS - DIEESE - PELA PASSAGEM DOS SEUS 30 ANOS

DE FUNDAÇÃO

PROPOSIÇÃO DEPUTADO DIRCEU DRESCH

SUMÁRIO

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Menciona que a atuação do Dieese em prol da classe trabalhadora acarretou melhor qualidade de vida aos brasileiros.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Parabeniza a instituição pela ideologia adotada ao longo dos anos.

IVO CASTANHEIRAS - Lembra que o Dieese é a entidade responsável pela divulgação de indicadores que se incorporaram no dia a dia da economia brasileira.

CLEMENTE GANZ LÚCIO - Aponta o Dieese como um patrimônio dos movimentos sindicais.

ZENAIDE HONÓRIO - Afirma que o Dieese nunca saiu dos seus propósitos e é a única instituição que oferece esse tipo de assessoramento no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convidamos as autoridades que serão nominadas para compor a mesa:

Senhora Zenaide Onório, presidente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos;

(Palmas)

Senhor Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos de Santa Catarina;

(Palmas)

Senhor Ivo Castanheira, coordenador sindical do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, escritório regional de Santa Catarina;

(Palmas)

Senhor Neudi Antônio Giachinni, presidente da Central Única dos Trabalhadores;

(Palmas)

Senhora Maria das Graças Felisberto Daros, representando neste ato a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil;

(Palmas)

Senhor Osvaldo Olávio Mafra, presidente da Força Sindical de Santa Catarina;

(Palmas)

Senhor Carlos Magno da Silva Bernardo, representando neste ato a União Geral dos Trabalhadores de Santa Catarina.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão foi convocada por solicitação deste deputado, e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em homenagem ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, escritório regional de Santa Catarina, também representado pelos nossos dirigentes nacionais, na passagem dos 30 anos dessa entidade tão importante.

Neste momento, pedimos a todos sinal de respeito para a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

Destacamos também a presença de inúmeras lideranças:

Senhor Sandro Luiz Cifuentes, diretor-financeiro do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do estado de Santa Catarina;

Senhor Jorge Dotti Cesa, diretor-presidente do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina;

Senhora Fátima Kafer, neste ato representando o Sindicato das Indústrias de Energia Elétrica de Concórdia;

Senhor Jair Maurino Fonseca, representando neste ato o Conselho de Administração da Celesc, e também os trabalhadores;

Senhor José Roberto da Silva, diretor do Sindicato dos Comerciantes de Florianópolis;

Senhor Leandro Nunes da Silva, coordenador da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina;

Senhor Carlos De Cordes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Químicos de Criciúma;

Senhora Vera Meurer, presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio de Itapema;

Senhor Paulo Cardoso de Bem, presidente da Puma, Associação dos Agentes e Funcionários do Complexo Penitenciário do Estado de Santa Catarina, São Pedro de Alcântara;

Senhor Rogério Manoel Correa, presidente do Sindicato dos Empregados em Edifícios da Grande Florianópolis;

Doutora Mariazinha Campanhim, representando neste ato o Escritório de Advocacia Trabalhista e Previdenciário do Sindicato dos Comerciantes em Edifícios do município de Florianópolis;

Senhor Thiago Duarte do Nascimento, neste ato representando o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Florianópolis;

Sr. Luiz Carlos Ortiz Primo, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Jaraguá do Sul e região;

Senhor Lael Martins Nobre, presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio de Florianópolis;

Senhor Jânio Silva, vice-presidente da Federação dos Trabalhadores em Saúde do Estado de Santa Catarina;

Senhor Enedir Wodzik, presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio de São José e região;

Senhor José Oliveira Mafra, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Água, Saneamento e Meio Ambiente de Santa Catarina;

Senhor Erlédio Pering, representando neste ato a deputada estadual Ana Paula Lima;

Senhor Sidney Furlan, vereador do município de Curitiba;

Senhor Mário Antônio da Silva, secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público de Santa Catarina;

Senhora Maria das Graças Albert, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Santa Catarina;

Senhor Flávio Roberto Pilar, secretário de Raça, Gênero e Etnia do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Santa Catarina - Sintrafesc;

Senhor Marcondes Frontório, coordenador do Departamento Estadual dos Metalúrgicos da Confederação Nacional dos Metalúrgicos - Central Única dos Trabalhadores - CUT;

Senhora Dirlei Magnani, chefe-de-gabinete, neste ato representando o excelentíssimo sr. deputado estadual Neodi Saretta.

Quero, neste momento, cumprimentar todos os companheiros e companheiras dirigentes sindicais, dirigentes de movimentos e lideranças políticas que estão aqui presentes.

Também gostaria de agradecer a presença da deputada Luciane Carminatti e dizer da alegria dessa homenagem num dia tão especial para nós. São 30 anos do Dieese, essa entidade que marca a vida do sindicalismo e dos trabalhadores brasileiros e catarinenses no trabalho, podemos assim dizer, de bastidores, de assessorias, de informações e de dados que vem trazendo para as grandes negociações, para as grandes lutas do sindicalismo brasileiro.

Homenagear essa entidade, com a presença significativa de lideranças que estão aqui hoje, é, com certeza, um marco na história dos 30 anos do Dieese.

O Brasil vive um novo momento e, com certeza, em épocas de inflação alta e de arrocho salarial no país era muito mais difícil o papel das entidades sindicais e do Dieese. Nesses últimos anos estamos vendo no país uma nova perspectiva, uma nova luz para os trabalhadores brasileiros, sendo que temos chegado em torno de 80% das categorias profissionais negociando os seus salários com ganhos reais. Esses são passos fundamentais para o fortalecimento do estado brasileiro, o fim das privatizações e o fortalecimento das nossas empresas públicas como a Petrobras, com grandes investimentos, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. É o estado como indutor de uma nova perspectiva também de desenvolvimento do Brasil.

Nós estamos vendo notícias e informações pelo mundo afora de que, mais uma vez, os trabalhadores pagam, a duras penas, com o seu sangue e suor, essa crise que vem afetando o mundo nesses últimos tempos. E as notícias dessa última semana mostram que a doutrina do FMI está sendo implantada em muitos países e que estão sendo feitos cortes de investimentos, mas, acima de tudo, está-se implantando nova carga tributária para os trabalhadores e arrocho salarial.

Felizmente, no Brasil estamos com grandes desafios, é verdade, ainda pela frente. Tiramos mais de 20 milhões da miséria e muitos deles já estão empregados, hoje, e são trabalhadores associados à base do sindicalismo, à base do Dieese. Temos praticamente 17 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza. Então, temos grandes desafios pela frente.

Tivemos grandes investimentos na área educacional no Brasil, com a criação de universidades e de escolas técnicas preparando melhor os nossos profissionais.

Mas, por outro lado, temos ainda um grande déficit educacional em nosso país, e é preciso qualificar melhor os nossos trabalhadores porque o resultado dessa melhor qualificação também aumenta o seu salário. Esse é um dado concreto.

Nesta semana outro fato importante marcou o Brasil e, principalmente, o sindicalismo brasileiro, que foi a triste página da história brasileira do período da ditadura militar. Com a criação da comissão da Verdade esta Casa também já está fazendo a sua parte, a partir de uma audiência pública que realizamos há uma semana.

Em Santa Catarina, para se ter uma ideia, ainda temos 12 pessoas desaparecidas, sendo que ainda não foram identificados os corpos de quatro pessoas. E com a criação da comissão da Verdade, no Brasil, a sociedade poderá ter acesso a informações que até hoje não foram trazidas a público, principalmente para as famílias que perderam pessoas durante essa história terrível que o nosso país passou. E muitos que estão aqui lembram muito bem dessa história.

Não podemos esquecer essa história da ditadura militar no Brasil, o que aconteceu nesse período e o que significou para os trabalhadores. E também não podemos esquecer um período cruel que o Brasil viveu de recessão, de desemprego e de miséria. E sempre falamos que temos ainda grandes desafios pela frente, e quanto melhor organizados os trabalhadores estiverem mais conquistas certamente terão.

Então, esta simples homenagem que esta Casa presta nesta noite é, justamente, para reconhecer essa história maravilhosa dos 30 anos do Dieese, e também aqueles que participaram ativamente da vida e das ações do trabalho desse órgão.

Ao agradecer a presença de todos vocês nesta noite, quero dizer da satisfação de, hoje, homenagearmos o Dieese. De fato ele precisa ter o respeito da sociedade e dos trabalhadores.

Agradecemos a todos e, nessa perspectiva, vamos continuar o nosso trabalho e a nossa luta. Nesta Casa estamos à disposição, e já temos um grande desafio pela frente, que é a luta pelo piso mínimo regional e o reajuste do ano que vem também, um projeto importante que foi aprovado nesta Casa.

Então, vamos continuar a luta pela democratização do país, e democracia também significa maior distribuição de renda, oportunidade de educação, de cultura, de lazer e de qualidade de vida do nosso povo brasileiro.

Parabéns pelos 30 anos do Dieese, que tem essa bonita história!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Agora vamos ouvir uma breve fala dos representantes de todas as centrais sindicais e das entidades que estão aqui na mesa, e também da nossa deputada, se quiser fazer uso da palavra.

Peço que todos sejam breves nas suas falas. E é importante que as entidades

possam trazer o seu recado e prestar a sua homenagem pelos 30 anos de luta do Dieese.

Convido, então, para fazer uso da palavra a sra. Maria das Graças Felisberto Daros, representando neste ato a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS FELISBERTO DAROS - Boa-noite a todos aqui presentes e aos membros da mesa.

Cumprimento o excelentíssimo sr. deputado Dirceu Dresch, e as pessoas representando o Dieese, bem como os representantes das outras centrais que se fazem presentes nesta mesa.

Nós, da CTB, Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, somos uma central nova. Agora, em dezembro, completamos quatro anos de criação. Nascermos num congresso com três mil e tantos delegados representando mais de 500 sindicatos de todo o país, e em Santa Catarina, após a criação de CTB, integramos também as lutas das centrais de Santa Catarina e as lutas que o Dieese vem congregando ao longo desses quatro anos em benefício dos nossos trabalhadores e trabalhadoras.

Nós, da CTB, fazemos uma inter-relação com os trabalhadores e trabalhadoras urbanos e rurais. Temos grande parte dos sindicatos filiados, que são sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, mas a nossa luta é por um todo dos trabalhadores e das trabalhadoras de Santa Catarina, quando a nossa luta se expande nacionalmente também dos trabalhadores e trabalhadoras deste Brasil.

Temos as nossas bandeiras de lutas, temos aquelas bandeiras que fazemos em conjunto com todas as centrais, fazemos essa união e há essa força de trabalho. O Dieese tem uma grande parcela de trabalho conosco no movimento sindical. Seja na mobilização, para fazermos as lutas pelos trabalhadores e trabalhadoras, seja na formação dos nossos sindicalistas, o Dieese está sempre presente nos nossos trabalhos. E costumamos dizer que o Dieese é aquele nosso parceiro que quando está presente faz a diferença. Aqui em Santa Catarina temos a grande alegria de contar sempre com as parcerias do Castanheira e do Zé Álvaro, que sempre chamamos.

É uma honra para nós, hoje, estar participando dessa solenidade em homenagem ao Dieese catarinense, aos 30 anos de trabalho que vem fazendo em prol dos trabalhadores e das trabalhadoras do estado de Santa Catarina.

Esperamos que o nosso trabalho continue por muito e muito tempo e que possamos cada vez mais estar unidos, fazendo unidade com todas as centrais, com todos os pensamentos, com toda a diferença que temos, mas fazendo essa unidade pensando sempre nos trabalhadores e nas trabalhadoras que precisam do nosso trabalho, para o melhor da vida deles.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Convido para fazer uso da palavra o

sr. Carlos Magno da Silva Bernardo, representando a União Geral dos Trabalhadores.

O SR. CARLOS MAGNO DA SILVA BERNARDO - Boa-noite aos companheiros e companheiras.

Quero cumprimentar os componentes da mesa na pessoa do nosso deputado Dirceu Dresch.

Estamos fazendo aqui uma breve reflexão sobre o Dieese de Santa Catarina, em nossa opinião, talvez a única instituição no mundo que foi criada por uma intersindical para fazer o estudo do mundo do trabalho, na ótica dos trabalhadores, na visão dos trabalhadores.

Gostaria de dizer que o papel do Dieese de Santa Catarina, na verdade do Brasil, mas estamos falando do Dieese de Santa Catarina, é fundamental porque unifica centrais sindicais com diferentes pensamentos, diferentes ideologias, para que possamos, juntos, unidos conquistar e defender o trabalhador, pois o papel das centrais do movimento sindical é defender o trabalhador.

Quero desejar ao Dieese que continue 30, 60 anos nessa assessoria para o movimento sindical de Santa Catarina, como também para a sociedade brasileira, que precisa das informações e da sua assessoria.

Quero dizer, companheiros e companheiras, que vamos todos juntos rumo à construção de um novo sindicalismo nessa sociedade de conhecimento, mas com bastante justiça social.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Muito obrigado, sr. Magno.

Convido agora para fazer uso da palavra o sr. Neudi Antônio Giachinni, presidente da Central Única dos Trabalhadores.

O SR. NEUDI ANTÔNIO GIACHINNI - Boa-noite a todos os companheiros e companheiras.

Quero cumprimentar o deputado Dirceu Dresch, companheiro que, como sindicalista, militou em nosso meio; a deputada Luciane Carminatti; os companheiros das centrais sindicais que estão na mesa Ivo Castanheira, que é diretor do Dieese em Santa Catarina; o companheiro José Álvaro, que é responsável pelo escritório em Santa Catarina, e a sra. Zenaide, presidente do Dieese nacional.

Companheiros e companheiras, estamos falando sobre o Dieese em Santa Catarina, 30 anos, mas quero cumprimentar também o Clemente Ganz Lúcio, do Dieese nacional, que está completando 56 anos.

Nasceu no dia 22 de dezembro de 1955 o Dieese nacional e em Santa Catarina no dia 26 de novembro de 1971.

Falar do Dieese, uma instituição tão grande para mim, presidente da CUT Santa Catarina, é uma honra e uma satisfação.

Cumprimento o Afrânio Boppré, que foi também o primeiro coordenador em Santa Catarina;

É uma instituição que tem princípio, que tem lado, que disputa um projeto na sociedade e faz as suas pesquisas e nos orienta como trabalhadores, para que possamos fazer a disputa da hegemonia nesta sociedade.

Quando discutimos a questão do salário mínimo nacional, quando implementamos uma política e recuperamos o poder de compra do povo brasileiro, lá esteve o Dieese fazendo as pesquisas e nos assessorando para que fizéssemos essa disputa.

Foi assim também quando fizemos a disputa do piso regional em Santa Catarina, quando falávamos de quantos trabalhadores iriam ser atingidos e beneficiados diretamente com o piso e quantos foram indiretamente beneficiados, porque nessa disputa que fizemos com o capital mexemos na base da pirâmide, ou seja, discutimos e aumentamos o piso salarial dos trabalhadores catarinenses.

Então, é uma instituição que tem mais de 50 anos. Por isso continua firme nos seus propósitos, nos seus princípios, Clemente. Mesmo tentado pelo poder e pelas dificuldades econômicas que hoje vocês apresentaram na Assembleia, nunca se desviaram do caminho, da luta, do subsídio aos trabalhadores, para que o povo brasileiro possa ter um pouco de dignidade. Então, vocês representam isso.

O Carlos também falou aqui da grandeza que foi nos unificar com ideologias diferentes, pensamentos diferentes na luta pelo piso estadual em Santa Catarina. Mas espero que continuemos unificados, juntos e façamos o dever de casa.

Coletamos as 50 mil assinaturas que precisam ser feitas para o piso estadual, para que possamos implementar aqui também, como é implementada em nível nacional, uma política permanente da recuperação do poder de compra do povo catarinense.

Então, é um orgulho, é uma satisfação falar do Dieese, saber que quando havia os indicadores dos números e não podíamos contestar, o Dieese vinha contestar, não somente perante os empresários, como perante o governo, os números oficiais do governo. Estamos falando da inflação, do subsídio para as negociações coletivas, para a cesta base. Estou falando de um salário mínimo necessário para que o povo brasileiro possa ter um pouco de dignidade.

Então, falar dessa instituição tão importante é também falar das conferências, e aí destaco a conferência do trabalho decente, que quando decidimos, como movimento sindical, participar das conferências é porque lá estamos fazendo a disputa de melhores condições de vida para os trabalhadores. E o Dieese subsidia, e quando estamos falando disso estamos falando do fim do trabalho infantil, do fim do trabalho escravo, do fim da exploração sexual de menores. E os companheiros sabem que em Santa Catarina ainda, nos últimos três anos, em vários

municípios como São Miguel d'Oeste, Concórdia Canoinhas e São Joaquim, foram encontrados trabalhadores em situação escrava.

Então, quando participamos de um trabalho desses estamos fazendo essa disputa, companheiro Dirceu Dresch, deputado estadual. O Dieese nos subsidia nisso, pois ele é importante nessa disputa.

O deputado Dirceu Dresch lembrava aqui também que temos ainda, por mais que o Brasil cresça, por mais que a economia cresça, no Brasil quase 17 milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza. E desses 17 milhões, 102 mil estão em Santa Catarina. Quando dizem que Santa Catarina é a sexta, a sétima, a oitava maravilha do Brasil, não é bem assim. Temos ainda 102 mil trabalhadores, cidadãos catarinenses, que estão vivendo com menos de R\$ 70,00 por mês, sem água encanada, sem esgoto, sem energia e nós, do movimento sindical, temos o compromisso de fazer essa disputa.

Então, companheiros, para não me alongar muito, quero agradecer a oportunidade de estar aqui e de ser homenageado. Mas quem tem que ser homenageado é o Dieese e não nós. Quero fazer essa disputa em saúde, em educação de qualidade, ter acesso a tudo isso e colocar em primeiro lugar o ser humano como centro da nossa disputa.

Emocionei-me com a palestra do Clemente quando falou sobre isso, colocando o ser humano como o centro das atenções e não mais o capital.

Que o nosso Dieese continue por muitos e muitos anos nessa luta com esse princípio e dignidade, para que possamos fazer esse enfrentamento e cada vez mais dar qualidade de vida ao nosso povo brasileiro. Vida longa ao Dieese e parabéns!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, Neudi Antônio Giachinni.

Convido para fazer uso da palavra o sr. Audari Aduce Pereira, representando a Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

(Pausa)

Na sua ausência, convido para fazer uso da palavra o sr. Osvaldo Olávio Mafra, presidente da Força Sindical, neste ato representando-a.

O SR. OSVALDO OLÁVIO MAFRA - Quero saudar todas as companheiras e todos os companheiros e fazer uma saudação especial a Miguel Padilha, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Santa Catarina.

Quero cumprimentar o sr. José Isaias Vechi, presidente do sindicato dos metalúrgicos de Brusque; o sr. deputado Dirceu Dresch, grande lutador pelas causas dos trabalhadores nesta Casa, e ao cumprimentá-lo cumprimento todos os demais componentes da mesa; a deputada Luciane Carminatti, a sua presença é muito importante.

As autoridades precisam saber da luta dos trabalhadores, porque nesta Casa enfrentamos no passado algumas lutas meio ferrenhas. Tivemos que dar de dedo na cara de alguns deputados para ver se eles apoiavam a criação do nosso piso regional. Graças a Deus, deu certo. Mas hoje aqui o homenageado é o Dieese.

Tenho dito em todos os lugares aonde vou que quem não é filiado ao Dieese que aproveite para se filiar, aquele movimento sindical que não é assessorado pelo Dieese.

Essa ferramenta que hoje é indispensável ao movimento sindical brasileiro não pode, de forma alguma, deixar nenhum sindicato de fora. Temos que fazer uma campanha grande, um movimento sindical para que todos venham para o Dieese, porque ele sobrevive dos sindicatos filiados, da contribuição. E para que tenha em Santa Catarina 30 anos de vida ou muito mais é necessária, sim, a contribuição dos trabalhadores, e que eles possam dar mais condições para que nós, dos sindicatos e sindicalistas, tenhamos capacidade para poder enfrentar o capital.

Esse enfrentamento que estamos discutindo tanto já foi mais ferrenho. Hoje, disse lá na reunião do Dieese, estamos opinando, nos últimos anos no Brasil, para tudo, desde a locomoção dentro das cidades, que é a nossa chamada mobilidade urbana, até a economia brasileira. Nunca o movimento sindical teve tanta oportunidade de crescer nos últimos anos como cresceu.

Então, não temos dúvidas de que o Dieese é a melhor ferramenta que temos hoje para poder nos assessorar. A criação dessa entidade tinha um foco, que é dar condições de igualdade aos trabalhadores e condições de terem seus pleitos reivindicados.

Não tenho dúvida de que o Dieese está de parabéns, mas podemos fazer muito mais pelo Dieese do que ele pode fazer por todos nós.

Um abraço a todos e muito obrigado pela oportunidade.

A força sindical busca sempre a unidade, deputado Dirceu Dresch. Esta Casa tem hoje condições de ser uma grande ferramenta na criação de um projeto ou de uma emenda a um projeto do salário mínimo regional. Ela tem o grande papel de mobilizar todos os deputados aqui para criarmos de uma vez por todas uma ferramenta, para que não precisemos, todos os anos, brigar para poder corrigir o nosso mínimo regional. Fazer com que ele seja corrigido automaticamente, como a política para o salário mínimo nacional.

Então, contamos com esta Casa porque ela tem, na sua essência, a luta pelos trabalhadores.

Obrigado, um grande abraço, e viva o Dieese!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, Osvaldo Olávio Mafra.

Também queremos cumprimentar o José Álvaro e em seu nome cumprimentar toda a equipe técnica do Dieese, como também o ex-deputado Afrânio Boppré, que nos está prestigiando no dia de hoje.

Neste momento, convido a mestre de cerimônias Soraia Boabaid para proceder à nominata dos homenageados.

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - O Poder Legislativo Catarinense presta homenagem ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, na passagem dos seus 30 anos, reconhecido como instituição de produção científica pelos valiosos trabalhos de pesquisa, assessoria e educação conquistando credibilidade e reconhecimento no estado de Santa Catarina.

Convido o sr. deputado Dirceu Dresch e a excelentíssima deputada Luciane Carminatti, para fazerem a entrega da homenagem à sra. Zenaide Honório, neste ato representando o Dieese, escritório nacional de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento o Poder Legislativo Catarinense presta homenagem às personalidades que contribuíram para o crescimento e fortalecimento do Dieese, escritório regional de Santa Catarina.

Convido o sr. deputado Dirceu Dresch e a sra. deputada Luciane Carminatti, acompanhados da sra. Zenaide Honório, para fazerem a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. Carlos Magno Silva Bernardo, representando o sr. Waldemar Schulz Júnior, da União Geral dos Trabalhadores.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Maria das Graças Felisberto Daros, neste ato representando o senhor Luiz Carlos Dartora, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras Brasileiros.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Audari Aduce Pereira, neste ato representando o sr. Altamiro Perdoná, da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Osvaldo Olávio Mafra, representante da Força Sindical.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço à sra. Zenaide Honório.

Convido o sr. deputado Dirceu Dresch, a deputada Luciane Carminatti e o sr. Ivo Castanheira para fazerem a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. Neudi Antônio Giachinni, representante da Central Única dos Trabalhadores.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Francisco Alano, representante da Federação dos Trabalhadores do Comércio do Estado de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Carlos de Codes, neste ato representando o sr. Idemar Antônio Martini, da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao sr. Ivo Castanheira.

Convido o sr. deputado Dirceu Dresch, a deputada Luciane Carminatti e o sr. Clemente Ganz Lúcio, para fazerem a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. Afrânio Boppré, ex-parlamentar.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Ivo Castanheira, representante da Federação dos Trabalhadores do Comércio do Estado de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Sueli Sílvia Adriano, representante do Sindicato Único dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Blumenau.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Joana Carla de Souza Matta Felício.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço a presença de todos e peço ao deputado Dirceu Dresch que retome o seu lugar à mesa. Boa-noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Convido para fazer uso da palavra a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero apenas cumprimentá-los, parabenizar a iniciativa do deputado Dirceu Dresch, que teve uma sensibilidade muito grande pelo trabalho do Dieese nesses 30 anos. E enquanto ouvia atentamente a manifestação de todas as centrais, fiquei lembrando as nossas épocas de universidade, quando discutíamos o papel do intelectual orgânico que Gramsci nos ensinou. E nessa teorização o Dieese cumpre

exatamente esse papel de farol, de iluminar, de construir uma ideologia. E a partir disso o trabalhador tem uma posição clara na sociedade, porque todos têm posição, mas precisamos encontrar a nossa identidade de trabalhador.

Então, quando essas instituições são criadas, elas têm um papel e uma função social fundamental de dar subsídios para que se possa ter uma luta mais qualificada. Sentimos como patrão e discutimos, mas discutimos de igual para igual.

Então, quero parabenizar a todos pela conquista que significa muito empoderamento da classe trabalhadora. Nesse sentido, todos merecem os nossos parabéns e o nosso reconhecimento.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

Convido agora para fazer uso da palavra em nome dos homenageados o sr. Ivo Castanheira, presidente da Federação dos Trabalhadores do Comércio de Santa Catarina e coordenador do Dieese.

O SR. IVO CASTANHEIRA - Quero fazer uma retificação. Sou diretor da Federação dos Trabalhadores do Comércio de Santa Catarina, não sou presidente.

Mas em primeiro lugar gostaria de cumprimentar a deputada Luciane Carminatti, e ao cumprimentá-la estou cumprimentando todas as mulheres presentes nesta sessão Especial.

(Passa a ler.)

“Excelentíssimo sr. deputado Dirceu Dresch, representando neste ato o presidente da Assembleia Legislativa, ao cumprimentá-lo, cumprimento todas as autoridades presentes, representantes das centrais sindicais, federações, sindicatos e trabalhadores que também se fazem presentes nesta sessão.

O Dieese - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, é uma criação do movimento sindical brasileiro.

Foi fundado em 1955 para desenvolver pesquisas que subsidiassem as reivindicações dos trabalhadores.

Ao longo desses 50 anos de história, pelo seu trabalho sério e responsável, conquistou credibilidade nacional e internacional, tendo a sua atuação voltada para a produção científica e atua nas áreas de assessoria, pesquisa e educação.

Os eixos temáticos que orientam e norteiam toda essa atuação é o emprego, a renda, a negociação coletiva, o desenvolvimento e as políticas públicas.

Visando aprofundar os estudos relacionados à sua atuação, além dos trabalhos regularmente desenvolvidos para o movimento sindical, o Dieese realiza projetos em parceria com órgãos governamentais e entidades da sociedade civil, nacionais e internacionais.

Para desenvolver os trabalhos a que se propõe, o Dieese mantém uma estrutura em nível nacional e estruturas estaduais.

Em Santa Catarina, o escritório regional foi fundado em 1981, com o objetivo de atender a demanda sindical do estado, tendo como coordenador o companheiro Francisco Alano da Fecesc e como supervisor técnico o companheiro Afrânio Boppré.

Neste ano, o escritório regional de Santa Catarina completa 30 anos. E muitas conquistas para os trabalhadores podem ser comemoradas.

Durante a sua existência, em nosso estado produzimos notícias para a grande mídia e para a mídia sindical, com centenas de inserções diárias. Isso foi resultado do trabalho e dedicação de dirigentes sindicais, da assessoria, de técnicos e funcionários desse departamento.

Recentemente tivemos uma das mais importantes vitórias para os trabalhadores, que foi a instituição do piso salarial estadual.

Essa conquista que teve a coordenação do Dieese, tem que ser dividida com o movimento sindical catarinense e com os deputados estaduais que no dia nove de setembro de 2009 votaram e aprovaram o projeto que instituiu o piso salarial estadual, beneficiando mais de um milhão de trabalhadores no nosso estado.

O Dieese de Santa Catarina é muito grato a todas as direções das centrais sindicais, federações e sindicatos de trabalhadores que nunca mediram esforços para que a meta anual de entidades filiadas fosse alcançada.

Hoje o nosso estado tem o segundo maior número de sindicatos filiados, ficando atrás apenas do estado de São Paulo.

Nesta oportunidade queremos registrar o nosso agradecimento a todos aqueles que fizeram parte da história do Dieese em Santa Catarina nesses 30 anos, sejam eles funcionários, técnicos ou diretores.

Somos muito gratos aos atuais funcionários Cristiane, Samara, Pedro e aos supervisores técnicos José Álvaro e Daniel pelo trabalho que desenvolvem e pela dedicação e compromisso com a instituição.

O nosso agradecimento à atual direção que prontamente tem atendido ao nosso chamado para as reuniões da direção e contribuído para o fortalecimento do Dieese no nosso estado, os companheiros:

- Jairo Luiz Rodrigues - representante da Fetiesc;

- Oderi Gomes - Sindicato dos Metalúrgicos de Criciúma;

- José Izais Vechi - Sindicato dos Metalúrgicos de Brusque;

- Jânio Silva - Federação dos Trabalhadores na Saúde;

- Senhor Jorge Godinho - Federação de Turismo e Hospitalidade;

- Senhor Moacir Pedro Rubini - Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino;

- Senhora Sueli Silva;

- Senhor Adriano - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Blumenau e região;

Agradeço ao deputado Dirceu Dresch por ter requerido a realização desta sessão especial e aos servidores desta Casa.

Por fim, faço um agradecimento a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para o fortalecimento do Escritório Regional do Dieese em Santa Catarina.

Esperamos continuar contribuindo e fortalecendo as lutas dos trabalhadores de Santa Catarina.

Parabéns a todos nós! Parabéns ao Dieese!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - A seguir fará uso da palavra o sr. Clemente Ganz Lúcio, diretor-técnico do Dieese nacional.

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO - Boa-noite a todos!

Deputado Dirceu Dresch, em seu nome, saúdo a todos e agradeço pela homenagem.

Quero cumprimentar os companheiros das centrais, a Maria da Graça, o Neodir, o Carlos, o Mafra, representando a força sindical: a ACTB, a CUT, a CGTB, a Conlutas.

Gostaria de maneira muito breve saudar, em nome do Castanheiras, todos os dirigentes sindicais aqui presentes, aqueles que também nestes 30 anos construíram o Dieese; o Afrânio, que foi o nosso primeiro supervisor em Santa Catarina, responsável pela implantação do escritório; o José Álvaro que deu continuidade a esse trabalho; e toda equipe do escritório ao longo desses anos.

Quero agradecer imensamente o esforço feito, o resultado, os trabalhos produzidos. Através dessa iniciativa de homenagear o Dieese, na verdade, está-se homenageando aqueles que de fato criaram essa instituição.

O Dieese é um patrimônio do movimento sindical brasileiro. Os donos do Dieese são as entidades sindicais. Os dirigentes sindicais são os responsáveis políticos por essa instituição. E são, na verdade, os responsáveis pela sua construção, pela sua criação e pela sua existência nestes quase 56 anos.

Então, trata-se de uma homenagem ao movimento sindical, aos dirigentes sindicais, a todos aqueles que antes de nós estiveram fazendo essa construção; a nós que estamos, hoje, aqui, e provavelmente a todos aqueles que continuaram construindo essa história; à equipe técnica do Dieese que faz desse trabalho um trabalho continuado, inovador.

Essa instituição é patrimônio do movimento sindical e foi criada para estar a serviço da classe trabalhadora, ou seja, nós

temos a tarefa de colocar os interesses dos trabalhadores na pauta do debate, na discussão pública. Essa é a nossa tarefa e sempre perseguimos que esse debate seja feito de forma pública e possa ocupar os espaços que deliberam por transformações na sociedade.

Esta Casa é um espaço privilegiado para o debate. E essa iniciativa, essa homenagem deixa-nos muito alegres, contentes, porque percebemos um retorno com relação a nossa missão, a nossa tarefa, que é colocar em debate temas de interesse dos trabalhadores, produzir informações para que esses temas possam ser debatidos, deliberados, no sentido de avançar para a igualdade, a justiça, o bem-estar social. Assim, vemos que o nosso trabalho tem dado resultado, a nossa tarefa tem sido cumprida.

Gostaríamos de agradecer essa homenagem e dizer que estamos fazendo a nossa tarefa. Pretendemos continuar fazendo-a da maneira como fizemos até então, para continuar colaborando com as organizações públicas e privadas, para que a agenda dos trabalhadores brasileiros seja uma agenda de mudança, de bem-estar e de qualidade de vida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Convido a presidente do Dieese, sra. Zenaide Onório, presidente do Departamento Intersindical de Estatística de Estudos Socioeconômicos.

A SRA. ZENAIDE ONÓRIO - Boa-noite, sr. deputado! Em seu nome, quero cumprimentar todos os deputados presentes.

Em nome do Ivo, quero cumprimentar todo o movimento sindical; do Alano, todos os diretores e dirigentes que passaram pelo Dieese; do Afrânio, todos aqueles que colaboraram e colaboram para que o Dieese continue a oferecer assessoria técnica, política e econômica ao movimento sindical.

O Dieese, nestes 30 anos em Santa Catarina e 55 anos no Brasil, não saiu da sua trajetória, não saiu do caminho para o qual foi criado.

O movimento sindical em 55 anos ousou em fazer um departamento que pudesse dar assessoria ao movimento sindical, uma assessoria qualificada, uma direção técnica e uma direção sindical, hoje, representada pelas sete centrais que são reconhecidas em nosso país.

O Dieese, hoje, é a única instituição que presta esse tipo de assessoramento em nível mundial para o movimento sindical. Não há outra sequer no mundo que preste essa assessoria. Durante esses anos, somente temos a comemorar o trabalho que o Dieese prestou.

Hoje eu sou a segunda mulher a presidir o Dieese e também a segunda

negra, porque a Mônica Velozo era metalúrgica e também negra.

O meu sindicato é filiado à Central Única dos Trabalhadores. É uma gratificação imensa estar aqui, hoje, representando o Dieese. Acho que é uma conquista para nós, mulheres, negras, do movimento sindical.

Apenas tenho que agradecer ao movimento sindical catarinense. O Dieese de Santa Catarina está em segundo lugar no país em número de filiados. Isso graças ao apoio do movimento sindical de Santa Catarina, das centrais sindicais, que atendem ao chamado, que vêm para as reuniões, que saem em busca de novos sócios, de projetos para que o Dieese possa manter-se em pé.

Lá, em São Paulo, há a direção nacional e também a direção regional. É importante que as centrais que aqui estão, hoje, continuem a dar esse apoio para que possamos crescer mais neste país e continuar com a nossa representação.

Nada melhor para demonstrar isso que o apoio na questão da discussão do piso regional do salário mínimo. Todos os representantes das centrais têm como bandeira a discussão do piso do salário mínimo regional. E tudo sob a coordenação do Dieese.

Também não poderia deixar falar da questão da redução da jornada de 40 horas, que é uma bandeira de todas as centrais em nível nacional. Por isso, sempre digo que o Dieese é bastante plural. Ele não fugiu do seu rumo e com certeza não fugirá.

Então, quero agradecer a iniciativa do deputado de prestar esta homenagem, neste dia de hoje. Quero agradecer a todos os funcionários, a todos os sindicalistas que por aqui passaram, fazendo a história do Dieese.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Assistiremos, agora, a um vídeo sobre o trabalho do Dieese.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

(Palmas)

Convidamos todos para, de pé, ouvirem a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com seu comparecimento, convidando-os para um coquetel no *hall* deste Poder.

Esta Presidência convoca outra sessão ordinária para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA COM O OBJETIVO DE IDENTIFICAR ENTRAVES E CARÊNCIAS QUE PREJUDICAM OS ANDAMENTOS DOS PROCESSOS DE ADOÇÃO NAS CIDADES E PROPOR MEDIDAS PARA AGILIZAR AS ADOÇÕES, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 14H, NA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES.

Aos vinte dias do mês de outubro de 2011, às 14h, realizou-se na Câmara Municipal de Lages a quarta audiência pública para identificar entraves e carências que prejudicam os andamentos dos processos de adoção nas cidades e propor medidas para agilizar as adoções no Estado de Santa Catarina. A mestre de cerimônias, Juliane Gonçalves Rocha, abriu os trabalhos, nos termos do Regimento Interno do Legislativo catarinense, informando que a audiência havia sido proposta pela Presidência da Assembleia Legislativa por intermédio da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher. Informou, ainda, que a campanha Adoção - Laços de Amor estava sendo realizada por parceria da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC) e Tribunal de Justiça com o objetivo de reduzir o número de crianças abrigadas em instituições de acolhimento do Estado e que o Poder Judiciário estava engajado para garantir maior agilidade nos processos de adoção, salientando que a sensibilização social aconteceria para flexibilizar os planos de futuros pais e mães e para ampliar o olhar deles para as crianças mais velhas. Comunicou que as principais dificuldades dos agentes municipais responsáveis pelos processos de adoção seriam levantadas em um ciclo de audiências públicas realizadas em sete cidades que registravam maior quantidade de crianças acolhidas e à espera de adoção e apresentou o cronograma das próximas audiências, a serem realizadas em Joinville, Canoinhas e Florianópolis. Em seguida, convidou para compor a mesa a Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt, membro da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher; a senhora Mônica Grisólia de Oliveira, Juíza da Vara da Infância e Juventude de Lages; o senhor Alan Boettger, Promotor de Justiça da Infância e Juventude do Município de Lages; o Vereador Romeu Rodrigo da Costa Silva, da Câmara Municipal de Lages e presidente da Escola do Legislativo do Município de Lages; a senhora Maria Cristina Renon, representando o Presidente da Subseção da OAB/Lages, Angelo Roberto Spiller; a senhora Helena Berton Eidt, psicóloga do Fórum Nereu Ramos, de Lages; a senhora Jacinta da Rosa Antunes, assistente social e coordenadora-geral do Abrigo Municipal Menino Jesus; a senhora Marli Barrentin Nacif, Secretária Municipal da Assistência Social de Lages; e o Deputado Estadual Elizeu Mattos. A seguir, registrou a presença do Vereador Luiz Albertino Souza Amorim, da Câmara Municipal de Lages; da senhora Rita de Cássia Lang, conciliadora da Vara da Fazenda de Lages e coordenadora do Instituto Paternidade Responsável; do senhor Sílvio Dagoberto Orsatto, Juiz da Vara da Fazenda da Comarca de Lages; do senhor Lauro Santos, assistente social, representando o Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Lages, Jurandi Domingos Agustini; da senhora Luciana Rodermel, delegada Regional de Polícia de Lages; do Vereador Allier Miguel Melo, da Câmara Municipal de São José do Cerrito; do senhor Rainwald Müller, presidente da Associação das Micro e Pequenas Empresas de Lages (Ampe); da senhora Ângela Padilha Rosa, representando a Associação Comercial e Industrial de Lages (Acil); da senhora Marialva Pereira, representando o Serviço Social da Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac); da professora Caroline Ribeiro Bianchini, representando o Centro Universitário Catarinense (Favcest); do padre Dorli Gonzaga, representando a Pastoral Familiar de Santa Catarina; do Vereador Adilson Rodrigues de Apolinário, Presidente da Câmara Municipal de Lages; dos Vereadores Antônio Archanjo Duarte, Antônio Leandro Mório e João Alberto Duarte, da Câmara Municipal de Lages. Feito o registro, passou a palavra à senhorita Elisângela W. Schappo, coordenadora do projeto Adoção - Laços de Amor, que inicialmente apresentou em PowerPoint os resultados parciais da campanha Adoção - Laços de Amor desde o seu lançamento, 23 de maio, até agosto, mostrando que 98% das famílias pretendentes à adoção em Santa Catarina queriam meninas brancas com menos de 3 anos e sem irmãos e que apenas 1,4% eram crianças que se encaixavam nessa descrição, chamando atenção para a

incongruência que existia entre a demanda das famílias requerentes à adoção e a realidade encontrada nas casas de acolhimento no Estado. Informou que 97% dessas famílias requeriam crianças brancas; que 28% requeriam irmãos e 68% requeriam crianças abaixo de 3 anos, sendo que 13% eram negras, 3% com problemas de saúde, 11% tinham irmãos e 96% eram acima de 3 anos de idade, reiterando que isso conflitava o interesse da demanda com a realidade encontrada. Sobre a campanha em si e tendo em vista o que era observado dos requerentes e nas casas de acolhimento, disse que o objetivo da campanha era quebrar preconceitos acerca da adoção e reforçar a necessidade de haver amor entre pais e filhos utilizando-se depoimentos reais e trabalhando em quatro temas específicos: adoção de grupo de irmãos, adoção inter-racial, adoção especial e adoção tardia. Com foco na adoção tardia, a campanha tinha como objetivo sensibilizar os pretendentes a pais a diminuírem as restrições quanto ao perfil da criança no cadastro deles e conscientizar a população sobre o verdadeiro significado de adotar. Registrou que haviam sido utilizados três meios de divulgação da campanha, televisão, mídia de Internet e mídia impressa, complementando que na televisão estava sendo veiculada campanha sobre adoção especial, inter-racial, de grupo de irmãos e tardia. Prosseguindo, informou o site da campanha, e disse que todos os vídeos da campanha estavam nas redes sociais Twitter, Facebook, YouTube e Orkut. Na sequência, apresentou os resultados finais com relação ao número de acessos às redes sociais e observou que a campanha tinha características educativa e motivacional, destacando que no Twitter houve cerca de 150 seguidores e 630 interações; que no YouTube houve mais de 10.000 exibições de vídeos e 1.440 acessos, não só no Brasil mas no Exterior; que no Orkut houve 136 acessos de amigos interessados no tema e mais de 10 comunidades ativas; que no portal Adoção houve mais de 8.000 visitas e mais de 23.000 visualizações; e que no Facebook houve mais de 200 links e 38.000 visualizações sobre a temática. Considerando os números apresentados bastante positivos e significativos, abordou a mídia expressa espontânea, avaliando que se de fato houvesse sido feito um investimento efetivo nela, estariam desembolsando em torno de R\$ 1.621.336,86. Antes de providenciar o vídeo, registrou que audiência pública era um encontro de caráter propositivo e não deliberativo, cujo objetivo era ouvir as pessoas para reconhecer os pontos fortes e também as fragilidades nos processos de adoção que envolviam toda a sociedade. Em seguida, comentou os questionamentos feitos nas outras audiências públicas sobre as casas de acolhimento e o atendimento psicoterápico e perguntou se ele estava realmente sendo feito, quais proposições havia nesse sentido e se de fato ele acabava se tornando um fator complicador no processo de adoção tardia, pedindo que as pessoas refletissem sobre aquilo. Dito isso, projetou um dos vídeos da campanha sobre grupo de irmãos. [Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza.] Retomando a palavra, a mestre de cerimônias passou a presidência dos trabalhos à Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt, membro da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, que saudou as autoridades da mesa e os demais presentes e destacou o quanto era bom viver num país democrático capaz de possibilitar a discussão de um tema tão importante. Em seguida, concedeu a palavra à senhora Jacinta da Rosa Antunes, assistente social e coordenadora-geral do Abrigo Municipal Menino Jesus, que, após cumprimentar os presentes, disse que não iria se estender na fala porque a Secretária Marli iria apresentar um material à plenária mostrando como era o abrigo municipal. Salientou que vivenciava outras questões com as crianças por estar mais próxima da realidade diária delas e que isso lhe proporcionava vivenciar vários aspectos como pessoa, constatando que com essa vivência era possível crescer, melhorar e dar muito amor. Na sequência, fez uso da palavra a senhora Helena Berton Eidt, psicóloga do Fórum Nereu Ramos, de Lages, que, depois de saudar todos, situou um pouco a psicologia no Tribunal de Justiça. Contou que fazia parte do grupo de psicólogos do Tribunal aprovado no primeiro e único concurso e que estava atuando naquela instituição desde 2009, informando que os servidores do serviço social já estavam em atividade no Tribunal há trinta anos. Disse que uma de suas funções era atuar nos casos de adoção, desde a preparação até a avaliação dos pretendentes e acompanhamento do processo mesmo depois da adoção. Afirmou que o que mais lhe perguntavam sobre o tema era a razão da demora do processo de adoção e disse que entre os muitos motivos para aquilo o principal era as pessoas escolherem demais, reiterando que a maioria das famílias adotantes requeria menina branca e com bom estado de saúde. Abordando o cadastro de Lages, informou que lá havia 24 habilitados, dos quais onze quiseram bebês de zero a 1 ano; sete quiseram

bebês meninas; quatro aceitavam crianças de zero a 3 anos; apenas dois aceitavam de zero a 5 anos e apenas cinco aceitavam irmãos, mas desde que viesse um bebê junto, frisando que a maioria desejava crianças de cor branca. Quanto ao número de adoções, registrou que em Lages, no ano em curso, haviam sido feitas oito adoções, que cinco crianças haviam ido para outro lugar do Estado em razão de não haver habilitados para aquele perfil e que houve uma adoção internacional. Disse que a maioria dos cadastrados optara pela adoção porque tinham algum problema de fertilidade, afirmando ser a impossibilidade de ter filhos biológicos a maior motivação dos que se cadastravam para a adoção. Explicou que, diferentemente da adoção internacional, o brasileiro ainda tinha medo de adotar crianças maiores em razão da personalidade delas já estar em formação e por apresentarem características da família biológica. Destacou como diferença entre adoção e filiação biológica o comprometimento dos pais adotivos em contar à criança sobre a adoção, afirmando que as pessoas precisavam de ajuda nesse sentido para agirem de forma correta. Ponderando que para se garantir a saúde mental e física da criança era necessário ter-se um processo de habilitação bem rigoroso, informou que as pessoas passavam por estudos sociais que avaliavam as suas condições estruturais e financeiras, por avaliações psicológicas e pelo curso obrigatório de preparação à adoção, disposto pelo ECA, que totalizava dez horas de discussão sobre o tema. *[Taquígrafa-Revisora Sibelli D'Agostini.]* Além das etapas mencionadas, deu destaque a um grupo de apoio à adoção em Lages formado por parceria entre a Uniplac e o Fórum Nereu Ramos em cujas reuniões mensais não só eram abordados temas relacionados à adoção como também era prestado apoio psicológico e passadas informações às famílias, aos pais das crianças e às pessoas interessadas no assunto. Disse que acreditavam que a troca de experiências ocorridas nos encontros trazia à adoção maior possibilidade de sucesso e que foi pensando naquilo que lançaram a campanha Entrega Legal, objetivando a capacitação, orientação e instrumentalização das equipes de saúde e de assistência social da Comarca para que identificassem as mães que desejavam entregar seus filhos sem julgá-las. Salientou que tentavam inverter a cultura de ver a entrega de um filho como um ato cruel, passando a vê-lo como um ato de amor, e acrescentou que a equipe era treinada para informar às gestantes não entregarem as crianças fora dos meios legais, registrando que Lages tinha um número muito grande de entrega de crianças para famílias que não estavam no cadastro e não passaram pelos processos mencionados anteriormente. Dito isso, destacou que a campanha Entrega Legal diminuiria o número de adoções ilegais. Prosseguindo na sua manifestação, salientou a importância da divulgação do tema por parte do Poder Público, sinalizando que tal divulgação levaria ao grande público a beleza e a felicidade envolvidas na adoção. Reiterou que uma das causas de a nossa cultura enxergar a adoção de forma negativa era a divulgação dos casos mal sucedidos e, criticando a justificativa muito simplista e absurda de alguém ter um comportamento ruim pelo fato de ser filho adotivo, lembrou que Steve Jobs, o gênio criador da Apple, era filho adotivo. Realçou a necessidade de se acabar com a visão negativa da adoção para que as pessoas perdessem o medo de adotar e as adoções tivessem sucesso dali para frente. A senhora Presidenta convidou o Deputado Estadual Elizeu Mattos para fazer parte da mesa e concedeu a palavra à senhora Maria Cristina Renon, representando o presidente da Subseção da OAB/Lages, Angelo Roberto Spiller, que desejou boatar a todos e considerou o tema debatido de extrema importância. Fazendo menção à fala da doutora Helena quanto ao processo de adoção ser moroso, disse que o artigo 227 da Constituição dava garantia a todas as crianças e adolescentes de uma convivência familiar adequada, acrescentando haver necessidade de se analisar a família candidata à adoção para ver se ela tinha todas as condições de acolher a criança ou o adolescente e garantir a eles uma vida digna e de respeito. Chamou atenção para a adoção "à brasileira" e reconheceu a importância do processo da adoção de acordo com o segmento do ECA porque através dele se sabia se a família tinha condições ou não de acolher a criança e dar todas as garantias a ela. Sobre os vídeos veiculados, constatou que eles mostravam a necessidade de as pessoas terem consciência que adotar era um ato de amor que nascia através da convivência, avaliando que o fato de gerar não representava necessariamente amar e afirmando que adotar era escolher alguém para amar. Concluindo a sua manifestação, reiterou a sua opinião de que a reunião era de suma importância para que a sociedade realmente entendesse o que representava o ato de adotar e desejou que todos tivessem essa consciência e pudessem dar lares às crianças abrigadas, enfatizando que por mais que os abrigos buscassem trazer condições às crianças, elas precisavam de um lar. Retomando a palavra, a senhora Presidenta registrou a presença dos Vereadores Antônio Arcanjo Duarte, Antônio Leandro Mõro e João Alberto Duarte, da Câmara Municipal de Lages, e passou a palavra à senhora Marli Barrentin Nacif, Secretária Municipal da Assistência

Social de Lages, que, após cumprimentar todos os presentes, afirmou que quem convivia com as crianças abrigadas tornava-se um pouco melhor. Enalteceu o trabalho das funcionárias dos abrigos, registrando que as psicólogas e pedagogas também eram pais, avós ou tias e, portanto, sabiam o que realmente a criança necessitava e deveria ter no seu lar. Dito isso, apresentou um vídeo contendo cenas do Abrigo Menino Jesus, comentando que as Casas 1 e 2 eram localizadas no bairro Guarujá e abrigavam 44 crianças de 0 a 12 anos e mais os adolescentes meninos; que a Casa 3 era localizada no loteamento Santo Antônio e abrigava as adolescentes de 12 a 17 anos, 11 meses e 28 dias. Abordou também a estrutura das referidas Casas, seus cômodos, projetos futuros e aproveitou o ensejo para pedir doação de brinquedos novos. Ainda sobre o vídeo, contou que as crianças eram encaminhadas para os abrigos pelo Conselho Tutelar, pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário e mostrou a rotina das crianças dentro do abrigo, dizendo que as que estavam em idade escolar continuavam frequentando normalmente a mesma escola que iam antes de serem acolhidas para que não perdessem o vínculo e que a grande maioria era da terceira e quarta série em diante, complementando que eram transportadas pela instituição. Informou que as crianças também tinham atividades extracurriculares, tais como curso de informática básica, dança, capoeira, balé, violão, teatro, e que todas as crianças que necessitavam eram encaminhadas para acompanhamento técnico especializado, como o psicológico clínico, o psicopedagógico, o fonoaudiológico, o fisioterapêutico, entre outros, como se fosse uma mãe e um pai zelando por seus filhos. Além disso, disse que elas participavam de atividades esportivas, recreativas e culturais e também de todas as festas comemorativas, tais como, Páscoa, Dia das Mães, Festa Junina, Festa do Pinhão, Dia das Crianças, Natal, Ano Novo, aniversários, entre outras, informando que o carnaval era feito no próprio abrigo. Observou que o abrigo tinha a rotina de um lar e que além de receberem reforço escolar e orientação pedagógica, as crianças, havendo necessidade, também tinham atendimento médico, atendimento odontológico e demais atendimentos oferecidos pela Associação de Assistência Social, Trabalho e Cidadania (SAMT). Informou que as visitas institucionais das famílias nas Unidades I e II, localizadas no Guarujá, eram aos domingos das 14h30min às 15h30min e que na Unidade III, das adolescentes, eram aos sábados das 14h às 15h. Acrescentou que também participavam de atividades religiosas, independentemente da religião que tinham, e salientou que não se escolhia qual religião deveriam seguir. Sobre a equipe técnica dos abrigos, disse que ela fazia as visitas domiciliares institucionais para acompanhar as famílias das crianças acolhidas no abrigo que poderiam voltar novamente para as suas famílias, que fazia atendimento emergencial e plantão sempre com alguém além das monitoras, as quais permaneciam a noite inteira nos abrigos, complementando que além de fazer todos os relatórios e encaminhamentos para a Promotoria e para a Justiça, aquela equipe também participava das reuniões dos processos que poderiam ir para a adoção. *[Taquígrafa-Revisora: Sabrina Roberto Schmitz.]* Prosseguindo, disse que a Unidade I, no Guarujá, localizava-se na rua Portugal e atendia crianças de zero a 11 anos, 11 meses e 29 dias, acrescentando que a equipe técnica daquela Unidade era composta pela coordenadora Jacinta, pela assistente social Edna, por duas psicólogas, Danielle e Ana Cristina, pela pedagoga Valkíria e que no dia em curso havia 34 crianças acolhidas. Sobre a Unidade II, disse que a sua localização era anexa aos fundos da Unidade I e atendia adolescentes masculinos de 12 a 17 anos, 11 meses e 29 dias, acrescentando que a equipe técnica daquela Unidade era composta também pela coordenadora Jacinta, pela assistente social Elisângela, pela psicóloga Zaira, pela pedagoga Valkíria e que no dia em curso havia sete adolescentes abrigados. Sobre a Unidade III, disse que ficava no Bairro Santo Antônio e acolhia adolescentes meninas, informando que a equipe técnica daquela Unidade era composta pela coordenadora Jacinta, pela assistente social Elisângela, pela psicóloga Daniele Melo, pela pedagoga Lara e que havia cinco meninas adolescentes abrigadas. Na sequência, apresentou o histórico do Abrigo Menino Jesus, observando que, ao contrário do que tinha que acontecer, o número de crianças abrigadas foi aumentando. Contou que em 2000 foi criado o abrigo Menino Jesus para 25 crianças e adolescentes no total mas que em 2004 houve necessidade de ser criada a Unidade II, dos meninos, que funcionava numa casa alugada e abrigava 10 adolescentes, complementando que em 2006 foi construída não só a sede própria da Unidade II, com capacidade de atender 12 adolescentes, como também foi criada a Unidade III, também com capacidade de atender 12 adolescentes. Informou que atualmente, em 2011, havia 44 leitos na Unidade I, 12 na Unidade II e 12 na Unidade III, num total de 68 crianças, comentando que já abrigaram 82 crianças. Sobre o número de colaboradores, informou que na Unidade I havia dezenove cuidadoras, dois para serviços gerais, duas cozinheiras, dois motoristas, um auxiliar de cozinha, um auxiliar administrativo, uma técnica em enfermagem e

dois vigias; que na Unidade II havia quatro cuidadoras, dois para serviços gerais, um vigia, explicando que o número era menor porque as casas eram anexas e os trabalhos se dividiam; que na Unidade III havia quatro cuidadoras, duas cozinheiras, um para serviços gerais, quatro vigias e um motorista. Prosseguindo, apresentou o número de desacolhidos institucionais em 2011, informando que em janeiro foram duas crianças na Unidade I, um adolescente na Unidade II e cinco adolescentes na Unidade III; que em fevereiro não foi nenhum na Unidade I e foram um adolescente na Unidade II e dois adolescentes na Unidade III; que em março foi uma criança na Unidade I, um adolescente na Unidade II e quatro adolescentes na Unidade III; que em abril não foi nenhum na Unidade I, nenhum na Unidade II e foram dois acolhimentos na Unidade III; que em maio foram oito crianças na Unidade I, um adolescente na Unidade II e duas meninas na Unidade III; que em junho não foi nenhum na Unidade I e foi um adolescente na Unidade II e um adolescente na Unidade III; que em julho foram oito crianças na Unidade I, dois adolescentes na Unidade II e um na Unidade III; que em agosto foram três crianças na Unidade I, três adolescentes na Unidade II e três adolescentes na Unidade III; que em setembro foram cinco crianças na Unidade I, cinco adolescentes na Unidade II e seis adolescentes na Unidade III, complementando que até o dia em curso foram seis crianças na Unidade I, um adolescente na Unidade II e dois adolescentes na Unidade III. Explicou que isso não significava que todas as crianças haviam sido adotadas e que muitas voltaram para as suas famílias através de um trabalho junto com as técnicas do Judiciário e da Promotoria. Comentou que a evasão dos adolescentes não era muito grande, que não podiam prendê-los e que eles iam para a rua e normalmente voltavam em dois ou três dias. Disse que também tinham muitos casos de crianças e adolescentes que eram encaminhados de volta para as suas casas mas queriam voltar para o abrigo, afirmando ser essa uma situação que incomodava bastante a doutora Mônica. Mostrou uma reportagem da revista IstoÉ sobre o "Segundo Abandono", considerando-o realmente o mais traumático porque a criança era abandonada por duas famílias. Leu uma avaliação na reportagem que dizia que um dos principais problemas era as pessoas sonharem com o filho ideal e depois não darem conta de lidar com as imperfeições do filho adotado, as quais seriam toleradas em filhos biológicos. Avaliando ser esse um grande trabalho que teria que ser feito com as famílias que queriam adotar, relatou ser mãe de quatro filhos muito bons e com defeitos, lembrando que perfeito mesmo só Deus. Contou que levava os netos ao abrigo para que conhecessem a realidade daquelas crianças e afirmou que seria bom se todos pudessem fazer isso de vez em quando. Descreveu a emoção que sentia quando chegava ao abrigo e as crianças subiam pela perna direita, pela perna esquerda, pelo cangote, buscando carinho, afago e amor, acrescentando que por mais que fizessem, elas tinham que atender 44 crianças. Ressaltou que tanto as pessoas como as autoridades e a Justiça precisavam levar em conta a dificuldade das condições, exemplificando que muitas vezes a Secretaria de Assistência Social emprestava o carro para que a doutora Mônica pudesse fazer as visitas. Dito isso, afirmou que o Judiciário tinha que ter mais recursos para que as pessoas não dissessem que a Justiça era demorada, lenta. Agradecendo a atenção de todos, convidou-os para conhecer os abrigos e finalizou a sua apresentação com um vídeo sobre as casas de acolhimento. [Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé.] A senhora Presidenta parabenizou a senhora Marli Barrentin Nacif e comentou ser difícil não se emocionar com as imagens mostradas no vídeo sobre os abrigos. Em seguida, passou a palavra ao Vereador Romeu Rodrigo da Costa Silva, da Câmara Municipal de Lages e presidente da Escola do Legislativo de Lages, que cumprimentou todos os presentes e manifestou a sua satisfação por participar de uma audiência pública sobre um tema tão importante e delicado. Ressaltou a importância de se encontrar soluções em relação à questão para poder garantir um futuro melhor para todos os envolvidos no processo e colocou-se à disposição para qualquer necessidade e para colaborar na quebra do paradigma sobre adoção. A senhora Presidenta agradeceu ao Vereador pelo espaço cedido e comunicou a todos os membros do Abrigo Menino Jesus que estava sendo realizado o Pedágio do Brinquedo e que quando terminasse aquela campanha os brinquedos seriam distribuídos aos abrigos. Em seguida, concedeu a palavra ao senhor Alan Boettger, Promotor de Justiça da Infância e Juventude do Município de Lages, que cumprimentou todos os presentes e constatou ser o assunto importante e difícil para quem trabalhava naquela área porque acabavam se envolvendo com as dificuldades em relação à adoção. Parabenizando a Assembleia Legislativa pela realização da campanha Adoção - Laços de Amor, salientou que ela estava sendo realizada com a parceria do Ministério Público, da OAB/SC e do Tribunal de Justiça com o objetivo de reduzir o número de crianças abrigadas em instituições de acolhimento do Estado, ressaltando a importância de também se adotar crianças de 3 anos em diante, grupos de irmãos e adolescentes para que não fiquem

à espera da adoção internacional. Informou que o Estatuto da Criança e do Adolescente busca resgatar e reestruturar a família natural e observou que a abertura do processo de destituição do poder familiar demora um pouco porque é importante averiguar com a família biológica se a criança ou o adolescente pode retornar a ela, esclarecendo que se houver essa possibilidade, os Poderes Públicos se movimentarão no sentido de ajudar a família a se reerguer e ter condições de receber novamente a criança ou o adolescente que estivera acolhido institucionalmente. Citando o artigo 23 e o artigo 39, em seu Parágrafo Único, do Estatuto da Criança e do Adolescente, salientou que a falta de recursos não é motivo suficiente para a destituição do poder familiar, acrescentando que se deve recorrer à adoção apenas quando os recursos para garantir a permanência da criança ou do adolescente na família natural ou extensa forem esgotados. Isso exposto, disse que muitas vezes é necessário utilizar-se da adoção para garantir o convívio familiar, destacando que os artigos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do ECA tratam dos direitos da criança e do adolescente com prioridade absoluta. Reiterou que para acontecer a adoção é necessário retirar dos pais biológicos o poder familiar e disse que isso poderia ser feito quando a criança fosse entregue espontaneamente no Fórum ou perante o Juizado da Infância e da Juventude, explicando que a partir dali colhia-se o termo de consentimento da desistência do poder familiar e a criança era imediatamente encaminhada ao processo de adoção; ou quando os pais colocavam a vida da criança em risco, afirmando que nesse caso a criança ou o adolescente tinham atendimento individual e especial pela equipe técnica, através do Plano Individual de Atendimento (PIA), que iria tentar resgatar a família natural dele para saber o motivo do acolhimento e ver a possibilidade de reestruturação daquela família. Complementando, disse que caso não fosse possível o retorno da criança à família natural, o Ministério Público seria comunicado e iria sugerir o ajuizamento da ação de destituição do poder familiar, informando que no final do processo era o Juiz da Infância e da Juventude quem acolheria ou não o pedido do Ministério Público e que se houvesse possibilidade de reestruturação, o Ministério Público, ao final da ação, iria postular pela improcedência do pedido e pelo retorno da criança ou do adolescente à sua família de origem. Avaliou que essas etapas de averiguação e comprovação faziam com que o processo demorasse e se aguardasse o trânsito em julgado da destituição do poder familiar para depois a criança ou o adolescente ser encaminhado aos casais que estivessem no cadastro de adotante da Comarca, declarando que cada Comarca tinha um cadastro de adotantes e um cadastro de crianças e que burlá-los poderia configurar um crime para aqueles que assim procedessem. [Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt.] Esclareceu que a própria lei havia estabelecido situações de exceção em relação ao cadastro mas sempre levando em consideração o interesse da criança e do adolescente, citando como exemplo o caso da criança ou do adolescente que já estiver sob tutela ou guarda de determinada pessoa por mais de três anos sem ser constatada má-fé ou qualquer outra das situações previstas nos artigos 237 e 238 da lei, como subtração de incapazes, ou então quando for formulado por parente com o qual a criança ou o adolescente mantenha vínculos ou se tratar de pedido de adoção unilateral, ou seja, quando um dos pais ainda mantém vínculo com a criança ou o adolescente. Disse que fazia questão de traçar aquelas considerações para que todos vissem que havia um sistema de garantias em relação à colocação de uma criança ou de um adolescente numa família substituta. Disse, ainda, que concordava que a tramitação tinha que ser célere mas sem se esquecer as garantias legais, afirmando que não dava para jogar fora direitos consagrados por conta da celeridade, como o da ampla defesa, o do contraditório, o de ouvir pai e mãe sobre os motivos pelos quais o seu filho estava acolhido institucionalmente. Salientou que o acolhimento institucional era uma medida protetiva que se impunha com o atendimento individual a cada uma das crianças e a cada um dos adolescentes atendidos, avaliando que idade, cor da pele e problemas de saúde não deveriam ser empecilhos para a formação de uma família e que era preciso receber uma criança ou um adolescente como se seu filho verdadeiro fosse, amando-o e respeitando-o, garantindo a ele o direito constitucional à convivência familiar. Registrou que o Promotor Mauro Canto da Silva, de Criciúma, que participara da audiência no dia anterior naquele Município, havia encaminhado um vídeo institucional emocionante, o mesmo apresentado no início daquela audiência, contendo a história de uma criança com necessidades especiais que, ao final, dizia que jamais abandonaria a sua mãe. Afirmou que a partir do deferimento para a adoção, a criança ou o adolescente passava a ser filho para todos os efeitos, e, concordando com o que havia falado a Secretária, disse que dificuldades de criação, assim como alegrias, existiam tanto com filhos biológicos como com filhos adotivos. Concluiu agradecendo a oportunidade e desejando que a ideia da campanha fosse levada à frente, tratando sempre os direitos da criança e do adolescente com prioridade absoluta. Em seguida, a senhora

Presidenta passou a palavra à doutora Mônica Grisólia de Oliveira, Juíza responsável pelos abrigos e adoções da Vara da Infância e Juventude de Lages, que cumprimentou todos os presentes e explicou que estava responsável pela parte dos abrigamentos e das adoções por designação do Tribunal de Justiça somente até o final do ano porque no dia anterior havia assumido o Juiz titular de toda a Vara da Infância e Juventude. Disse ter ficado triste em saber que as audiências seriam realizadas somente nas localidades com mais crianças abrigadas, o que não era nenhum mérito para eles. afirmou que quando assumiu a questão dos abrigos e da adoção tinham em torno de 70 crianças abrigadas e que atualmente, embora considerasse um número ainda alto, tinham 57, referentes às Unidade I e II e ao abrigo de Bocaina, que possuía 10 adolescentes acolhidos, dos quais dois estavam aguardando o pedido de guarda da irmã, que já tinha sido abrigada e ao fazer 18 anos arrumou um emprego, casou-se e iria assumir aqueles dois irmãos menores. Informando que aquele número atual tendia a diminuir porque no dia seguinte àquela audiência mais quatro irmãos seriam adotados de forma casada, reiterou ser muito difícil casais brasileiros aceitarem quatro irmãos e disse que aquilo geralmente ocorria na adoção internacional, registrando que eram obrigados a se curvar à lei, segundo a qual deve ser priorizada a adoção nacional. Disse também que mais quatro irmãos já estavam com a destituição feita, ou seja, estavam aptos à adoção, e que estava vindo da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja) de Florianópolis um casal de estrangeiros para o período de convivência com aqueles irmãos, acrescentando que outros quatro irmãos também já estavam aptos à adoção e que para outras duas crianças estavam tentando uma reaproximação com a família biológica, apesar de já ter sido dada uma sentença de destituição do poder familiar, explicando que no último atendimento a equipe técnica havia constatado melhoras da mãe biológica em relação às crianças, já que ela havia se casado, tido um novo filho e seu companheiro estava assumindo não só o seu filho biológico como as duas filhas dela. Sobre esse caso, avaliou que apesar de a mãe ter errado, ela tinha a chance de ter outra oportunidade. Reportando-se aos casos citados anteriormente, disse que a contagem dos abrigados havia caído muito mas que ainda não chegava a fazer frente ao pedido do Tribunal de Justiça, que era baixar o número de abrigados para vinte até o final do ano, declarando que todos os esforços estavam sendo feitos para se chegar aquele número de vinte abrigados e agradecendo por terem desenvolvido um trabalho em equipe organizado, por terem uma excelente equipe técnica do abrigo e por contarem com o apoio do novo Conselho Tutelar. Justificando-se à Secretária, disse que quando pedia os carros era por extrema necessidade, tendo em vista não terem muita estrutura para trabalhar. Prosseguindo, citou alguns problemas que levavam as crianças ao abrigo, como falta de ala psiquiátrica infantil, já que muitas crianças com problemas mentais, equivocadamente, acabavam ficando abrigadas porque a família não tinha condições de atendê-las e o Estado e o Município também não ofereciam essa estrutura; e falta de internamento para adolescentes dependentes químicos, avaliando que essas internações deveriam ser obrigatórias porque o adolescente não tinha maturidade suficiente para querer um tratamento, já que não se julgava errado. Registrou que certa vez, ao participar de um seminário, quase apanhou quando disse que os adolescentes não deveriam “querer” ir para as comunidades terapêuticas, que aquilo deveria ser obrigatório, afirmando que questões como aquelas atrapalhavam muito os encaminhamentos. Registrou que logo depois que assumiu a Vara da Infância e da Juventude na questão dos abrigamentos e da adoção tomaram posse os novos conselheiros tutelares, que fizeram uma reunião com todos com a intenção de desconstruir a ideia equivocada existente na Comarca de que abrigamento era uma medida de regra, quando o Estatuto da Criança e do Adolescente diz que é uma medida de exceção, salientando que a criança tinha o direito e o dever de permanecer no seu lar e lá ser tratada. Disse que o Creas, o Cras, a equipe do Município, que afirmou ser muito boa, e todos os programas eram postos à disposição e que mesmo faltando várias coisas para complementar ousava afirmar que Lages era um dos lugares com maior empenho na questão da infância e da juventude. Contou que em 2011 fora feito um mutirão em cima dos processos de crianças abrigadas e que haviam resolvido iniciar pelos adolescentes porque, em tese, eram os mais problemáticos, explicando que o mutirão consistia em reunir numa audiência informal a família e o advogado dela, se tivesse, a equipe técnica do bairro, o Ministério Público e o Poder Judiciário para debaterem o que estava acontecendo naquele caso específico do adolescente, acrescentando que na maioria das vezes fora constatado que o problema era conflito familiar, porque a menina queria sair e o menino não tinha hora para voltar e não queria estudar. Ressaltou que as pessoas achavam que o abrigo era o lugar para resolver aquele problema, pois batiam à porta do Conselho Tutelar dizendo que não conseguiam lidar com o filho e pediam para entregá-lo ao Juiz. [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira.] Declarou que essa era uma

cultura lageana equivocadíssima e disse que o Juiz era ainda o último a receber a criança, pois primeiro ela ia para o Conselho Tutelar, depois era encaminhada ao abrigo, que enlouquecia a Secretária de Assistência Social e o Ministério Público para tomarem alguma providência e, finalmente, o processo chegava até o Juiz. Ressaltou a necessidade de todos trabalharem em equipe e falarem a mesma língua em prol do não abrigamento, avaliando que isso só deve ser utilizado em última instância. Relatou a realidade da maioria dos casos que enfrenta, contanto que há mães que eram ou haviam sido prostitutas, pais alcoólatras que ou não trabalhavam ou perdiam o emprego por causa do alcoolismo, famílias sem nenhum comprometimento, complementando tratar-se de um caos social que virava jurídico por necessidade de um processo. afirmou que a pobreza, a falta de cultura e a ignorância do povo eram extremas e lembrou o caso de pais que não queriam levar as suas crianças para vacinar porque uma agulha era uma agressão física, perguntando como poderiam exigir de pessoas como aquelas que cuidassem bem de seus filhos. Disse sentir-se na obrigação de insistir com os pais biológicos por ter percebido que as famílias podiam melhorar, mesmo que essa melhora não se desse da noite para o dia, lembrando que uma prostituta ou um alcoólatra não deixavam de sê-lo de uma hora para outra. afirmou que o Estatuto preconizava a permanência da criança na família biológica e que era exatamente isso que faziam, acrescentando que, a seguir, precisavam buscar a família extensa, mas que isso não costumava dar certo pela falta de convívio dessa nova família com a criança, que acabava sendo devolvida novamente ao Juiz. mencionou que ao passarem dos 3 anos de idade as crianças perdiam o prazo de adoção, lamentando que na cultura brasileira uma criança de 7 anos de idade já seja considerada velha demais para ser adotada. Citou que recentemente uma equipe havia descoberto que uma mãe que já havia sido destituída do poder familiar era atualmente outra pessoa, havia crescido e amadurecido, estava trabalhando, não era mais negligente, tinha um companheiro e outro filho, acrescentando que embora fosse uma situação delicada, não havia outra coisa a fazer senão enviar o processo ao Tribunal e deixar as crianças tentando o convívio com a mãe biológica novamente. Comentou que ela e a sua equipe eram muito atentas aos prazos e que tentavam ao máximo devolver as crianças para suas casas ou tirá-las do abrigo sob outras formas de colocação em família substituta. Observou que o problema das crianças em adoção seria mais rapidamente resolvido se as pessoas não tivessem o costume de requerer bebê ou menina de olhos claros, lembrando que quando uma mulher engravidava não havia como prever as características genéticas da criança. Contou que tinha dois filhos, um biológico e uma menina adotiva, que ambos a incomodavam e que isso era bastante normal, acrescentando que filhos, adotivos ou não, podiam ser ladrões, traficantes ou homicidas, podiam usar drogas e ser criminosos. Reiterou que o problema não era a burocracia do processo, mas as exigências das pessoas, que as faziam como se estivessem comprando uma mercadoria em loja e não adotando com amor uma criança. Comentou o caso grave de devolução de uma menina que havia sido entregue em adoção a um casal quando tinha 9 anos de idade e devolvida quando faltavam dois dias para completar 11 anos, complementando que, felizmente, conseguiram para ela uma adoção internacional. Comentou também o caso recente de um menino excepcional com 14 anos de idade cuja irmãzinha de 11 anos havia sido escolhida para adoção, especulando acerca do destino do menino, se ele ficaria no abrigo ou se conseguiriam uma família cuidadora para ele. Disse que embora não achasse justo tirar a irmã de perto dele, também não era justo deixá-la no abrigo por causa dele, acrescentando que tudo isso eram coisas que ficavam na cabeça dos operadores da infância e que eles tentavam ao máximo correr contra o tempo e contra a idade das crianças para elas não perderem a idade da adoção. Contou que atualmente também estava trabalhando na condição de assistente social e indo com a sua equipe até a casa da família da criança para entrevistar vizinhos e ver a situação da família e da casa em visitas surpresa, complementando que isso estava dando certo mas que demandava muito tempo. Opinou ser a campanha Laços de Amor muito interessante, pois se direcionava a crianças geralmente não requeridas para adoção, e observou ser difícil existir no Município crianças idealizadas pelos adotantes. Reforçou que nem o Ministério Público nem o Poder Judiciário eram os culpados pela demora na adoção, e sim as pessoas que exigiam adotar bebês, acrescentando que em Lages havia doze crianças aptas para adoção mas ainda estavam no abrigo por terem irmãos. Disse que as mães que queriam entregar seus filhos para a adoção, ao contrário do que se pensava, eram muito bem recebidas e tratadas pelo Juiz, contanto que costumava dizer a elas que dar filho em adoção era um ato de amor. Voltou a falar do cuidado que o Judiciário devia ter para entregar uma criança a pais adotivos, considerando isso necessário para se evitar ao máximo a devolução da criança, lembrando que ela não era uma simples mercadoria estragada, mas um ser humano. Registrou sempre

ter sido contra a construção de abrigos e que seu sonho era deixar os abrigos vazios, com todas as camas sempre arrumadas e nenhuma criança dentro, pois isso seria um exemplo de administração e de sucesso do Ministério Público e do Poder Judiciário. Salientou que a audiência estava sendo muito válida para as pessoas poderem repensar todos os seus conceitos, tais como a idade da criança ou a sua condição física, reiterando que tanto os filhos biológicos como os adotivos podiam dar problema aos pais. Enfatizou ser preciso as pessoas tirarem da cabeça a ideia de que uma criança, para ser adotada, precisava ser pequenininha e sugeriu que elas fossem ao abrigo ver as crianças já prontas para a adoção. Citou o caso recente de uma moça que queria adotar um bebê e, por sugestão da Juíza, acabou conhecendo e adotando uma menininha negra, linda, gordinha, já com 2 anos de idade e cabelos cacheados, comentando ser a garotinha parecida com o marido da moça, o que provocou riso em todos. Despediu-se frisando que a sua intenção era esvaziar os abrigos e colocou à disposição o Poder Judiciário, o Ministério Público e toda a equipe do Município. Retomando a palavra, a senhora Presidenta, Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt, agradeceu a participação da Juíza Mônica. Em seguida, contou a todos que era uma mulher muito feliz por ser também adotiva e ter encontrado uma família que lhe havia dado educação, saúde e a oportunidade de construir a sua própria família. *[Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato.]* Disse, ainda, que suas filhas estavam preparadas para adotarem caso não pudessem gerar seus próprios filhos. Ato contínuo, passou a palavra ao Deputado Estadual Elizeu Mattos, que cumprimentou as autoridades da mesa e os demais presentes e informou que atualmente, pelo levantamento nacional, existiam em torno de cinco mil crianças aptas à adoção, entre as quais 1.600 em Santa Catarina, e 27 mil casais querendo adotar, acrescentando que havia barreiras em termos de escolha das crianças. Constatou que o grande passo nesse sentido seria a agilidade dos processos de adoção por parte do Poder Judiciário e do Ministério Público mas advertiu que era preciso ter cautela para que a paternidade fosse responsável, para não acontecer que depois da adoção a criança seja devolvida, registrando que em Santa Catarina cerca de sessenta crianças tinham retornado ao abrigo depois de terem sido adotadas. Dito isso, cumprimentou a Alesc, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a OAB, a Prefeitura de Lages e os demais envolvidos por promoverem a adoção, considerando-a um tema bastante delicado e importante para o Estado. Dando prosseguimento à audiência pública, a senhora Presidenta abriu espaço para a ouvida da plenária. Inicialmente fez uso da palavra o Vereador Luiz Albertino de Souza Amorim, da Câmara Municipal de Lages, que cumprimentou os presentes e, voltando-se à doutora Mônica, disse que não desejava bater de frente com outros Municípios mas ousava dizer que Lages tinha a melhor equipe de assistência social. Declarou ter dúvidas sobre o perfil de quem desejava adotar e afirmou que por se tratar de Ministério Público, de Juiz, as pessoas ficavam meio amedrontadas, por isso a importância de o Judiciário fazer um trabalho no sentido de conscientizar os casais de que adotar não era tão difícil assim. O padre Dorli Gonzaga, da Pastoral Familiar de Santa Catarina, cumprimentou a Alesc por uma iniciativa tão oportuna e perguntou, em termos de orientação, evangelização e preparação, o que se esperava das pessoas que trabalhavam com as famílias. A senhora Mônica Grisólia de Oliveira respondeu que a religião influenciava porque a maioria das pessoas tinha fé em Deus e nos padres, que se tornavam uma espécie de amigo, confidente e poderiam inculcar na família a importância da união e do bom tratamento aos filhos. Pediu que os religiosos informassem o Poder Judiciário sobre casos de maus-tratos ou de negligência por parte de alguma família, contando que nem todos os casos chegavam ao órgão e que quem geralmente denunciava era um vizinho que não aguentava mais a situação. Garantiu que o nome do denunciante ficaria no anonimato, disse que já havia recebido em seu gabinete padres que fizeram denúncias sobre maus-tratos e reiterou a necessidade de não só a Igreja Católica preparar mais a família para a criação dos filhos, como também o espiritismo ou outra religião. O senhor Alan Boettger disse que a religiosidade era importante, que se tornava um fio de esperança e que isso era percebido muito fortemente no sistema carcerário. Sobre a adoção, reforçou a importância de os pastores e os padres mobilizarem seus pares no sentido de visitarem os abrigos, os centros de internação de adolescentes. O senhor Elvio Rodrigo Calvani da Silva, presidente da Associação de Moradores do Bairro São Luiz, em Lages, perguntou se havia prejuízo na adoção de uma criança de forma segura, com responsabilidade, dentro da própria família sem envolver a Justiça, a lei, tendo a senhora Mônica Grisólia de Oliveira respondido que o ideal seria a pessoa regularizar a situação no Fórum. Deixou claro que era meio avessa ao instituto da guarda porque, mesmo a criança sendo atendida, não via muito comprometimento. O senhor Alan Boettger observou que o ECA proibia a adoção de ascendentes e dos irmãos do adotando, afirmando que nada impedia que um parente próximo postulasse a guarda a criança

desde que fosse regularizada, até porque assim os vínculos familiares não se extinguiriam, deixando claro que a guarda era um direito que exigia deveres. *[Taquígrafa-Revisora: Dulcinéia Maria Goulart.]* Em seguida, falou a senhora Flávia Roberta Oliveira Mathias, psicóloga do Creas, que disse que no Brasil estavam sendo revistas as relações homoafetivas, perguntando como estava ocorrendo aquele processo, se existiam casais homoafetivos na fila de adoção e como era visto aquele assunto, que vinha se efetivando na sociedade. A senhora Mônica Grisólia de Oliveira respondeu que no Estado do Rio de Janeiro as relações homoafetivas eram consideradas a coisa mais comum da Terra e informou que a primeira sentença de adoção dada a um casal homoafetivo em Santa Catarina havia sido proferida por ela, afirmando que não havia nenhum problema em uma pessoa homossexual adotar uma criança. Disse que não encaminhava adoções a casais de heterossexuais promíscuos e que era necessário haver regras que definissem se os postulantes à adoção realmente possuíam condições psicológicas para tal, salientando que as crianças adotadas precisavam de um apoio maior e não deviam ser vítimas de preconceito. Contou que por entregar crianças a casais homossexuais muitos desembargadores lhe telefonavam perguntando se estava maluca, afirmando que não diferenciava casais homossexuais de casais heterossexuais. O senhor Alan Boettger, constatando ser a questão bastante polêmica, disse que até pouco tempo tinha muita dúvida se aquilo seria saudável ou não às crianças mas que depois de muita reflexão percebera que não havia razão alguma para haver distinção entre casais homossexuais e casais heterossexuais no quesito adoção. Contou o caso de quatro irmãos adotados por dois casais postulantes, um heterossexual e o outro homoafetivo, que moravam próximos e que ficaram com a incumbência de manter o vínculo dos irmãos, complementando que o casal heterossexual havia devolvido os irmãos que adotara porque não haviam se adaptado às crianças da casa e que o casal homossexual havia continuado com os seus filhos adotivos. Apesar disso, disse que situações como aquela ainda geravam muitas dúvidas e que era preciso haver um acompanhamento específico de cada caso para se observar a situação de exposição ou não das crianças em função do preconceito ainda existente naquela seara, observando que o Supremo Tribunal Federal havia reconhecido as uniões homoafetivas e que não havia como restringir direitos que eram de todos. A senhora Mônica Grisólia de Oliveira informou que nenhuma das crianças que estavam abrigadas era filho de homossexuais, afirmando nunca ter tomado conhecimento de homossexuais que batiam ou maltratavam crianças e que aquilo era um ponto para reflexão. A senhora Stela Heinzen Pereira salientou a importância social do tema para o País e para o Estado. Disse haver no centro do Município de Lages muitas crianças necessitando de adoção, pois eram maltratadas pelos pais, afirmando ser muito mais fácil retirar uma criança de um casal que morava em um bairro humilde do que de um casal que morava em uma área mais nobre da cidade. Reconheceu serem feitas muitas exigências aos casais postulantes à adoção, que inclusive tinham que participar de um curso de dez dias, afirmando não haver curso nenhum que ensinasse os pais adotivos a amarem as crianças adotadas, assim como não havia nenhum curso que ensinasse as pessoas a querer ou evitar o nascimento de filhos biológicos, lembrando que o Governo distribuía preservativos e anticoncepcionais. Salientou que por conta da burocracia no processo muitos pais desistiam da adoção e que muitas adoções acabavam acontecendo pela "porta dos fundos". Finalizou dizendo que a criança a abrigada já estava apta à adoção, pois havia passado por avaliação da Promotoria e da Vara da Infância, avaliando que se o casal tem condições de dar amor, a adoção deveria ser facilitada, pois as crianças não necessitavam de muitas coisas além de amor, educação e pão. A senhora Marli Barrentin Nacif informou que o Conselho Tutelar trabalhava a partir de denúncias e que não podia entrar nos apartamentos das pessoas e perguntar se os casais estavam maltratando os seus filhos, acrescentando ser aquela a mesma situação enfrentada pelo Creas. Disse que não havia como adivinhar qual família estava maltratando os filhos ou os idosos, contando que diariamente recebia duas denúncias de maus-tratos a idosos e que todos eram visitados e atendidos, havendo um trabalho de acompanhamento e encaminhamento das vítimas aos abrigos. Constatou que as crianças abrigadas não estavam preparadas para serem adotadas ou destituídas e, afirmando ser muito difícil o trabalho realizado pelas assistentes sociais, que com amor e carinho tentavam fazer aquelas crianças sentirem-se em casa, disse que elas não estavam sendo preparadas para a adoção, mas para voltarem às suas famílias. Destacou que deveria ser feito um trabalho de acompanhamento das famílias das crianças no sentido de saber se elas se recuperariam a ponto de ter condições de receber seus filhos de volta e afirmou que aquele trabalho era complexo e necessitava de muita atenção. Sobre o perfil dos adotantes, informou que grande parte das adoções era realizada por casais de classe média baixa mas com lares bem

estruturados, lembrando que não era somente a condição financeira que determinava o sucesso da adoção. O senhor Alan Boettger disse que havia o Disque 100, serviço que recebia denúncias de maus-tratos e a senhora Marli Barrentin Nacif complementou que através daquelas denúncias recebia um relatório solicitando uma visita para averiguar a situação, enfatizando que se houvesse denúncias de abuso ou de maus-tratos, a Secretaria estaria presente para averiguar, juntamente com a Promotoria e a Justiça. A senhora Helena Berton Eidt disse que como o curso preparatório tinha no mínimo dez horas, certas Comarcas ministravam o curso em dez dias, informando que o Município de Lages havia optado pelo mínimo. Disse, ainda, que aquele curso era um encontro vivencial, no qual as pessoas se conheciam e trocavam experiências, e que não se esgotava lá o processo de avaliação e preparação dos casais adotantes, constatando ser interessante os casais adotantes passarem por cursos preparatórios mas difícil de realizar tal tarefa uma vez que o trabalho era focado nas crianças que estavam sob a tutela do Estado e no encaminhamento delas ao processo de adoção da maneira mais segura possível. Observou que os casais que burlavam as regras de adoção instituídas mostravam com isso que não estavam preparados para adotarem uma criança e reiterou que aqueles casais deveriam estar devidamente preparados para a adoção. A senhora Stela Heinzen Pereira disse que não quis ofender ninguém com as suas afirmações e enalteceu o grande trabalho realizado até então. Considerou as denúncias essenciais no sentido de serem averiguadas situações de abuso ou violência contra crianças e repetiu a sua afirmativa de que era mais fácil fazer essa averiguação numa casa humilde da periferia do que no quinto andar de um edifício no centro da cidade. Salientou a necessidade de os pais biológicos conscientizarem-se da sua responsabilidade na hora de colocar novas crianças no mundo e contou que era mãe adotiva de um filho maravilhoso, incentivando todos os casais a adotarem filhos e lembrando a todos que a condição financeira pouco importava naquele momento, mas sim o amor. A senhora Presidenta, Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt, salientou que as audiências públicas promovidas pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher da Alesc estavam sendo realizadas no sentido de captar informações e produzir um balanço social com o intuito de encaminhar soluções aos problemas apresentados. Pedindo apoio para a campanha Adoção - Laços de Amor, finalizou a reunião com a apresentação de um vídeo sobre a adoção de uma criança com necessidades especiais. Nada mais a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública. *[Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos.]*

DEPUTADA ESTADUAL DIRCE HEIDERSCHIEDT

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O USO E A OCUPAÇÃO DO LAGO DA USINA DE ITÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 9H, NO CLUBE CRUZEIRO, MUNICÍPIO DE ITÁ.

Aos vinte e um dias do mês de outubro de 2011, às 9h, realizou-se no Clube Cruzeiro, no Município de Itá, audiência pública para discutir o uso e a ocupação do lago da usina de Itá para fins turísticos e de lazer. O **mestre de cerimônias Luís Carlos Schaurich** abriu os trabalhos convidando para compor a mesa o Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc e proponente da audiência pública; o senhor Egídio Gritti, Prefeito do Município de Itá; o Deputado Estadual Edison Andriano, membro da Comissão; o Vereador Marcelo Gabriel, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Itá; o senhor Ivan Marcos Devens, Prefeito de Mariano Moro (RS) e presidente da Associação dos Municípios Lindeiros ao Lago da Barragem de Itá (Amulbi); o senhor Paulo Eduardo Pastore, Secretário de Desenvolvimento Regional de Concórdia e da SDR de Seara; o Major Edvar Santos, Comandante da 5ª Companhia do Batalhão de Polícia Militar Ambiental de Chapecó; o senhor José Lourival Magri, gerente de meio ambiente da Tractebel Energia; o senhor Eduardo Mussato, da Fatma; o senhor Fábio Ferri, do Secretário de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, Cesar Souza Júnior; e a senhora Karla Fabiana Hall, Secretária de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Itá. Após a composição da mesa, passou a presidência dos trabalhos ao **Deputado Estadual Neodi Saretta, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc**, que cumprimentou as autoridades e os demais presentes e desejou um bom debate. Retomando a palavra, o **mestre de cerimônias Luís Carlos Schaurich** registrou a presença do senhor Egídio Paludo, representando o Deputado Estadual Moacir Sopelsa; do senhor Ademir Valberto Pinto, Vice-Prefeito de Itá; do senhor João Girardi, Prefeito de Concórdia; do senhor Luiz Ângelo Poletto, Prefeito de Aratiba (RS); do senhor Volnei Antônio Schmidt, Vice-Prefeito de Ipumirim, representando o Prefeito

Valdir Zanella; do senhor Sérgio Luiz Schmitz, Prefeito do Município de Alto Bela Vista; do senhor José Reinaldo Ost, representando a senhora Laci Grigolo, Prefeita do Município de Seara; do senhor Francisco Machado de Aguiar, Prefeito de Ipira; do senhor Antônio Colussi, Secretário de Agricultura de Concórdia; do senhor Rodolfo Carlos Zenere, representando o senhor Marcos Weiss, da Fatma de Joaçaba; do senhor Gilberto Romani, do Movimento Regional dos Atingidos por Barragens (MAB); do senhor Vilmar Comassetto, agrônomo da Epagri e presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia do Rio Jacutinga; do senhor Antônio José Begnini, da Federação de Convention & Visitors Bureau de Santa Catarina; do senhor Claucemir Grendene, Secretário de Desenvolvimento Econômico de Concórdia; do Vereador Nilso Martello, do Município de Itá; do senhor Juraci Luiz Bolognest, diretor da Intersindical dos Eletricistas do Sul do Brasil (Intersul); do senhor Darci Antônio Kolakowski, do Conselho Municipal do Desenvolvimento Econômico de Itá; do Vereador Edson Gonçalves, Presidente da Câmara de Vereadores de Alto Bela Vista; da Vereadora Sônia Marcolin, do Município de Itá; do senhor Ademar Petry, diretor-geral da Secretaria do Desenvolvimento Regional de Seara; do senhor Airton J. Lima, soldado da Polícia Militar; da Vereadora Tânia Valmórbida, do Município de Itá; do senhor Arlei Vizzotto, representando o senhor Gilmar Wunder, do Sebrae/SC; do senhor Agenor Frigo, diretor executivo do Águas do Alto Uruguai Convention & Visitors Bureau; do senhor Flávio Calgario, representando a OAB de Concórdia; do senhor Ademar Bortoli Cavalli, da Colônia de Pescadores da Região de Concórdia; do senhor José Moacir Schmidt, gerente jurídico da Tractebel Energia; do senhor Elinton Chiaradia, gerente da Usina de Itá; do senhor Felipe Soares, analista de meio ambiente da Tractebel Energia; do senhor Cid Lonceck, técnico ambiental da Tractebel Energia; do senhor Sérgio Luis de Souza, analista de meio ambiente da Tractebel Energia; do Vereador Alaor Camillo, da Câmara de Vereadores do Município de Concórdia; do senhor Diogenes Marchesan, do Jeep Clube de Concórdia; e do senhor Marco Salgado Roberto Winter, diretor regional da RICTV Record Chapecó. Após o registro, passou a palavra ao **senhor Presidente**, que falou da expectativa criada com o surgimento da usina de Itá, produtora de energia tão necessária para o Brasil. Prosseguindo, comentou que, assim como acontecia com todo empreendimento, negociações e relocações tinham sido feitas com o intuito de promover o desenvolvimento do turismo no Município. Explicou que um dos objetivos da audiência pública seria encontrar mecanismos no sentido de fortalecer a região e divulgar as suas potencialidades. Revelou que a imprensa havia lhe perguntado se estavam querendo driblar a legislação, ao que deixou claro que desejavam fazer ao contrário, ou seja, entender bem a legislação para encontrar mecanismos, mudando-a se fosse preciso. Dito isso, informou que a audiência pública seguiria um cronograma, com a oitava de três manifestações da mesa, na sequência seria apresentado um vídeo preparado pela administração do Município de Itá e, finalmente, seriam ouvidas as demais manifestações da mesa e da plateia. Após, lembrou que no período da tarde seria feita uma visita de barco ao lago. Destacando que a TVAL estava fazendo a cobertura daquela audiência pública, desejou a todos um bom debate. Retomando a palavra, o **mestre de cerimônias Luís Carlos Schaurich** registrou a presença de Milvo Zancanaro, ex-Prefeito do Município de Itá; Adriano Stadlober, presidente da Associação Comercial de Itá (Acita); Amauri Sartoretto, do Lions Clube de Itá; e de Secretários Municipais e diretores da Prefeitura de Itá. *[Taquígrafa-revisora: Dulcinéia Maria Goulart.]* Em seguida, passou a palavra ao **senhor Egídio Gritti, Prefeito do Município de Itá**, que cumprimentou todos e parabenizou o Deputado Neodi Saretta pela iniciativa de fazer a audiência pública naquele Município. Disse que quando existia algum problema acabava sobrando para o Poder Público e que eram criticados por fazerem ou não as coisas, mas principalmente por não fazerem. Comentou que às vezes conseguiam a licença da Fatma, mas que o plano diretor do lago proibia que saísse alguma coisa. Desejou que aquela audiência fosse mais focada em torno do lago e que, se existisse um plano, que fosse readequado para explorar o turismo em Itá, sugerindo que houvesse uma análise do plano devido às dificuldades enfrentadas. Contou que os locais que tinham bom acesso eram áreas de preservação permanente e desejou que alguma coisa saísse definida daquela audiência. Declarou que tal expectativa se criou desde a mudança da cidade e que ali estavam muitas pessoas que participaram da Comissão de Relocação de Itá e da negociação daquela época, sendo que tais pessoas dariam o testemunho de que o lago era realmente para o turismo de Itá. afirmou que não estavam ali para criar inimidade com ninguém e que não queriam criar conflitos, mas, sim, fazer uso daquele espaço para que o Município se desenvolvesse. Reafirmou seu desejo de que saíssem da audiência com alguma coisa encaminhada a fim de realizarem os projetos que tinham para o lago. Disse acreditar que iriam resolver os problemas pendentes e que os Prefeitos dos outros Municípios que tinham o lago nas proximidades também iriam se beneficiar de sua revitalização. O **senhor mestre de**

cerimônias Luiz Carlos Schaurich, registrou a presença do senhor Leonir Caus, Secretário de Agricultura, da administração municipal de Xavantina; do senhor Américo Minella, da Colônia de Pescadores da Barra do Rio Azul; e do senhor Josemar Sartoretto, da Drusa. Em seguida, fez uso da palavra ao **senhor Deputado Estadual Edison Andrino**, que cumprimentou todos e disse que conheceu Itá quando veio visitar uma plantação de mirtilo, acrescentando que aquele Município era o maior produtor do Estado daquela fruta. Manifestou surpresa ao saber que o lago de Itá não era utilizado e contou que morava na beira da Lagoa da Conceição, tendo se envolvido com a legislação concernente aos terrenos de Marinha. Explicou que os terrenos de Marinha pertenciam à União e eram aqueles que se localizavam 33 metros além de uma linha média de preamar na margem de lagos, lagoas e rios que sofriam influência da maré. Disse que naquele local não existiam terrenos de Marinha porque a maré não tinha influência nos rios do oeste catarinense e que não era à toa que a Tractebel tinha propriedade a 30 metros dali, pois provavelmente teria se baseado no conceito antigo dos terrenos de Marinha. Contou que quando foi Deputado Federal aprovou uma emenda constitucional que retirou a Ilha de Santa Catarina da União, acrescentando que falou com o senhor Zancanaro sobre o seu assombro por não utilizarem cidades que tinham potencial econômico de habitação, como Chapecó, Concórdia, Seara, Itá e outras. Surpreendeu-se ao saber que não aproveitavam o lago da Usina de Itá porque a legislação não permitia, comentando ainda que o litoral e a Ilha de Santa Catarina foram muito mal ocupados e que não queria que o mesmo ocorresse com o lago de Itá. afirmou que o lago de Itá tinha que ser utilizado não só para o turismo, mas também pelos moradores que não tinham oportunidade de se deslocar para o litoral catarinense a fim de aproveitar a praia e fazer esportes náuticos. Sugeriu que se fizesse um ajustamento de conduta de maneira que a população pudesse usufruir do lago, relatando que quando foi visitar a plantação de mirtilo percebeu que havia vacas pastando ali perto, concluindo que quem mais usufruía do lago era o gado, enquanto o povo ficava fora do processo de uso. Disse saber que essas coisas não eram fáceis e que era necessário mexer na resolução do Conama, falando também da necessidade de se fazer um ajustamento de conduta com o consentimento da Tractebel, acrescentando que a empresa precisava ser flexível para que a população tivesse trapiche e uma pequena praia artificial, entre outros. Defendeu o uso coletivo do lago de maneira racional e disse ter certeza de que se isso ocorrer muitas pessoas que não podiam frequentar as praias do litoral catarinense iriam começar a frequentar os balneários que construiriam no lago de Itá. afirmou que a audiência pública tinha um papel importante e que de maneira sustentável e racional precisavam incentivar o turismo da região, principalmente para a população do oeste de Santa Catarina, sem privatizar e sem acabar com a natureza em volta do lago. Em seguida foi apresentado um vídeo sobre o lago de Itá. Passado o vídeo, o **senhor mestre de cerimônias** lembrou que a audiência pública visava à ocupação e ao uso do lago da Usina de Itá pelos Municípios lindeiros e que por isso os Prefeitos das cidades de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul estavam presentes. Convidou para fazer parte da mesa o senhor Nilo Bortoli, coordenador do Escritório Regional do Ministério da Pesca e Aquicultura de Chapecó. Ato contínuo, fez uso da palavra o **senhor Marcelo Gabriel, Presidente da Câmara de Itá**, que cumprimentou todos e disse que os Vereadores de Itá eram companheiros na audiência e estavam com a comunidade itaense. Despedindo-se, colocou a Câmara à disposição. Fazendo uso da palavra, o **senhor Presidente** disse que Santa Catarina, pelo quinto ano consecutivo, tinha sido eleita o melhor destino turístico do Brasil. Contou que na sessão ordinária do dia anterior formularam um documento parabenizando todos os operadores de turismo, incluindo nisso os *convention & visitors bureaus*. Desejou que nos destinos turísticos estivessem incluídas as belezas naturais daquela região. [Taquígrafa-Revisora: Iwana L. Lentz.] A seguir, passou a palavra ao senhor **Fábio Ferri, representando o Secretário de Estado de Turismo, Cultura e Esporte Cesar Souza Júnior**, que salientou a importância do turismo para o Estado, acrescentando que Santa Catarina havia sido escolhida pelo quinto ano consecutivo o principal roteiro de turismo do Brasil. Citou o Plano Catarina 2020, plano voltado ao turismo, afirmando que as regiões deveriam estabelecer suas pretensões e vocações turísticas no sentido de aprimorarem seus atrativos. afirmou que a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte estava preocupada com as melhorias que poderiam ser realizadas, afirmando que havia algumas barreiras ao pleno desenvolvimento do turismo, necessitando haver um aceleração nos processos. Disse que Santa Catarina trabalhava no Projeto Catarina 2020 para se tornar não somente o principal destino turístico do Brasil e também estar definitivamente no roteiro dos destinos internacionais de turismo. afirmou que aquela região, pela natureza exuberante, tinha condições de constar como ponto turístico de destaque no Estado, havendo a necessidade de

união e de luta de todos no sentido de derrubar as barreiras existentes, trabalhando as políticas públicas. Concluiu que dessa forma Santa Catarina estaria bem apoiada para poder explorar da melhor maneira o potencial turístico do Estado e daquela região. Em seguida, o senhor **Paulo Eduardo Pastore, Secretário de Desenvolvimento Regional de Concórdia da SDR de Seara**, disse que o vídeo apresentado na audiência pública mostrava a realidade de todos os Municípios que abrangiam o lago e não somente a do Município de Itá, salientando que a barragem havia trazido inúmeros benefícios à região e que também havia trazido alguns problemas, afirmando que estes só poderiam ser resolvidos através do debate. Disse que todos os segmentos da sociedade estavam ali representados e comentou ter calculado que aproximadamente trinta amigos seus saíam de Concórdia para irem pescar na Argentina, no Mato Grosso, em São Paulo ou até na barragem de Passo Fundo, acrescentando que muito dinheiro saía da região naquelas viagens e avaliando que aquele dinheiro poderia ficar na região se o lago de Itá fosse utilizado para a pesca. afirmou que aquele momento era apropriado para que fizessem encaminhamentos que atendessem os interesses de todos. Disse que a lei era sempre feita sob o domínio do bom senso e que não havia lei que superasse a questão da água, que era mais importante do que qualquer lei. Logo após, o senhor **Ivan Marcos Devensi, Prefeito de Mariano Moro, RS**, disse que historicamente sempre haviam sido encontradas soluções para os problemas existentes na região, mencionando ter certeza de que os órgãos ambientais chegariam a um consenso que traria benefícios a todos. Falou que o turismo era muito importante para a região, colocando-se à disposição da audiência pública no sentido de enriquecer o debate e de encontrar as soluções pertinentes ao tema. Ato contínuo, a **senhora Karla Fabiana Hall, Secretária de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Itá**, avaliou que a problemática chegava ao Poder Público através de reclamações, salientando que as soluções e as medidas corretas deveriam ser encontradas. afirmou estar ciente da importância da preservação do meio ambiente e da coordenação da ocupação, mas que o lago deveria ser utilizado para o lazer e explorado economicamente pela população, utilizando sempre políticas sustentáveis. O **senhor Eduardo Mussato, da Fatma**, disse que as políticas públicas realizadas pela Fatma vinham ao encontro da iniciativa daquela audiência pública e que a Fatma vinha trabalhando havia mais de dois anos naquela linha de raciocínio. Disse que havia sido criado, dentro da agenda positiva da Fatma, o Comitê Interinstitucional de Turismo em Unidades de Conservação, acrescentando que dentro da região do lago existia uma unidade de conservação, o Parque Estadual Fritz Plaumann, que havia sido uma condicionante de licenciamento da barragem. Contou que o Comitê de Políticas Públicas de Turismo em Unidades de Conservação envolvia quatro Secretarias de Estado além da sociedade civil organizada, citando que a Fatma havia estado recentemente na região e que, na oportunidade, foi elaborado um diagnóstico da situação do turismo naquela unidade de conservação, afirmando que ela estaria na revisão do plano de manejo para o ano de 2012. Comentou que o Parque Estadual Fritz Plaumann havia participado, em 2010, do Salão Brasileiro de Turismo, sendo o único prêmio recebido pelo Estado naquele evento. Disse que a Fatma vinha trabalhando na inserção das unidades de conservação no turismo, sendo uma fomentadora da transformação do lago da barragem de Itá em um local sustentável para o turismo. O **senhor Presidente** salientou a importância da presença das entidades e das instituições que ali estavam, pois enquanto algumas faziam grandes esforços para participar de um debate tão importante, como era o caso do Ministério da Pesca e da Polícia Ambiental, outras não se faziam presentes, omitindo-se de discutir o tema com a população. [Taquígrafa-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos] Ato contínuo, o **Major Edvar Santos, Comandante da 5ª Companhia do Batalhão de Polícia Militar Ambiental de Chapecó da Polícia Ambiental**, disse que não cabia mais uma Polícia Ambiental especulativa e científica, mas que ela devia se voltar para o social, o econômico e o ambiental, e que a grande ideia era congregar para alcançar a sustentabilidade. Avaliou que qualquer empreendimento do porte de uma usina hidrelétrica como Itá evidentemente causaria um impacto ambiental muito grande, assim como o social e o econômico. Prosseguindo, discorreu a respeito de como ocorria o processo, informando que todas aquelas questões eram tratadas no Estudo de Impacto Ambiental, de acordo com a legislação e a própria Constituição Federal, e que depois era feito o Relatório de Impacto Ambiental com audiências públicas em que a comunidade devia e podia discutir como ficaria a sua situação. Falou que a cidade de Itá era maravilhosa e a comparou com Gramado e Canela por ter um potencial turístico muito grande. Em seguida, comunicou que o Ibama era o órgão responsável por analisar todas as etapas da construção de uma grande obra como aquela, já que a usina ficava na divisão entre dois Estados. Comentou não caber à União a propriedade plena de um rio e muito menos a de

um rio federal, uma vez que propriedade plena significava o uso, o gozo, a fruição e também a disposição daquele bem, salientando que quando se falava em recurso natural ninguém tinha propriedade plena, nem mesmo a União, e declarou que a água era um bem disponível para as atuais e futuras gerações. Isso posto, esclareceu que a União não era dona do rio, mas do seu potencial energético. Informou que a Usina tinha uma concessão para a exploração da energia elétrica controlada pela Aneel e que essa exploração estava vinculada ao cumprimento da legislação ambiental. Continuando, comunicou que o Código Florestal instituiu as áreas de preservação permanente e deixava uma brecha para que a União pudesse regulamentar a questão dos lagos artificiais. Explicou que, por esse motivo, as diretrizes do Ibama eram repassadas ao empreendedor, que fazia o Plano de Uso do Lago para discutir as pretensões da comunidade e que esse Plano, além de conter os sonhos da comunidade, devia ser aprovado ainda na fase de Licença Ambiental de Instalação, ou seja, antes de o empreendimento começar, porque depois, com a água subindo, não havia como fazer mais nada. Prosseguindo, manifestou-se dizendo “não” ao empreendimento de Itá, justificando que não conhecia toda a sua fase de instalação e falando que havia usinas hidrelétricas e PCHs fazendo Plano de Uso do Lago no Estado posterior à operação, e pediu que a Fatma ficasse atenta. Ante o exposto, avaliou que estava havendo o descumprimento de toda a legislação e que isso era equivocado. Em seguida, informou que o Plano de Uso do Lago previa como de uso múltiplo a questão turística do entorno do lago de Itá, tendo sido aprovado pelo Ibama. Destacou que as áreas de preservação permanente que iam de 30 metros a 100 metros podiam ser usadas para lazer e turismo, acrescentando que a indicação dos roteiros e locais potencialmente passíveis de exploração não eram pré-requisito legal para a alteração do Consórcio de Itá. Explicou, assim, que a Usina não podia autorizar a exploração para os empreendedores, que deveriam seguir todos os trâmites legais e ter a autorização de licenciamento ambiental de cada projeto. Comentou que ao se falar da margem do rio se falava também da lei de parcelamento do solo, de loteamento, dos condomínios rurais, de hotéis que deviam seguir o Plano Diretor do Município, e avaliou que isso era inquestionável, assim como também era inquestionável que o Consórcio de Itá era um dos que mais se preocupava e menos gerava conflitos na área de usinas hidrelétricas. Prosseguindo, disse que se a Usina já havia indenizado a empresa pelos 30 metros ou 100 metros, então a gestão daquela área era da Usina de acordo com a exigência da Aneel e do próprio meio ambiente. afirmou que a área de preservação permanente servia para passaros e também para peixes frugívoros, e que em Itá já existia muita capivara em torno do lago, comentando ser maravilhoso o trabalho feito até aquele momento. Comentou acerca de vários agricultores e empreendedores que construía em áreas que sequer lhes pertenciam, acrescentando que havia uma cerca para dividir a área de preservação permanente que, ainda assim, era cortada rotineiramente para o gado passar. Contou sobre um projeto existente havia três anos chamado Vizinho do Lago, desenvolvido junto com o Consórcio Itá com o objetivo de não afrontar a comunidade e não assustar o pequeno agricultor rural. afirmou, entretanto, que algumas pessoas insistiam em descumprir o acordo, soltavam o gado e impediam que a floresta se recompusesse, sendo multadas em R\$ 5 mil, conforme a legislação, por impedir ou dificultar a regeneração das florestas e demais formas de vegetação, acrescentando que se a pessoa recompusesse a área ganharia um desconto de 90% na multa. Explicou que, no caso, era feito um termo circunstanciado em que o cidadão assinava o compromisso de comparecer em juízo, salientando que ele não era criminoso nem seria preso, complementando que a partir daí a Polícia Ambiental fazia uma perícia ambiental e explicava ao cidadão como deveria ser recomposta aquela área de preservação permanente danificada, sendo que se ele aceitasse o acordo imediatamente era feita uma transação penal, o processo era arquivado e a pessoa não ficava com a ficha suja. Com relação à ideia de sustentabilidade, informou que ela já fazia parte do Plano de Uso do Lago e disse que por se tratar de um lago que dividia dois Estados a competência era do Ibama, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, acrescentando que por se tratar também de uma área urbana a competência também era do Ministério das Cidades. Para reunir todos os órgãos competentes sugeriu que se fizesse um grande TAC envolvendo o Ministério Público Federal, o Ibama, a Polícia Ambiental e os Municípios, ou que o Município apresentasse uma proposta sustentável de como usufruir da área, considerando que a mesma foi aprovada para lazer e turismo pelo Plano de Uso Múltiplo do Lago, em 2001. Deixou claro que não existia embate de competências entre a Fatma e o Ibama uma vez que a competência já estava definida por tratar-se de um lago entre dois Estados, e disse que a Polícia Ambiental iria colaborar e se envolver na comunidade, acrescentando que o policial militar ambiental não era somente aquele que cumpria a legislação e que também se preocupava com a dignidade da pessoa

humana. Concluindo, lembrou que a água era um bem de uso comum e agradeceu por estar ali. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** comunicou que quando se insinuava alguma coisa era necessário esclarecê-la depois para que todos soubessem a quem deviam se dirigir, destacando que a intenção era fortalecer os órgãos e não prejudicá-los. Em seguida, lamentou a ausência do Ibama e registrou a grande representatividade do público e das entidades. Comentou que o convite feito ao Ibama de Santa Catarina havia sido extraviado e que depois encontraram cópias da correspondência e as entregaram ao Ibama que, por sua vez, disse que o convite pertencia ao Estado do Rio Grande do Sul. Avaliou que o convite também cabia ao Ibama de Santa Catarina e que o órgão não se fez presente, afirmando que isso chegaria aos órgãos superiores. Prosseguindo, justificou a ausência do Ibama do Rio Grande do Sul porque o convite foi feito em cima da hora e registrou que transmitiria a ele tudo o que fosse decidido na audiência. Ato contínuo, passou a palavra ao **senhor José Lourival Magri, gerente do meio ambiente da Tractebel**, que inicialmente falou da sua satisfação por estar ali discutindo o uso múltiplo das áreas do reservatório da Usina Hidrelétrica Itá. Com relação ao vídeo, disse concordar com alguns itens e discordar de outros, salientando que a Tractebel Energia não estava na região para gerar energia, mas para ser participe no desenvolvimento da região. Referindo-se ao Deputado Estadual Edison Andrino, informou que o reservatório não era da Tractebel nem do Consórcio Itá, explicando que a Tractebel tinha uma concessão e que ao final do contrato teria que devolvê-la à União. Comunicou que as áreas indenizadas não eram da Tractebel nem do Consórcio Itá, mas da União, e que a Tractebel tinha que devolvê-las à União em condições legais e regulares. Salientou que eles tinham a responsabilidade de fazer a gestão entorno do reservatório e lembrou-se de quando estava sendo discutido o plano de uso, afirmando que ele foi o primeiro no Brasil aprovado pelo Ibama, pois até então não existia nenhum plano de uma usina hidrelétrica que tivesse um rio federal. *[Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza.]* Enfocou a discussão sobre a competência do Ibama e dos Municípios na aprovação de um plano de uso e disse que os prefeitos e os Deputados sabiam que quem fazia a gestão do Município era a Prefeitura e que a Tractebel e o Consórcio Itá não tinham competência para tal. Referindo-se ao uso sustentável do lago, afirmou que fizeram o que tinha sido pedido e garantiu que a maior parceira do projeto era com a Tractebel Energia e que em nenhum momento a empresa pensou em facilitar as coisas ou prejudicar alguém. Comentou sobre a reunião entre o ex-Prefeito de Itá e a Tractebel, na qual o ex-Prefeito disse que havia vários projetos que precisavam ser regularizados, acrescentando que na ocasião a Tractebel havia levado os consultores que elaboraram o projeto do plano de uso para que dissessem o que o plano permitia, explicando que a Fatma dizia não ter conhecimento do plano. Contou que, dos 50 quilômetros de perímetro de entorno do reservatório foram aprovados 17 quilômetros para uso, acrescentando que esse aspecto foi levado à Fatma, que disse que eram viáveis treze pontos e os licenciados. Elucidou que a legislação permitia que o órgão estadual licenciasse atividades de baixo impacto e à Tractebel e ao Consórcio coube permitir seu uso. Advertiu que existia todo um regramento para que a área do entorno fosse adquirida e desapropriada, que havia uma DUP (Declaração de Utilidade Pública) e, por isso, precisavam regularizar. Acrescentou que, se houve uma desapropriação pública e alguém estava utilizando aquela área, seu uso precisaria estar de acordo com as regras, adicionando que fizeram uma permissão de uso. No caso do gado, disse que a legislação priorizava o uso e se a Tractebel impedisse o acesso do gado ao reservatório estaria cometendo um crime ambiental, relatando que foi feito um documento para reger o uso do reservatório, na época debatido com a comunidade. Explicou o motivo pelo qual aquele era o único projeto aprovado dizendo que estava escrito na licença da usina que a Tractebel Energia e o Consórcio Itá deveriam implementar o plano de uso de acordo com o que fora aprovado, analisando que se ele era viável ou não era outra história. Realçou que existia uma lei e que o plano diretor era essa lei. Comentou sobre a operação da Tractebel na usina de Machadinho quando, em 2005, um empresário havia levado um catamarã para fazer turismo no lago, sendo que desde aquele ano ele não havia conseguido a licença para ancorar o barco em nenhum dos 500 quilômetros de extensão porque não tinha um plano diretor aprovado, adicionando que este plano estava pronto desde 2002. Acentuou que a promoção do turismo cabia às Prefeituras. afirmou que o reservatório de Itá tinha um exemplo excelente, as Associações dos Municípios, destacando que eram o legítimo fórum de discussão enquanto não houvesse o Comitê de Bacias do Rio Uruguai. Comentou sobre o que podia ser feito nos 50 quilômetros de perímetro do reservatório, alertando que só poderiam ocupar o que ditava o plano. Pontuou que a Tractebel Energia e o Consórcio Itá não tinham nada contra o que fariam no entorno do reservatório, desde que fizessem de acordo com determinadas regras e promovessem o uso do desenvol-

vimento sustentável. Contou que o Ministério da Pesca havia feito um *workshop* em Brasília no qual avisou que faria o mapeamento dos parques aquícolas dos reservatórios do País. Contou ainda que no ano anterior esse Ministério havia lhes pedido a cópia do plano diretor, dos relatórios de pesquisa, dos dados de operação do reservatório, da vegetação do entorno do reservatório e dos pontos previstos para turismo, porque ele iria disponibilizar 1% da área do reservatório para a comunidade, sendo 140 hectares para os parques aquícolas. Pediu a todos que o reservatório fosse bem utilizado a ponto de o pessoal do litoral vir para a região, evidenciando a beleza natural do local. Observou que a Beira Mar de Florianópolis era muito bonita, mas que não gostaria que todo o entorno do Município de Itá se tornasse uma Beira Mar. Destacou que não podiam colocar quinhentas casas em uma área de 1 quilômetro e proibir o acesso das pessoas àquela área, alertando que não seria a Tractebel que faria isso, mas que ela certamente seria cobrada caso permitisse que as residências fossem colocadas lá. Frisou que a Tractebel não multava ninguém, que ela não tinha competência para tanto e nem queria ter, e que queria que a área fosse utilizada pela população em geral. Expos que o plano de uso estava posto e tinha regras que poderiam ser revisadas, observando que para tudo havia um senão. Reforçou que aquele era o único plano aprovado no Brasil e disse que se o plano de Itá tivesse que ser revisado iria para uma fila de espera imensa, sendo necessário analisar o ônus e o bônus. [Taquígrafa-Revisora: Jacqueline O. V. Bittencourt.] Disse, ainda, que havia um percentual para ser ocupado no entorno do reservatório, mas questionou se ele seria ocupado por inteiro pelo Município de Itá e se os Municípios de Concórdia, Aratiba e Mariano Moro abririam mão de sua ocupação para tanto. Explicou que era possível usar um percentual dentro dos 550 quilômetros de extensão porque a legislação permitia, mas que não era apenas um Município que estava envolvido e o plano tinha que observar a compatibilidade de diversos interesses para permitir que o uso fosse racional e trazer o melhor benefício para a comunidade. Adiante, apresentou um vídeo com informações sobre o plano de uso do reservatório de Itá, plano que, segundo ele, já foi distribuído para vários Municípios e estava disponível no site da Tractebel, do Consórcio Itá e também no Centro de Divulgação Ambiental - CDA para eventuais discussões. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor Josemar Satoretto** que, após os cumprimentos, falou que se fossem reunidos o conhecimento que tem o Deputado Andriano sobre a problemática de Florianópolis com a iniciativa do Deputado Saretta e com a preocupação do Prefeito, não seriam mais necessárias reuniões para resolver os problemas do lago. Sobre o lago, disse que havia um verdadeiro circo montado em torno dele, citando o circo do peixe, o circo da acessibilidade e o circo da Polícia Ambiental, e que era preciso conhecer as peças que faziam parte daqueles circos. Referindo-se ao senhor Magri, ponderou que aquela audiência passava a ser um divisor de águas em direção ao lago para fazerem dele um fator de inclusão social. Considerou balela as histórias sobre esconder o problema do licenciamento atrás do Ibama porque o órgão, segundo ele, em vários pedidos de licenciamento como no de trapiches, de praias artificiais e de rampas, já tinha se manifestado julgando-os empreendimentos de pequeno impacto ambiental. Destacou a questão histórica do tema, os setecentos e poucos quilômetros de área litorânea do lago e a praia de cinquenta metros de extensão licenciada até hoje. Apontando o potencial de Itá, disse que se propôs a fazer parte do contexto turístico e a empreender uma marina. A esse respeito, explicou que a Prefeitura, como incentivo, licitou o terreno e ele cumpriu com as suas obrigações, mas que a Prefeitura usou uma rua remanescente da cidade velha colocando cascalhos nela e, em razão disso, ele havia sido notificado pela Polícia Ambiental e estava havia cinco anos respondendo processo por dano ambiental. Observou ser aquele um problema de acessibilidade pública e que ele não tinha nada a ver com aquilo. Ademais, questionou a razão de o plano diretor que, segundo ele, era o único aprovado até o momento pelo Ibama, reportar-se ao plano diretor do lago de Santiago e do lago lá do outro lado do Rio Paraná. Mencionou que o mundo todo estava preocupado com a litoralização das pessoas, esclarecendo que em Itá não se podia fazer nada na beira do lago, o que fazia com as pessoas comprassem apartamentos no litoral e se mudassem pelo resto de suas vidas. Nesse sentido, pediu para que fossem exibidas algumas fotos para esclarecer melhor alguns empecilhos de acessibilidade do lago. Apontou a foto do Porto de São Francisco e a da Aroeira, que continha uma inscrição de alerta por causar alergia, afirmando que o entorno do lago havia sido infestado por desconhecimento da praga e ela estaria se alastrando por toda a região. Disse que já perdeu dois clientes em função da alergia porque para chegar ao lago era necessário passar pela capoeira de aroeira e destacou que o fato era significativo para os agricultores. Apontou outra foto em que os barrancos passavam de um metro, dificultando a acessibilidade, bem como desbarrancamentos na boca da barragem e a necessidade que tinha de haver pontos de balsa na foz do rio Uvá, acusando tais fatos

de serem problemas ambientais negligenciados devido ao convênio com a concessionária. Fez comparativos mostrando Guaratuba e São Francisco do Sul, onde tudo era permitido e havia acessibilidade, casas, árvores e onde as pessoas cortavam grama, questionando o que as autoridades que moravam em frente à avenida Beira Mar iriam fazer quando, por exemplo, árvores começassem a crescer escondendo a vista do mar. [Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini] Citou também o Lagoa late Clube - LIC, dizendo que havia pessoas que já foram diretoras do clube e que davam "pitaco" de como as coisas deveriam ser feitas na capoeira. Chamou a atenção de todos para o fato de que na área destinada ao Clube só se via vegetação, falando que o povo do LIC gostava de conforto, de tomar cerveja e caipira olhando para o lago; que naquela área havia acessibilidade, rampa e trapiche, enquanto que para a comunidade havia uma placa que dizia que antes de qualquer intervenção deveriam consultar a concessionária. Perguntou se alguém achava que algum otário iria fazer algum empreendimento na beira do lago se não tivesse acessibilidade. Contou que a Prefeitura encaminhou o pedido de licenciamento para a Fatma e lembrou que o Magri acabara de dizer que aquela área não era do Consórcio, era do Estado, era da União; acrescentou que se a Prefeitura precisava de licença, que fosse pedir ao órgão licenciador, complementando que tal órgão deveria conhecer o plano diretor. Comentou sobre a concessão da licença e sobre a limpeza da área, acentuando que mesmo assim não puderam construir porque lhes foi alegado que o espaço era restrito. Diante disso, pediu que fosse demarcada a área destinada à praia, porque já estava contratando uma grua para a construção. Criticou a área que os técnicos destinaram para a praia, dizendo que aquele era o maior perau da região, e sinalizou que aquele era o circo que teriam que desmontar para começar a discutir. Reportou-se ao Magri dizendo que o estava convidando para caminharem juntos em prol daquela região. afirmou que para colocar um barco na água ou para andar de jet ski os turistas tinham que fazê-lo dentro do barro. Considerou o fator mais sério de exclusão social o fato de o Estado receber R\$ 600 mil de compensação financeira, as Prefeituras receberem um percentual desse valor e, em contrapartida, não fazerem nenhum projeto de acessibilidade com rampa, de forma que não ficasse um corredor de chorume para dentro do lago e as pessoas pudessem levar o barco até o lago. Pontuou que o que lhes preocupava em relação às praias da região não era a questão das praias extensivas, como acontecia no litoral, mas com espaços adequados para chegar ao lago. Dirigindo-se ao senhor Magri, enfatizou que proporcionalidade, em termos de Município, era uma coisa que se aprendia nas mais humildes famílias do País. Concluindo, disse que o Grupo Suez pagava um tributo muito caro na Suíça e sempre era forte candidato a receber o prêmio de empresa mais irresponsável social e ecologicamente do mundo, informando que tal notícia estava disponível na Internet; então, pediu que se construísse uma ideia e uma imagem diferenciada para a concessionária. Dando seguimento à reunião, o **senhor Presidente** abriu a palavra à plenária, começando pelo **senhor Amauri Satoretto**, do **Lions Clube de Itá**, que desejou bom-dia a todos e disse que o senhor Josemar havia falado bastante do que ele próprio queria expor. Considerou uma beleza as manifestações da Polícia Ambiental, da Tractebel e da Fatma, mas perguntou por que na prática não funcionava. Analisou que a Polícia Ambiental não multava, a Fatma aprovava, o Ibama e o Ministério Público não compareciam, e sinalizou que o básico era retirar da audiência um encaminhamento do que teriam que fazer. Comentou sobre a defesa que fez ao senhor Nelson, que foi multado porque seu filho estava na rampa apresentada na foto, e expos claramente que ele tinha 36 árvores viçosas dentro do seu terreno enquanto que o terreno ao lado, que estava tendo regeneração natural, tinha cinco árvores; acrescentou que perguntou àqueles que estavam contra o senhor Nelson se o capoeirão estava atrapalhando o crescimento das árvores. Concluindo, disse que deveriam ter a sensibilidade de que a população estava crescendo e que deveriam aprender que dava para fazer bonito sem agredir o meio ambiente, bastando um pouco de razão e de bom senso. O **senhor Presidente**, diante da menção feita pelo senhor Amauri, justificou a ausência do Ministério Público, do doutor Lio Marinho e do doutor Marcelo, Promotor de Justiça da Comarca. Após, concedeu a palavra ao **senhor Adriano Stadtober**, que desejou bom-dia a todos e parabenizou o Deputado Saretta pela iniciativa da audiência pública e por ter escolhido o Município de Itá para sediar tal evento. Disse que representava cerca de 120 empresas, muitas delas ligadas ao turismo, e que elas questionavam quanto aos investimentos, quanto ao fato de não poderem investir. Observou que várias entidades públicas e o Poder Público estavam presentes e frisou que as empresas que geravam emprego e renda teriam que ser ouvidas. Em seguida, fez uso da palavra o **senhor José Moreira**, que desejou bom-dia a todos e parabenizou a Alesc pelo evento. Como usuário da barragem e pescador esportivo, disse que a pesca no Brasil movimentava milhões de reais e que toda semana vários ônibus se dirigiam para a Argentina e para o Pantanal para pescar. Assinalou que

naqueles locais, assim como no Paraná e no interior de São Paulo, as barragens tinham um canal de subida da Piracema, esclarecendo que o peixe que existia na parte de baixo do rio existia na parte de cima. Afirmou que aqueles que pescavam em Itá sabiam que na parte de cima só existia piranha e lambari e na parte de baixo existia a pesca predatória. Acrescentou que a Polícia Ambiental, por falta de efetivo, não fiscalizava adequadamente e que sabiam que todo dia havia pescadores na parte de baixo da barragem. Sabiam também que a Tractebel colocava mil alevinos na barragem e avisou que esses peixes eram de espécies diferentes das existentes na barragem, e que do jeito que estava, sem a piracema, aqueles peixes nunca vingariam. Assegurou que as piranhas haviam tomado conta do rio e aquele local havia deixado de ser natural. Pontuou que quem trabalhava na área ambiental sabia que qualquer intervenção devia deixar o local o mais próximo possível do que era anteriormente, analisando que tal posição havia acabado porque o que tinha para baixo do Rio Uruguai não tinha para cima. Quanto ao turismo, frisou novamente que a pesca movia milhões de reais e que a região apresentava condições turísticas favoráveis para tal prática. Comentou sobre um evento de pesca numa barragem em Goiás, no qual um pescador de Chapecó ganhou um prêmio por se deslocar mais de 2 mil quilômetros até local do evento. Concluindo, reforçou que toda semana saía gente da região para pescar numa barragem na Argentina, porque lá tinha peixe. Ao fazer uso da palavra, o **senhor Nilo Brand** saudou os presentes e contou como era a vida antes da barragem, dizendo que iam pescar quando queriam e sempre havia peixes, sendo que essa vida era pacata, mas era a vida deles. [Taquígrafa-Revisora: *Sabrina R. Schmitz.*] Mencionou a fala do representante da Tractebel quando disse que Itá seria um paraíso, mas que, apesar disso, sua casa era uma das que havia sido alagada e estava coberta pela água. Contou que atualmente morava a 40 metros do lago e que entre sua casa e o lago existia um mato, acrescentando que estava cortando figos na sua propriedade quando foi visitado pelos funcionários da Polícia Ambiental, que o ameaçaram com uma arma calibre 12. Indignado, afirmou que só sabia carpir e que não era bandido, mas que estava sendo tratado como tal, e sugeriu ao comandante que rediscutisse com seu pessoal sobre a forma de abordar as pessoas. Observou que era muito difícil conseguir a licença ambiental e que as pessoas acabavam desistindo e voltando para casa sem nada. Disse sentir orgulho por ter sido um dos que ajudou a articular o movimento das barragens do rio Uruguai e por ter defendido muita gente que não era capaz de fazê-lo. Falou que não considerava a Tractebel dona dos 30 metros e que aquela era uma área de compensação, um patrimônio histórico dos moradores da região. Relatando a própria situação, disse que piquetes foram fincados em sua lavoura, que ninguém respeitou nada e que em seguida foram colocados marcos protegidos por lei. Falou que a iniciativa da audiência pública era louvável e que era necessário sair dali com encaminhamentos consistentes para que o povo de Itá fosse tratado com dignidade, acrescentando que apesar de o Prefeito estar presente, muitas vezes nada podia fazer para ajudar os municípios porque as leis o impediam. Referindo-se à roeira mencionada em outro pronunciamento, disse que a árvore era da região Sul, mas não de Itá, tendo sido trazida para o Município e se proliferado. Em seguida, o **senhor Sérgio Lunelli** informou que tinha uma propriedade na beira do lago, perto da criação de peixes, e que lá existia uma rampa inutilizada que descia até o alagado. Pediu ao órgão responsável que fizesse algo para desafogar aquela parte isolada do lago, porque seus amigos vinham de fora e queriam passear no lago, mas não conseguiam sequer colocar um barco na água porque o viveiro estava atrapalhando o acesso. Na sequência, o **senhor José Espig, de Marcelino Ramos**, cumprimentou as autoridades e demais presentes e disse que os problemas só eram resolvidos com o povo exigindo seus direitos e tentando mudar as coisas. Com relação ao turismo no lago, falou que a Tractebel não estava liberando o lago para as pessoas fazerem turismo e usá-lo para a pesca. Informou ter nascido na beira do lago e que em Marcelino Ramos havia o estreito do rio Uruguai, acrescentando que o ponto turístico da região fora tomado. Disse não estar afirmando que queriam o estreito de volta, mas pediu para os representantes da Tractebel perceberem que com sua alegria e com a de outros órgãos havia-se feito a desgraça de muitas pessoas, não apenas de Marcelino Ramos como também de Itá. Reiterou seu desejo de que a Tractebel conseguisse ao menos perceber que as pessoas precisavam usar o lago, complementando que não queriam expulsar a Tractebel do lugar como ela havia feito com os moradores da região, mas apenas passear de barco e pescar. Mencionou os animais que estavam aparecendo na região e que deveriam estar nas reservas ambientais adquiridas pela Tractebel, pois a empresa destruiu muito mais mato para colocar o rio do que conseguiu plantar, sendo que a culpa por isso tudo não era dos moradores locais. Frisou que a responsabilidade era da Tractebel, que deveria devolver a mata e deixar que as pessoas usufríssem do rio, mencionando ainda criações de animais que sucumbiram por não terem

acesso ao lago. Fazendo uso da palavra, o **senhor Egídio Paludo, da Comissão de Relocação de Itá (CRI)**, agradeceu o Deputado Saretta pela iniciativa da audiência, saudou todos os membros da mesa e disse estar falando em nome da Comissão de Relocação da cidade, já que dela foi presidente por mais de dez anos, além de já ter sido Prefeito de Itá. Afirmou que quando foi elaborado o EIA/RIMA da usina de Itá, no final dos anos 1970 ou início dos anos 1980, muita gente da região não sabia da obra e, por esse motivo, não puderam se defender como deveriam. Analisou precisarem de um interlocutor que defendesse seus interesses, sendo que esse interlocutor já instituído e dono da região ao entorno do lago eram os onze Municípios lindeiros à barragem e que compunham a Amulbi. Observou que se havia dúvidas a respeito de como solucionar a questão, tudo de que menos precisavam era procurar mais problemas e aumentar as dúvidas, complementando que deveriam entrar em contato com os órgãos e, através do diálogo, tentar acertar, sendo que se não houvesse maneira de mudar o plano diretor do reservatório as leis precisariam então ser mudadas. Falou que a Amulbi, lamentavelmente, estava dormindo em berço esplêndido porque foi uma estrutura criada exatamente para defender os interesses de todos os Municípios ao longo da usina, acrescentando que ela deveria intermediar a negociação com os Municípios e esclarecer os pontos nebulosos para a população. Em seguida, o **senhor Anévio Minella, da Colônia de Pescadores E-26 (RS)**, dirigindo-se ao representante da Tractebel, disse que morava para baixo do muro da barragem, próximo das turbinas, sendo que ali a pesca havia sido proibida. Acrescentou que as propriedades do lado de Santa Catarina foram compradas pela Tractebel, o mesmo não ocorrendo com as do lado rio-grandense, local em que suas terras eram situadas. Falou que durante aquela semana estavam pescando em local autorizado, próximo à placa da barragem da foz do Chapecó, quando chegaram os policiais da Ambiental e, ao pedirem a eles para irem de caiaque até sua propriedade, foram avisados que se fizessem isso seriam presos e processados. Desabafou que a usina não havia comprado suas propriedades, não haviam sido indenizados, não podiam pescar e também não podiam sequer chegar à barranca do rio por dentro da água, sob pena de prisão. Sugeriu que a usina revisse seu posicionamento e comprasse a propriedade, ou então que ao menos autorizasse que as pessoas se deslocassem de suas propriedades até o local onde podiam pescar, afirmando que era pescador profissional e não podia chegar até a água. Na sequência, o **senhor Gilberto Romani** cumprimentou todas as autoridades que compunham a mesa, em especial os agricultores atingidos pela barragem de Itá, e disse [Taquígrafa-Revisora: *Carla Greco Granato.*] ser agricultor atingido pela barragem de Itá, lembrando que a promessa da empresa quando começaram a construí-la era de que a região se desenvolveria e que os Municípios arrecadariam muito, mas a realidade dizia que Concórdia tinha perdido 10% da sua economia com a construção do lago, já que as pessoas que ali produziam tinham ido embora, salientando que com os *royalties*, atualmente de 3%, o déficit de Concórdia era de 7%. Falou que como parte dos *royalties* ia para os governos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, sugeria como encaminhamento daquela audiência a discussão de um projeto de desenvolvimento dos Municípios atingidos pela barragem. Disse que muitas famílias tinham de 15 hectares a 20 hectares de terra e que parte da propriedade tinha sido atingida, mas que o técnico da empresa havia dito que a propriedade continuaria viável, o que fez com que o agricultor somente se mudasse para cima, mas que depois tiveram que contar mais 30 metros em função do espaço que o lago atingiu, e na sequência vieram os 70 metros, o que fez com que algumas famílias tivessem restrição de uso, ou seja, só pudessem exercer certos tipos de atividade em cima daquela área. Explicou que se aquele agricultor tivesse um chiqueiro, um estábulo ou um aviário, não poderia mais trabalhar com aquela atividade porque não poderia ter nada poluente, nem fazer lavoura, perdendo aquele agricultor mais uma parte da sua terra. Referindo-se à questão da reserva legal, disse que várias famílias da beira do lago da barragem de Itá estavam com suas propriedades inviabilizadas por falta de terra e que era necessário rever os itens referentes à reserva legal. Dirigindo-se ao comandante da Polícia Ambiental, assumiu que tinha cortado a cerca feita pela empresa e justificou-se dizendo que a sua propriedade fazia divisa com uma área remanescente e lá nunca havia existido cerca, mas que quando a cerca foi colocada haviam deixado parte do seu gado na área remanescente, tendo que cortá-la para tirar o seu gado daquela área, salientando que já tinha feito o conserto e que continuava arrumando apesar de ser responsabilidade da empresa, tendo em vista que se sabia que o palanque de eucalipto utilizado, de 12 metros por 12 metros, não era tratado e que o seu período de durabilidade debaixo da terra era de dois anos. Afirmou que como proprietário queria que o mato crescesse na beira do lago porque acreditava que era preciso preservar, mas chamou a atenção para a responsabilidade da empresa, tendo em vista que a cerca já tinha sido feita por duas vezes, bem como dois plantios de árvore, e não se via

nada reflorestado na beira do lago, solicitando à empresa e à Polícia Ambiental uma atenção especial em relação ao que havia acabado de relatar. Finalizou sua participação pedindo ao comandante que realizasse uma pesquisa com os atingidos da beira do lago, talvez com uma entidade que não tivesse vínculo nenhum, para saber qual a visão que eles tinham em relação à Polícia Ambiental, e registrou que na sua visão a Polícia Ambiental tinha que ser parceira, instruir e ajudar e não reprimir como vinha fazendo. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor Vereador Márnio Cadore, da Câmara Municipal de Concórdia**, que cumprimentou os presentes e disse que foi Secretário de Turismo na época em que o Deputado Neodi Saretta tinha sido Prefeito de Concórdia, e que naquela oportunidade tinha ido ver como funcionava o plano diretor. Afirmou que em 2004 tinha sido recebido pelo senhor Magri em Florianópolis e encaminhado à empresa responsável pela feitura do plano diretor, na qual o arquiteto que o fez disse que aquele primeiro plano diretor era passível de atualização, relatando inclusive que o mesmo tinha sido usado para outras barragens, mas que já naquela época existiam algumas coisas no plano que não serviam mais. Após esse relato, disse que estavam tentando convencê-los a fazer uma atualização para entrar na fila naquele momento e questionou o fato de que se tivessem feito em 2004 talvez tivessem, nos dias atuais, a análise, afirmando que quanto mais tempo perdessem, mais tempo levaria para ser analisado. Perguntou se cortar grama ou plantar uma árvore era crime ambiental, concordando que fazer uma rampa de concreto agredia um pouco o solo, e disse que se questionava se o proprietário estava ajudando ou prejudicando a empresa. Afirmou que, para ele, crime ambiental era aquela oscilação que tinham na variação da água quando pegavam a desova dos peixes, sendo muito aplaudido pela plenária. Referindo-se ao que havia falado o senhor Magri, disse que ele estava lá vendendo o seu “peixe” e tinha que representar e defender a sua empresa, e dirigindo-se ao Deputado Neodi Saretta afirmou que só conseguiriam alguma coisa com vontade política, que o problema estava no empenho dos políticos, e que como Vereador sabia que os quatro anos passavam rápido e às vezes não conseguiam fazer nada. Relembrou que a Senadora Ideli Salvatti, que também poderia ter feito alguma coisa, passou rapidamente pelo Ministério da Pesca; que a maioria das pessoas que estava participando daquela audiência esteve junto em 2000 e em 2001 tentando uma mobilização, e que dez anos depois estavam ali falando a mesma coisa. Concluiu dizendo que o representante da Fatma iniciou sua fala dizendo que estavam ali mais uma vez e que ele, por sua vez, dizia: “Tomara que não seja mais uma vez”. Em seguida, manifestou-se o **senhor Ademar Bortoli Cavalli, presidente da Colônia de Pescadores Z-34, da região de Concórdia**, que parabenizou o Deputado Neodi Saretta pela realização daquela importante audiência pública para toda a região do entorno do lago. Disse que lhe causavam preocupação as informações desencontradas por parte da Polícia Ambiental, já que algumas pessoas diziam determinada coisa e outros diziam o contrário, o que gerava uma grande dúvida entre todos. Afirmou que a maioria dos pescadores ou do povo ribeirinho via a Polícia Ambiental como um órgão opressor e que gostaria que ela e todos os demais órgãos ambientais fossem parceiros e trocassem informações com os pescadores ou ribeirinhos, que tinham larga experiência na natureza, haja vista que viviam lá havia cinquenta anos, esclarecendo que não queriam destruir e que como presidente da Colônia recomendava aos pescadores que fizessem o menor estrago possível dentro daquela reserva de APP. Levantou outra questão referente às árvores exóticas plantadas na beira do lago, conforme havia sido falado anteriormente, e disse que todo pescador conhecia a aroeira, plantada havia mais de dez anos na região, e relacionou aquilo a um projeto existente de criação de peixe no lago, pois diziam que a tilápia e os outros peixes eram exóticos, questionando ironicamente se o lago não era exótico. Afirmou que o Ministério da Pesca vinha fazendo o possível para que o projeto de criação de peixes fosse implantado, porque o peixe não existia mais e aquele povo estava precisando de uma alternativa para manter a sua família, e pediu que o assunto fosse colocado como encaminhamento. Finalizando, reportou-se à preocupação que tinha em relação ao que acontecia fora das áreas de APPs, onde se adquiria 500 mil metros, 600 mil metros de terra para área de lazer e não se permitia colocar um poste padrão da Celesc porque o Incra dizia que era fração de terra, avaliando que área de lazer também era qualidade de vida que os Prefeitos estavam dando ao povo e pediu que o assunto fosse revisto. Ato contínuo, fez uso da palavra o **senhor Januário Sartoretto**, que ao ver o Deputado Edison Andrino se retirar do recinto pediu que ele permanecesse mais alguns minutos na audiência. Primeiramente, cumprimentou o Prefeito Gritti e o Carlos por terem conseguido levar tantas pessoas à audiência e, dirigindo-se ao Deputado Edison Andrino, falou que o conhecia havia muito tempo e que infelizmente nunca tinha votado nele, que tinha demorado muito tempo para conhecer Itá, mas que naquele dia o Deputado sairia dali com o seu aval. O Deputado Estadual Edison Andrino respondeu

dizendo que ficava com pena, já que não mais disputaria eleição. O senhor Januário Sartoretto disse que tinha gostado muito do que ele havia falado, pois tinha tocado o coração de todos. Dirigindo-se ao Prefeito, disse que em relação à cidade de Itá se sentia satisfeito, mas no que dizia respeito ao lago, esperava que ele não passasse pelo que tinha passado, sentindo-se atualmente uma pessoa frustrada, triste e até desamparada. Relembrou que foi Prefeito de Itá de 1977 a 1983 e que foi presidente da Comissão por cinco anos, realizando várias reuniões das quais participavam muitas autoridades, como Governador, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos, presidente da Eletrosul, representantes dos Ministérios do Interior e das Minas e Energia, que deram muita cobertura para eles, estando tudo registrado em ata. Afirmou que se fosse preciso, as autoridades presentes teriam condições de realizar outras reuniões como aquelas, das quais tinham as atas, sugerindo que para as próximas reuniões fosse trazida uma pessoa da Eletrosul para confirmar o que estava dizendo, recebendo aplausos efusivos da plenária. Concluiu reafirmando que em relação à cidade não tinha o que reclamar e que assim como naquela época tudo era registrado, aquela audiência também deveria estar sendo gravada e a ata estava sendo feita, havendo necessidade de todos trabalharem para não passarem pelo que ele havia passado. O **senhor Presidente** manifestou-se dizendo que aquela audiência estava sendo gravada e taquigrafada, para que depois pudessem fazer os encaminhamentos. [Taquiígrafa-Revisora: Siomara G. Videira.] Em seguida, passou a palavra ao **senhor Nilo Bortoli, do Ministério da Pesca**, que saudou os presentes e disse que estava participando daquela Audiência pública a pedido do Ministro da Pesca e Aquicultura, senhor Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira, justificando sua ausência e a do Superintendente Nacional da Pesca, senhor Luiz Sabanaí. Prosseguindo, falou que o uso múltiplo dos recursos hídricos do reservatório do lago de Itá era um direito assegurado por lei e que deveria ser compreendido pelos seguintes eixos: o eixo da geração de energia elétrica, o eixo da geração de alimentos, o eixo do lazer e o eixo do turismo. Destacou que as principais atribuições e competências do Ministério da Pesca seriam exatamente no eixo da alimentação, da pesca, que tende a aumentar significativamente no País. Observou que a pesca estava ligada diretamente ao lazer e ao turismo e que em algumas reuniões que estavam acontecendo se debatia a liberação da pesca esportiva no período do defeso, e informou que no entorno do lago as atribuições não eram do Ministério e sim de outros órgãos do governo federal. Ressaltou que era importante tirarem encaminhamentos daquela audiência e inclusive sugeriu a criação de um fórum com a participação dos presentes e também convidando o Ministério das Cidades, o Ibama, o Ministério de Minas e Energia e Ministério da Pesca, sugerindo ainda ao Deputado Neodi Saretta que formasse uma comissão para que visitasse o lago do rio Salto Caxias, no Município de Nova Prata do Iguazu, no Paraná, para que vissem as benfeitorias no lago, salientando que algo semelhante poderia ser feito no entorno do lago de Itá. Finalizando, colocou-se à disposição em tudo que pudesse contribuir no Ministério da Pesca e Aquicultura. Ato contínuo, fez uso da palavra o **senhor Prefeito Ivan Marcos Devensi, de Mariano Moro/RS**, que agradeceu ao Presidente e, logo após, respondeu ao ex-Prefeito Paludo dizendo que após conversa com o Major Edvar iria propor uma reunião ordinária da Amulbi, no dia 09, para que tratassem daquele assunto na Associação e sugeriu a criação de um comitê e a formação de uma comissão. A seguir, agradeceu a parceria do senhor Magri e do doutor Maurício, que estiveram em um encontro na Fepam, no Rio Grande do Sul, onde obtiveram o licenciamento para instalação, e também a parceria da Tractebel Consórcio Itá-Amulbi, que era uma forma de buscarem para a região meios que viabilizassem projetos sustentáveis que gerassem renda e riqueza para os Municípios lineiros daquela região, sendo aplaudido efusivamente. Em seguida **senhor Presidente** agradeceu ao Prefeito Ivan Marcos Devensi e disse que o primeiro encaminhamento tirado daquela reunião no âmbito da Amulbi era realizar uma reunião no dia 09 de novembro para propor a criação de um comitê que debatesse e encaminhasse as demandas no entorno do lago. Também agradeceu ao senhor Milvo Zancanaro, ex-prefeito de Itá, pelos mirtos e que isso havia socializado os participantes da mesa. Em seguida, concedeu a palavra ao **senhor José Lourival Magri, gerente de Meio Ambiente da Tractebel Energia** que iniciou dizendo que a Tractebel Consórcio Itá era parceira no processo e que em momento algum ela tinha a intenção de impedir qualquer atividade no reservatório, sendo de sua responsabilidade a geração de energia. Falou que ele podia ter opinião pessoal em relação às questões ambientais e que a empresa Tractebel Energia faria exclusivamente suas obrigações legais e que em momento algum iria dizer por vontade própria que determinada atividade era permitida ou não. Discordou de alguém que falou em relação à questão do frango Belga. Disse que a Usina de Itá recolhia R\$ 600 mil; que anualmente recolhia cerca de R\$ 20 milhões e que, desses, 50% ficavam com os Estados e os outros 50% com os Municípios, gerando recursos só de

compensação, sem a questão do ICMS e de outros recursos. Prosseguindo, falou que a Tractebel elaborou um plano e que atualmente poderia acessar o lago e que existiam regras a serem cumpridas, citando como exemplo a manifestação de um agricultor naquela audiência pública que se referiu a um tanque-rede que estaria gerando conflito e que o representante do Ministério da Pesca havia colocado que iriam ter 140 hectares com tanques-rede dentro do reservatório e que não eram contra os tanques-rede, assim como não eram contra a criação de tilápia, pacu ou qualquer outra espécie. Posto isso, informou que a Tractebel gerenciava a usina em Entre Rios do Sul, a de Salto de Osório e outras do Paraná, e que lá existiam regras que precisavam ser respeitadas. Disse que o plano foi feito havia oito anos, aprovado pelo Ibama, com um reservatório de rios englobando dois Estados e se não estava bom deveriam convergir para se adaptarem àquele plano. Informou que em Osório o plano foi aprovado pelo IAP, Instituto Ambiental do Paraná, e que em Entre Rios do Sul, foi a Fepam. Finalizando, colocou-se à disposição da Amulbi, de qualquer Prefeitura e demais presentes para que discutissem o plano e dessem os encaminhamentos necessários. Na sequência fez o uso da palavra o **senhor Major Edvar Santos, Comandante da 5ª Companhia do Batalhão de Polícia Militar Ambiental de Chapecó** que registrou o não comparecimento do Ibama; da Fatma, com apenas um funcionário; da Brigada Militar e de outros órgãos. A seguir, lembrou que quando trabalhava no rio em Itapiranga, havia dez anos, um pequeno produtor lhe havia dito que ele não estava multando os grandes, só os pequenos, contando que lhe retrucou dizendo que não era bem assim. A seguir, citou a frase de Voltaire, “posso não concordar com nenhuma das palavras que você disser, mas defenderei até a morte o seu direito de dizê-las”, e a frase de Platão, “abra a boca para que eu te conheça”. Ressaltou que aprendeu, como cidadão de Palma Sola, oeste catarinense, a expor ideias sem causar transtorno e, como autoridade pública, a jamais especular trazendo informação. Continuando, falou que o plano foi aprovado e que não gostaria de ter que esperar até o dia 09, solicitando ao senhor Prefeito que o procurasse na semana seguinte para que esclarecessem alguns pontos e tomassem as providências necessárias. Disse que desde 2000 o plano estava aprovado e ninguém havia tomado nenhuma providência e que a empresa cumpria a legislação naquilo que fora previsto, comentando que muitos não sabiam o que enfrentavam com todas as PCHs. Dito isto, respondeu ao senhor Josemar Saretto que a Polícia Ambiental não recebia R\$ 600 mil e nem R\$ 600 milhões, como foi dito, que ela não era corrupta, nem ele e ninguém da sua equipe, e que a Polícia Ambiental não fechava os olhos para nada que qualquer empresa tenha feito e que quando empresa iniciou as obras foi autuada pela Polícia Ambiental com o apoio da Brigada Militar, tendo conhecimento de que o mesmo ocorreu com outras usinas de grande porte no mesmo rio e que atualmente elas passavam os valores para o convênio. Frisou que não precisava de absolutamente nada nem de receber alguma coisa de alguém para cumprir a lei e solicitou ao senhor Josemar que colocasse de forma diferente as suas palavras e que entendia o seu desabafo. Quanto à questão de a usina estar causando algum dano, explicou que teriam que verificar no Estudo de Impacto Ambiental se era um dano previsível ou não, e qual seria a medida indicada se houvesse uma erosão e que a empresa teria que lidar com aquilo. Solicitou que chamassem a comissão para que discutissem os procedimentos técnicos e tomassem as medidas necessárias, porque ele não era geólogo. [Taquígrafa-Revisora: Dulce Maria da Costa.] A seguir, colocou-se à disposição do senhor Josemar e disse que gostaria que ele relevasse quem era Polícia Ambiental no Estado de Santa Catarina e que tinha em sua equipe engenheiros e agrônomos, que sua formação era jurídica e em segurança pública. Continuando, respondeu à questão colocada pelo senhor Nilo Brand dizendo que não sabia se ele tinha sido multado ou não e que não julgou nada dele ainda, clareando que ele teria a resposta no tempo certo, e que estavam ali para resolver os conflitos daquela área do entorno do lago. Observou que não adiantava atacar alguém e que tinham que ver dali para diante, se comprometendo em verificar se o nome do senhor Ivo constava como autuado ou não. Aproveitou a oportunidade e disse ao Deputado Saretta que criticou o Código Ambiental do Estado para o Governador Luiz Henrique, no ano de 2005, em Irani, que tinha tudo documentado e que o Decreto do Estado era cheio de falhas. Comentou que se o agricultor não solicitasse uma advertência da multa, ou 90% da multa, o servidor da Fatma e da Ambiental responderiam por improbidade administrativa, teriam indisponíveis seus bens e teriam que pagar o valor. Registrou que estava encaminhando ao Secretário de Agricultura de Estado uma proposta de modificação naquele Decreto, assim como já tinha ajudado a modificar o Código Ambiental do Estado, e que o Deputado Federal Pedro Uczai ficou de verificar a situação de como estava sendo tratada a pequena propriedade rural, frisando que o Código Ambiental os deixou sem condições de fazer gestão ambiental, sobrando para eles aplicar as multas. Prosseguindo, referiu-se à

questão dos impostos que havia sido colocada dizendo que não cabia a ele discutir e, com relação ao corte de cerca, respondeu ao senhor Romeu que não era obrigação só da empresa e, sim, de ambos, direito de vizinhança, se um colocou o outro teria que manter. Comentou ainda que o devido processo administrativo iria discutir se era caso de arquivar a multa ou de o pequeno produtor rural recuperar o dano que causou. Lamentou a ausência do Ministério Público na audiência porque ele era o fiscal da lei e era quem iria ditar qual o procedimento que seria adotado. Disse que gostou da expressão que o senhor Ademar, da Z-34, de Concórdia usou, e que eles tinham razão porque as informações eram desencontradas e que deveriam fazer um debate mais profundo na mesma linguagem. Com relação às árvores exóticas que deveriam ser retiradas e teria que haver uma recomposição, perguntou se o lago não era tão exótico quanto a luz elétrica que fez o sapato dele, que transformou petróleo em plástico e observou que tudo em volta era energia elétrica e que ela era exótica também, e que o contraponto era que se tivesse equilíbrio entre o homem e o meio ambiente. Comentou que os Deputados Federais, os Senadores e os Deputados Estaduais eram eleitos pelo povo e que não adiantava culpá-los. Comentou que a Ambiental só cumpria a norma e que o senhor Tavares estava certo, e pediu que registrassem as palavras que iria dizer agora ao Deputado Saretta: a usina que objeto de acusação ajudou a pagar um estudo da Universidade Federal, feito pelo professor Ivoir, e chamou a atenção dos pescadores que se continuassem aprovando PCHs no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina iriam extinguir os peixes no rio, porque eles estavam se reproduzindo em pequenos rios. Informou que isso era objeto de pesquisa científica, que não era balela e que o Ibama, a Fatma e a Polícia Ambiental não faziam balela. Quanto ao licenciamento, disse que ao Ibama cabia aquilo que tinha impacto e à Fatma cabia o que era de baixo impacto, e que todos tinham que se cobrar pela omissão de não botarem em prática o Código e que acusações não adiantavam mais. Encerrou a sua fala pedindo ao Deputado Saretta que procurasse o professor Ivoir da Universidade Federal para conhecer o estudo científico das PCHs de Santa Catarina. Frisou que não era contra as PCHs que já existem e que era responsabilidade do Estado, porque existiam estudos científicos das usinas que seriam construídas sobre o rio Uruguai. Contou que a piava se reproduzia entre o Parque do Turvo em Itapiranga e a Argentina, e observou que se a Presidenta Dilma realmente construísse uma hidroelétrica lá, a piava de manejo natural iria se extinguir nos rios daquela região. A seguir, o **senhor Presidente**, passou a relacionar os encaminhamentos tirados da reunião, sendo que o primeiro foi que cópia da ata da audiência fosse encaminhada para todas as entidades que foram convidadas, inclusive para as que não compareceram à audiência. Outra proposta foi a de centralizar a questão da discussão dos projetos e encaminhá-los através da Associação dos Municípios Lindeiros e que a Amulbi fará reuniões para estudar o Plano Diretor do lago e sugerir, se for o caso, possíveis alterações do mesmo, registrando que o Prefeito precisou sair e que o Mauro estava ali para garantir que o pleito seria encaminhado na reunião do dia 09; outra proposta era que iriam sugerir ao governo de Santa Catarina e ao do Rio Grande do Sul que utilizassem os recursos do pagamento da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos no todo ou em partes para projetos na região; que a Polícia Ambiental já falou que estava à disposição para esclarecer questões que poderiam ser vindas. Outro encaminhamento foi para que a Tractebel fizesse uma reunião, a pedido do MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens, para que analisassem algumas pendências que existiam, tendo o senhor Presidente se colocado à disposição para acompanhar e convidar também o Ministério Público. Questionou se havia ficado algum encaminhamento de fora e informou que tudo aquilo teria uma série de desdobramentos a partir daquela data. Comentou que, na opinião dele, aquela reunião era um marco porque todos participaram de forma civilizada, colocando os pontos e os contrapontos no debate. A seguir, para as considerações finais, passou a palavra para o **senhor Rodolfo Carlos Zenere, da Fatma**, que sugeriu que nas próximas reuniões fosse abordado o tema sobre as espécies exóticas e as espécies invasoras, e informou que o Estado estava criando política pública a respeito do assunto. Disse que o Cosema, no final de 2010, publicou a lista das espécies exóticas invasoras, que estava sendo revista, e solicitou ao Deputado Saretta que buscasse informações sobre aquele assunto polêmico. Comentou que não era uma questão política dizer que uma espécie era nativa de Santa Catarina, dando como exemplo a aroeira que era nativa de Santa Catarina e que somente um técnico poderia dizer se ela era nativa do Alto Uruguai. Contou que no Parque Estadual estava sendo feito um trabalho de doutorado com a uva Japão, na área de exótica, da Universidade Federal de Santa Catarina que poderia ajudar a responder essa questão. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** comentou que, natural ou não natural, a aroeira tinha uma rejeição total que teriam de resolver. Ato contínuo, fez uso da palavra o **senhor José**

Lourival Magri, que comunicou que em relação à aroeira foi informado através da empresa que o Ministério Público já pediu um parecer sobre a árvore e que a empresa procurou a doutora Sandra, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e ela havia dito que era nativa e da região, sendo esse o parecer de uma técnica. Isso posto, disse ser uma questão a ser discutida e que se havia rejeição ninguém iria plantar mais, observando que a aroeira era exportada como aroeira e importada como pimenta rosa. A seguir, o **senhor Presidente** comentou que tem procurado realizar as audiências no local onde o conflito estava ocorrendo para ouvir os interessados e disse que na próxima semana iria fazer uma audiência em Joinville para discutir a questão do Parque Ecológico do Monte Crista. Ressaltou que esperava que o debate tivesse contribuído com a ouvida dos dois lados interessados e teceu comentários sobre a beleza natural da região, inclusive mencionando a possibilidade de o pessoal da TVAL produzir um material sobre a região e dizendo que o fundamental era que as pessoas fossem felizes e que iria se empenhar nisso. Agradeceu, na pessoa do servidor Milton, a todos os servidores da Assembleia que ajudaram na realização da audiência. A seguir, o **senhor mestre de cerimônias Luís Carlos Schaurich** agradeceu o Deputado Estadual Neodi Saretta pela realização da audiência na Cidade de Itá e convidou o Prefeito e a Secretária Karla Fabiana para fazerem a entrega do símbolo da Cidade de Itá, as Torres da Antiga Igreja de São Pedro, aos componentes da mesa. (*Procede-se a entrega dos símbolos.*) Nada mais havendo a tratar, o **senhor Presidente** encerrou a audiência pública.

DEPUTADO ESTADUAL NEODI SARETTA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

*** X X X ***

**ATAS DAS COMISSÕES
PERMANENTES**

ATA DA 31ª REUNIÃO DE ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 9H00 DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

Às nove horas do dia vinte e dois de novembro do ano de dois mil e onze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Elizeu Mattos, Adilior Guglielmi, Luiz Eduardo Cherem, José Nei Alberton Ascari, Volnei Morastoni, Sargento Amauri Soares, José Milton Scheffer substituindo Joares Ponticelli. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em votação a ata da 30ª reunião ordinária, que colocada em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. **O Deputado Volnei Morastoni** relatou os Projetos de Lei de nºs 0422.8/2011, 0343.0/2011, 0441.0/2011 e 0255.0/2011, exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0368.8/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Elizeu Mattos. O Deputado José Milton Scheffer relatou o Projeto de Lei de nº 0480.7/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Elizeu Mattos** relatou o Projeto de Lei de nº 0358.6/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0051.1/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0419.2/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch e o Projeto de Lei de nº 0469.1/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dóia Guglielmi. **O Deputado Sargento Amauri Soares** relatou o Projeto de Lei de nº 0219.7/2011, exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dóia Guglielmi e o Projeto de Emenda Constitucional de nº 0011.1/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Dado Cherem** relatou os Projetos de Lei de nºs 0460.3/2011 e 0384.8/2011, exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0345.1/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0277.6/2011 exarou parecer com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Dirceu Dresch** relatou o Projeto de Lei de nº 0405.7/2010, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0101.5/2011 exarou parecer favorável, com emenda aditiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei Complementar de nº 0032.4/2011 exarou parecer

favorável com emendas aditiva, supressiva e modificativa, que colocado em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete aos Deputados Elizeu Mattos e José Nei A. Ascari. **O Deputado José Nei A. Ascari** relatou o Projeto de Lei de nº 0494.2/2011, exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Resolução de nº 0011.4/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0251.7/2011 exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0468.0/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0263.3/2011 exarou parecer pelo apensamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Dóia Guglielmi** relatou os Projetos de Lei de nºs 0352.0/2011, 0351.0/2011, exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade, os Projetos de Lei de nºs 0296.9/2011, 0433.0/2011 e 187.5/2011 exarou pareceres contrários, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0458.9/2011 exarou parecer com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Romildo Titon** relatou o Projeto de Resolução de nº 013.6/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch, Sargento Amauri Soares e Joares Ponticelli, o Projeto de Lei de nº 0488.4/2011 exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Resolução de nº 011.4/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete aos Deputados Sargento Amauri Soares e Dirceu Dresch, o Projeto de Lei de nº 0361.1/2011 exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0349.5/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0473.8/2011 exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, os Projeto de Lei de nºs 0327.0/2011, 0477.1/2011, 0449.8/2011, 0482.9/2011, 0485.1/2011 e 0051.1/2010 exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade, o Projeto de Lei de nº 0488.7/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, os Ofícios de nº 0559.9/2011, 0558.8/2011 e o 0541.0/2011 exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0042.6/2011, exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou a presente reunião, no qual, eu, Robério de Souza, chefe da Secretaria, lavrei a presença ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 2011.

Deputado Romildo Titon
Presidente

*** X X X ***

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e três de novembro de dois mil e onze, sob a Presidência do **Deputado Gilmar Knaesel**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Manoel Mota, Luciane Carminatti, Neodi Saretta, Silvio Dreveck, Aldo Schneider, Sargento Amauri Soares e Jean Kuhlmann, substituindo o Deputado Darci de Matos. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente Gilmar Knaesel pronunciou-se com relação a ata da reunião anterior, que devido a seu extenso conteúdo, será discutida e votada na próxima reunião, disponibilizando período maior para que seja lida e analisada pelos senhores Deputados. Ato contínuo, o Senhor Presidente lembrou aos demais Membros desta Comissão que no dia trinta de novembro próximo, haverá reunião simultânea com esta Comissão e a Comissão de Educação, Cultura e Desportos, com a presença do Secretário de Estado da Educação e representantes da Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina - AMPESC e da Associação Catarinense Fundação Educacional - ACAFE, para discutir o cronograma de repasses referentes aos artigos 170 e 171, da Constituição Estadual, e que no dia sete de dezembro próximo, haverá reunião com a presença do Secretário de Estado da Saúde, para tratar de assuntos referentes aos recursos provenientes do REVIGORAR III.

Em seguida, o Deputado Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados, para relatarem as matérias em pauta: o **Deputado Manoel Mota** relatou o PL./0466.9/2011, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Cocal do Sul, para a instalação do Quartel da Polícia Militar, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Luciane Carminatti** relatou o PLC/0034.6/2011, que cria promotorias de justiça, cargos de promotor de justiça e cargos de assistente de promotoria de justiça na estrutura orgânica do Ministério Público do Estado e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao relator, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Sílvio Dreveck** relatou o PL./0461.4/2011, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Rio Negrinho, para instalação de Centro de Acompanhamento Psicossocial - CAPS I, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Aldo Schneider** relatou o PL./462.5/2011, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Presidente Getúlio, para a instalação do Quartel da Polícia Militar, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Aldo Schneider** relatou também, o PL./354.2/2011, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Curitiba, para a Associação dos Servidores do DEINFRA de Curitiba, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Sargento Amauri Soares** relatou o PL./0390.6/2011, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis, para a Associação de Surdos da Grande Florianópolis, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Sargento Amauri Soares** relatou o PL./0393.9/2011, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Entre Rios, para prática de atividades desportivas, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Deputado Presidente Gilmar Knaesel alertou a todos os membros desta Comissão para o prazo de apresentação das emendas referentes ao PPA 2012-2015 e a LOA 2012, que se encerra dia vinte e quatro de novembro do corrente ano. Nada mais havendo a tratar, eu Vilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, vinte e três de novembro de dois mil e onze.

Deputado GILMAR KNAESEL

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SETIMA LEGISLATURA

Às onze horas do dia nove de novembro de dois mil e onze, reuniu-se a presente Comissão com a presença dos Deputados Neodi Saretta, Altair Guidi, Gilmar Knaesel, Jorge Teixeira e Dirce Heiderscheidt. Aprovada a ata da reunião anterior. Foram debatidos os seguintes assuntos: PL./ 0428.3/2011 - do deputado Jean Kuhlmann que institui o dia 05 de junho como DIA CATARINENSE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Aprovado por unanimidade. Relato do Presidente Neodi Saretta sobre as audiências públicas realizadas em Itá e Joinville. ITÁ - existe a preocupação com o lago depois de 10 anos de funcionamento da usina e com a distribuição dos recursos gerados pela energia elétrica que ficam com o estado. Em Joinville, a audiência tratou da criação do Parque Monte Crista em Garuva. O assunto necessita de maior participação da população de Garuva. Relato do Deputado Jorge Teixeira sobre a missão oficial à Europa: Os Deputados visitaram as cidades de Grenoble e Paris na França, Bolonha e Milão na Itália, com o objetivo de trazer para nosso estado, experiências para o desenvolvimento do agro turismo, agricultura familiar e transformação de produtos orgânicos, como alternativas de renda para as famílias rurais. O projeto para pequenas propriedades rurais, denominado "Acolhida na Colônia" em nosso Estado, conforme nossa constatação está num estágio muito superior aos por nós visitados na Europa, em todos os sentidos, principalmente nas questões de higiene. Além deste, Santa Catarina possui uma grande superioridade na criação de aves e suínos. Visita a Usina de reciclagem de lixo em Milão, acreditamos não ser possível instalar os modelos visitados no Estado de Santa Catarina. Visita a Feira de orgânicos em Milão - Os alimentos estavam mal acondicionados e a falta de higiene foi constatada. O marketing é inteligente e as propagandas estão estampadas nos hotéis com o objetivo de difundir o produto orgânico para os turistas. Na mesa de café da manhã dos hotéis são servidos produtos orgânicos e não orgânicos, discriminados.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, eu, Newton Ladislau Zomkowski, Chefe de secretaria lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis em nove de novembro de dois mil e onze.

Deputado Neodi Saretta
Presidente da CTMA

*** X X X ***

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SETIMA LEGISLATURA

Às onze horas do dia vinte e três de novembro de dois mil e onze, reuniu-se a presente Comissão com a presença dos Deputados Neodi Saretta, Altair Guidi, Gilmar Knaesel, Jorge Teixeira e Valmir Comin. Justificou a ausência Deputado Edson Andrino. Aprovada a ata da reunião anterior. Foram debatidos os seguintes assuntos: Convide ao Senhor Laércio Ventura, presidente do CONEDE para falar à Comissão sobre o turismo acessível às pessoas com deficiência. Apresentação do Dr. Murilo Flores, Presidente da FATMA, por solicitação do deputado Altair Guidi, sobre a poluição ambiental provocada pela Cerâmica Vermelha, no sul do estado, municípios de Sangão, Morro Grande e Morro da Fumaça. Deputado Altair: A fumaça nos municípios do sul do Estado se encontram em níveis alarmantes. Existe alguma medida que a FATMA possa utilizar? É necessário verificar inclusive as crateras deixadas pela extração da argila. Formam-se grandes buracos e é um risco para o ambiente e para as crianças. Dr. Murilo Flores: Este é um assunto recorrente na FATMA, que fez acordo com a polícia ambiental para fiscalizar a área da cerâmica vermelha. O que vigora hoje é o padrão de emissão na hora do licenciamento. Quanto mais empresas produzem ao mesmo tempo, mesmo com filtro há comprometimento do ar. Tem dúvidas sobre o resultado deste padrão. É necessário partir do critério da medição da qualidade do ar. Deputado Saretta: A EMBRAPA FLORESTAL do Paraná desenvolveu forno de carvão que queima a própria fumaça. É tecnologia nacional disponível e poderia ser aproveitada. Deputado Knaesel: Gostaria de saber sobre os cargos de gerente regionais aprovados que até agora não foram implementados. Dr. Murilo Flores: Propõe das ações para a situação: Retomara fiscalização, inclusive nos fins de semana e pressionar os proprietários para aceitem negociar a diminuição dos níveis de poluição, verificar porque os filtros não estão funcionando e rodízio na queima. Propõe que os Deputados participem da fiscalização junto com a FATMA para que os proprietários sintam que é uma preocupação geral da sociedade. Acha interessante entrar em contato com a EMBRAPA. Sobre as novas contratações; O Governador autorizou 62 novas contratações e em 2012 haverá novo concurso para contratar 95 novos funcionários, dependendo da arrecadação. Só pode contratar se tiver recurso para pagar a gratificação ambiental. Deputado Jorge Teixeira: Devem-se usar duas medidas: Usar o garrote da fiscalização e agir através da FIESC, para que possam utilizar novas tecnologias para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Deputado Comin: A cerâmica vermelha representa 40 mil empregos diretos de mão de obra sem qualificação. São empresas familiares. Se não houver flexibilização muitas quebrarão. Deputado Saretta agradece a presença de todos em especial do Dr Murilo Flores e convoca a próxima reunião para dia 07 de dezembro com a presença do Secretário de Turismo Senhor César Souza Júnior. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, eu, Newton Ladislau Zomkowski, Chefe de secretaria lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis em vinte e três de novembro de dois mil e onze.

Deputado Neodi Saretta
Presidente da CTMA

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 3020/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 042/2011, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (ESPECIALIZADA) PARA MINISTRAR CURSO DE CHINES - MANDARIM - PARA OS SERVIDORES DA ALESC.**

ITEM ÚNICO

Restou deserto.

Florianópolis, 30 de novembro de 2011.

JUÇARA HELENA REBELATTO
PREGOEIRA

*** X X X ***

EXTRATOS**EXTRATO Nº 213/2011**

REFERENTE: Protocolo de Intenções n.º 016/2011, celebrado em 20/10/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Associação das Camaras e Vereadores do Vlae do Itapocu- AVEVI

OBJETO: O presente **Protocolo de Intenções** tem por objetivo geral estabelecer a cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências visando à formação, o aperfeiçoamento e a especialização técnica de recursos humanos, bem como o desenvolvimento institucional mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum entre a ALESC e a AVEVI.

A cooperação e o intercâmbio mútuos consistirão na transferência de conhecimento, informações e experiências ou quaisquer outras atividades de interesse comum das partes na área mencionada nesta Cláusula, exceto informações protegidas pela legislação de sigilo bancário e as consideradas de caráter confidencial pelas instituições signatárias.

VIGÊNCIA: 20/10/2011 e 20/10/2016.

FUNDAMENTO: Art. 116 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Florianópolis, 29 de novembro de 2011.

Deputado Gelson Merisio - ALESC.

Vereador Valmor Pianezzer- Presidente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 214/2011

REFERENTE: Inexigibilidade nº 042/2011 celebrado em 28/11/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Hilsdorf Aprimoramento Humano e Empresarial Ltda.

OBJETO: Contratação da empresa **Hilsdorf Aprimoramento Humano e Empresarial Ltda** para que, através da mesma, o economista, consultor e escritor Carlos Hilsdorf ministre a palestra motivacional com o tema "Construindo a Melhor Versão do Futuro" - a qual terá uma duração aproximada de 1h30min de exposição acrescida de outros 30 (trinta) minutos para questionamento do público.

DATA: 05 de dezembro de 2011

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, incisos II, III e § 1º da Lei 8.666/93 e Processo Licitatório nº 0116/2011-LIC.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente contrato correrão à conta da Ação 1155 (Modernização e Manutenção da Escola do Legislativo), Item Orçamentário 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica) Subelemento 3.3.90.22 (Exposições, Congressos e Conferências).

Florianópolis, 30 de novembro de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

*** X X X ***

OFÍCIO**OFÍCIO Nº 633/11**

Ofício s/n Florianópolis, SC 24 de novembro de 2011
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **ASSOCIAÇÃO DE MILITARES DA RESERVA E PENSIONISTAS DA MARINHA EM FLORIANÓPOLIS (AMIRPEM-FPOLIS)**, de Saleté, referente ao exercício de 2010.

MANOEL SENÉCIO MENDES BRIÃO

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 29/11/11

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 3090, de 30 de novembro de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR IVETE TEREZINHA ROMANI CARNEIRO

TAVARES, matrícula nº 1354, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Gelson Merisio).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3091, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **RUI CANDIDO DUARTE**, matrícula nº 6797, do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (DL - CC - Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3092, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ORLANDO IVAN MATOS, matrícula nº 5757, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (DL - CC - Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3093, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **TARCISIO WEISE**, matrícula nº 6007, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Ana Paula Lima).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3094, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR TARCISIO WEISE, matrícula nº 6007, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Ana Paula Lima).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3095, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **FÁBIO RICARDO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 6972, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Ana Paula Lima).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3096, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR FÁBIO RICARDO DE OLIVEIRA, matrícula nº 6972, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Ana Paula Lima).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3097, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JUNIOR ROBISON DA SILVA**, matrícula nº 6586, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-57, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Liderança do PC do B).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3098, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR JUNIOR ROBISON DA SILVA, matrícula nº 6586, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-47, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Liderança do PC do B).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3099, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **LUCIMAR BISONI**, matrícula nº 3704, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-24, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Gilmar Knaesel).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3100, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ROSELI EUCLIDES COSTA BISONE, matrícula nº 5242, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-24, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Gilmar Knaesel).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3101, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR LUCIMAR BISONI, matrícula nº 3704, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3102, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR VALDEMAR DE SOUZA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-04, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Darci de Matos).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3103, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **MARIO SERGIO VIDAL**, matrícula nº 4631, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Padre Pedro Baldissera).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3104, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MARIO SERGIO VIDAL, matrícula nº 4631, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Padre Pedro Baldissera).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3105, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **MURILO SILVA**, matrícula nº 3649, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Padre Pedro Baldissera).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3106, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MURILO SILVA, matrícula nº 3649, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-74, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Padre Pedro Baldissera).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3107, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ONORINO DALLASTRA, matrícula nº 3760, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Padre Pedro Baldissera).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3108, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ADEMIR SACHET**, matrícula nº 6609, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3109, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **SERGIO LUIZ DA SILVA**, matrícula nº 6610, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3110, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR SERGIO LUIZ DA SILVA, matrícula nº 6610, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3111, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **PATRICIA GUIMARÃES PEREIRA**, matrícula nº 6160, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Manoel Mota).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3112, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **MARIO JOSE PEREIRA**, matrícula nº 6486, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-58, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Liderança do PSDB).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3113, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **LUIZ DE PARIS**, matrícula nº 6833, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3114, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **GENES DA FONSECA ROSA**, matrícula nº 6971, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-28, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3115, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GENES DA FONSECA ROSA, matrícula nº 6971, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3116, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JONES LUIS TOMAZI**, matrícula nº 6960, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3117, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JONES LUIS TOMAZI, matrícula nº 6960, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Dirceu Dresch).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3118, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR VERA LUCIA TASCA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3119, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **ROSANE MARIA KRÜGER**, matrícula nº 1961, na DL/CC - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3120, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **FELLIPE VIEIRA BENEDET**, matrícula nº 6513, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Jose Milton Scheffer).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3121, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR FELLIPE VIEIRA BENEDET, matrícula nº 6513, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-73, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Jose Milton Scheffer).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3122, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR FERNANDA DE SOUZA VIEIRA BENEDET, matrícula nº 4330, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-16, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jose Milton Scheffer).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3123, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ROSALINA NOGUEIRA DA SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3124, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GERALDINO CARDOSO, matrícula nº 9185, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de dezembro de 2011 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3125, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LETÍCIA PEREIRA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3126, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR KAUAN THIRE MARTINI FIN, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3127, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARLEI GROLI, matrícula nº 4625, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3128, de 30 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JOCIMAR VALSOLER, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 529/2011

Declara de utilidade pública a Fundação Hospitalar Oncológica Pediátrica de Santa Catarina - FHOPSC no município de São José/SC.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Hospitalar Oncológica Pediátrica de Santa Catarina - FHOPSC, com sede no município de São José.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho de cada ano, para o devido controle e identificação do disposto no art. 1º da Lei 15.125 de 2010, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Edison Andrino

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 29/11/11

JUSTIFICATIVA

A Fundação Hospitalar Oncológica Pediátrica de Santa Catarina - FHOPSC é uma entidade civil de caráter apolítico, sem fins lucrativos que tem como finalidade a promoção do bem-estar social da comunidade, visando a construção do Hospital Oncológico Pediátrico de Santa Catarina, o que pode ser observado através do relatório circunstanciado que acompanha o presente Projeto de Lei.

Ressalta-se que na Grande Florianópolis, bem como todo o Estado não possui unidade hospitalar especializada no tratamento e diagnóstico do câncer em crianças, por isso sua extrema importância e abrangência.

Tem como atividades finais promover a prevenção, o diagnóstico, e o tratamento do câncer, visando incentivar e colaborar, pelos meios adequados, com instituições públicas e privadas, institutos educacionais e universidades, em programas de pesquisa e ensino nos diversos setores da oncologia.

Promove, ainda cursos, simpósios, seminários, conferências e estudos visando o ensino e a difusão dos conhecimentos relacionados à Oncologia, prestando serviços na área da assistência e desenvolvimento social, promove programas de proteção e socioeducativos destinados às crianças e adolescentes acometidos pelo câncer e seus responsáveis.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição, por entendê-la relevante para a promoção da saúde e do bem-estar social da nossa população, ainda mais importante por tratar de crianças afetadas por tão grave doença.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 530/2011

Declara de Utilidade Pública a Associação Deus Está Aqui, com sede no município de Içara.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Deus Está Aqui, com sede no município de Içara.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus

Lido no Expediente

Sessão de 29/11/11

JUSTIFICATIVA

Através da presente proposição, apresento o Projeto de Lei para declarar de utilidade pública a Associação Deus Está Aqui, entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo defender e proteger o meio ambiente e os recursos naturais, preservando áreas ecologicamente importantes, conservando a biodiversidades e estimulado a criação de unidades de conservação.

A entidade também defende o pleno exercício da cidadania através da educação ambiental, pregação estudo do evangelho, independente de qualquer denominação religiosa para melhorar a qualidade de vida da população.

O desenvolvimento sustentável, pesquisas, assistência social na áreas de meio ambiente, no auxílio a saúde na infância, adolescência, idosos, inválidos, dependente químicos e educação para as pessoas carentes.

Considerando o atendimento à legislação vigente e a relevância dos serviços prestados pela Associação Deus Está Aqui, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores (as) Deputados (as) a aprovação desta proposição, concedendo à entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 531/2011

Declara de Utilidade Pública a Associação Nosso Deus, com sede no município de Içara.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Nosso Deus, com sede no município de Içara.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus

Lido no Expediente

Sessão de 29/11/11

JUSTIFICATIVA

Através da presente proposição, apresento o Projeto de Lei para declarar de utilidade pública a Associação Nosso Deus, entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo avivar os ensinamentos de Jesus Cristo, dando apoio espiritual, social e educacional em especial as pessoas mais carentes.

A Associação Nosso Deus não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo, ou religião, reger-se-á por estatuto e disposições legais que forem aplicadas.

Considerando o atendimento à legislação vigente e a relevância dos serviços prestados pela Associação Nosso Deus, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação desta proposição, concedendo à entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 532/2011

Declara de Utilidade Pública a União das Associações Comunitárias de Içara, com sede no município de Içara.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a União das Associações Comunitárias de Içara, com sede no município de Içara.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus

Lido no Expediente

Sessão de 29/11/11

JUSTIFICATIVA

Através da presente proposição, apresento o Projeto de Lei para declarar de utilidade pública a União das Associações Comunitárias de Içara, entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo reunir e congregar as entidades comunitárias do município, motivando-as a participarem ativamente de soluções e problemas coletivos, representar as entidades sociais junto aos poderes públicos e pessoas jurídicas de direito privado, sempre que for convocada.

Organizar e orientar campanhas, promoções e movimentos que objetivem o bem estar da população, advogar e assistir as associadas tomando providências junto as esferas municipais e estaduais.

Assessorar as associações nas documentações e prestações de contas, visar o bom funcionamento das associadas.

Considerando o atendimento à legislação vigente e a relevância dos serviços prestados pela União das Associações Comunitárias de Içara, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores (as) Deputados (as) a aprovação desta proposição, concedendo à entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 533/2011

Declara de Utilidade Pública a Associação de Radiodifusão Comunitária de Içara, com sede no município de Içara.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Radiodifusão Comunitária de Içara, com sede no município de Içara.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus

Lido no Expediente

Sessão de 29/11/11

JUSTIFICATIVA

Através da presente proposição, apresento o Projeto de Lei para declarar de utilidade pública a Associação de Radiodifusão Comunitária de Içara, entidade sem fins lucrativos, com objetivos culturais, artísticos, apartidária, ecumênica, democrática, promovendo a democratização dos meios de comunicação através de programas de rádio comunitária e outros veículos de comunicação social.

A contribuição com a luta pela institucionalização do direito de comunicar em prol do nível cultural das comunidades, sociais, tem por objetivo avivar os ensinamentos de Jesus Cristo, dando apoio espiritual, social e educacional em especial as pessoas mais carentes.

A Associação Nosso Deus não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo, ou religião, rege-se-á por estatuto e disposições legais que forem aplicadas.

Considerando o atendimento à legislação vigente e a relevância dos serviços prestados pela Associação de Radiodifusão Comunitária de Içara, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores (as) Deputados (as) a aprovação desta proposição, concedendo à entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 534/2011

Declara de Utilidade Pública a União das Associações dos Conselhos Locais de Saúde Município de Içara, com sede no município de Içara.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a União das Associações dos Conselhos Locais de Saúde Município de Içara, com sede no município de Içara.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus

Lido no Expediente

Sessão de 29/11/11

JUSTIFICATIVA

Através da presente proposição, apresento o Projeto de Lei para declarar de utilidade pública a União das Associações dos Conselhos Locais de Saúde Município de Içara, entidade sem fins lucrativos, com objetivos de proteção a saúde do povo do município, denunciar os órgãos de defesa dos direitos das pessoas, atos de imprudência, negligência e imperícia praticada contra o patrimônio público.

Representar a comunidade judicialmente referente à saúde prevista na constituição federal, municipal e estadual, além de leis complementares.

Analisar o uso dos recursos, defender judicialmente os atos contra as garantias individuais do direito da saúde, dos sócios ou terceiros, participar dos planejamentos locais referente a unidade de saúde, e outras que venham a beneficiar a saúde no município.

A melhora da saúde, priorizando os problemas mais urgentes, definição dos de ações mais importantes para resolver os problemas.

Considerando a relevância dos benefícios e serviços prestados pela Associação de Radiodifusão Comunitária de Içara, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores (as) Deputados (as), a aprovação desta proposição, concedendo à entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 535/2011

Declara de utilidade pública a Associação da 3ª Idade Conviver, com sede no município de Major Vieira/SC.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública à Associação da 3ª Idade Conviver, com sede no município de Major Vieira/SC.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº 15.125, de 2010

III - certidão atualizada da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Silvío Dreveck

Lido no Expediente

Sessão de 29/11/11

JUSTIFICATIVA

Na forma preconizada pela Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, que "Dispõe sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual", as entidades constituídas na forma de pessoas jurídicas de direito privado, com fins não econômicos, que desenvolvam, no âmbito do Estado, atividades de interesse coletivo, poderão ser declaradas de utilidade pública com o fito de usufruir todos os direitos e vantagens legais inerentes à titulação requerida.

Com efeito, a Associação da Terceira Idade "Conviver" de Major Vieira é uma entidade civil sem fins lucrativos, que tem por objetivo congregar e reunir pessoas idosas, com idade mínima de 50 (cinquenta) anos, desenvolvendo atividades ocupacionais, incentivando estudos e pesquisas relacionadas com idosos e pessoas desta faixa de idade, angariando e recolhendo fundos para realização de projetos voltados ao bem estar da pessoa idosa.

Diante do exposto, apresento o presente projeto de lei esperando contar com a aprovação dos nobres Parlamentares.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 536/2011

Denomina Rodovia Prefeito João Luiz da Silva o trecho da Rodovia SC-450 compreendido entre a BR-101 e Passo de Torres.

Art. 1º Fica denominado Rodovia Prefeito João Luiz da Silva o trecho da Rodovia SC-450 compreendido entre a BR-101 e Passo de Torres.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado José Milton Scheffer

Lido no Expediente

Sessão de 29/11/11

JUSTIFICATIVA

BREVE "CURRICULUM VITAE"

João Luiz da Silva, foi o primeiro prefeito do novo município de Passo de Torres, passou sua infância e juventude no município que o aclamou com o poder maior da nova circunscrição administrativa, através de eleições realizadas em 3 de outubro de 1992.

Oriundo de família humilde, iniciou no mercado de trabalho com apenas 10 anos de idade, como vendedor ambulante de peixes, siri, flores e outros, até que, com a morte de seu pai, aos 14 anos, passou a atuar como sergente de pedreiro para subsidiar os estudos.

Seu *curriculum* intelecto-profissional abrange a conclusão do primeiro grau no ginásio Colégio Professor A. Titebohi, enquanto no segundo grau foi diplomado como Técnico em contabilidade pelo Colégio Comercial de Torres - RS.

Ainda nesta cidade, ingressou no quadro de escriturários da Caixa Econômica Federal em outubro de 1972, transferindo-se para Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul; foi admitido em setembro de 1975, como agente administrativo da Rede Ferroviária Federal, função que exerceu até julho de 1977. Um mês depois e ainda em Porto Alegre, foi contratado para gerente de firma Promobrás - Promoções Culturais Sul Brasileiras Ltda.

Uma agradável mudança em sua vida deu-se em 10 de dezembro de 1977 quando contraiu matrimônio com a comerciante Terezinha Hespanhol da Silva, sendo ela filha de Teolino Hespanhol. O casal possui dois filhos, André e Mateus.

João Luiz nasceu em Passo de Torres, então Distrito de São João do Sul, no dia 19 de fevereiro de 1950, sendo filho de Guilherme Rodrigues da Silva e Augusta Batista da Silva *in memoriam*. Seu pai destacou-se em serviços prestados a comunidade ao ponto desta lhe perpetuar ao dar seu nome a uma das avenidas do então distrito, e hoje município emancipado. O filho, seguindo os passos de seu genitor, integrou perfeitamente ao convívio comunitário ao participar de diversas entidades entre elas o Cruzeiro Futebol Clube, no qual foi presidente

em 1973. Um ano depois foi presidente da Sociedade Recreativa do Passo de Torres e, como católico, participava das diversas atividades da Igreja, além de ter sido tesoureiro por um período de 2 anos.

Como homem participativo, não se esquivou da luta pela conquista de emancipação político-administrativa de Passo de Torres, pelo contrário, colaborou ativamente na elaboração do processo onde fez um brilhante trabalho desde a época da criação da comissão, até o desfecho final que culminou com a emancipação de sua terra natal.

João Luiz da Silva, filiou-se ao PSD - Partido Democrático Social em 1991, por se identificar melhor com o seu programa e com as pessoas que o compõe. A convite do partido e por indicação de amigos, aceitou concorrer ao cargo de prefeito do novo município numa coligação denominada "União por Passo de Torres" com o PFL - Partido da Frente Liberal, e para com isso contou com a unanimidade dos convencionais partidários. Adotando o slogan "Uma força nova para um novo município", e com um plano de governo previamente definido, desenvolveu sua campanha difundindo suas metas através de comícios, reuniões comunitárias e visitas domiciliares, além de trazer até o município pessoas de destaque da política Estadual e Federal da época, como o senador Esperidião Amim, a primeira dama do Estado Dona Vera Kleinübing e o secretário da tecnologia, energia e meio ambiente, Rogério Kracir Rosa.

Eleito com 803 votos, o prefeito João Luiz, antes mesmo da posse, iniciou os contatos a nível estadual e de imediato conseguiu a implantação da Delegacia de Polícia, buscando também, junto ao Secretário dos Transportes, o asfaltamento da BR 101 até o Passo de Torres.

Por estas razões e por várias outras realizações, deve este Parlamento igualmente reconhecer o carinho e a admiração da população de Passo de Torres, prestando esta honrosa e merecida homenagem à família do valente desbravador que tão bem soube escrever a história da região e desta rodovia, engrandecendo ainda mais o legado do povo Catarinense.

Assim, nobres pares, peço a colaboração para a aprovação do presente projeto.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 537/2011

Declara de utilidade pública a Associação Educacional e Assistencial Shalom, de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Educacional e Assistencial Shalom, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº 15.125, de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente

Sessão de 29/11/11

JUSTIFICATIVA

A Associação Educacional e Assistencial Shalom, com sede no município de Blumenau, que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade desenvolver programa de educação e assistência social, manter creches e unidades de apoio à família, dentre outros constantes do art. 4º do seu Estatuto Social.

Para dar continuidade às ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a presente proposta.

*** X X X ***